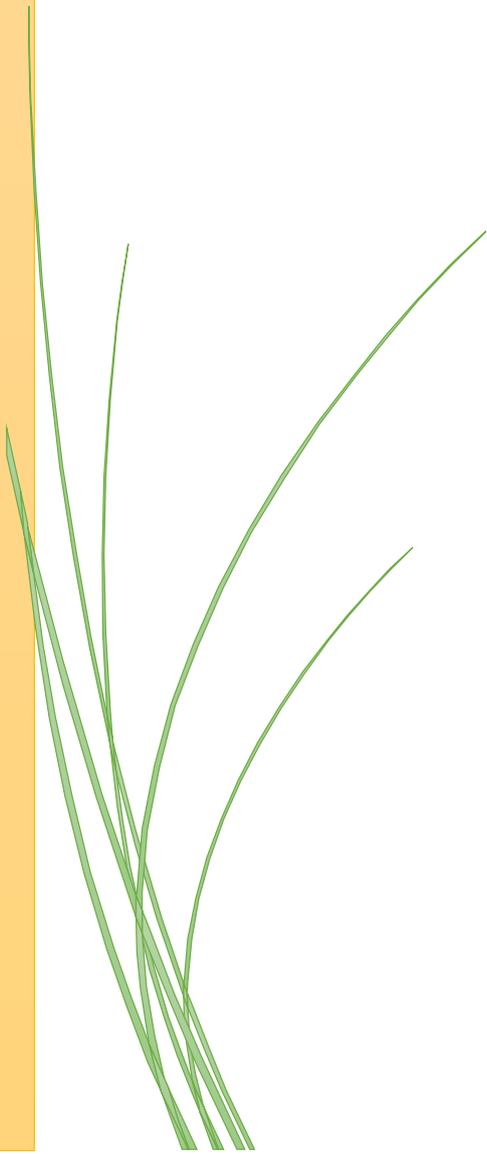




**COLETÂNEAS CIENTÍFICAS
PUBLICAÇÕES 2021
VOLUME 2**



2021

PEDRO EMÍLIO AMADOR SALOMÃO
ORGANIZADOR

NEILANDO ALVES PIMENTA
COLABORADOR

TEÓFILO OTONI – 2021

Copyright ©: Autores diversos

Projeto gráfico: Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

Diagramação: Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

Capa: Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

ISBN: 978-65-994641-8-8

SALOMÃO, P. E. A., PIMENTA, N. A. (Organizadores)

COLETÂNEAS CIENTÍFICAS PUBLICAÇÕES 2021

TEÓFILO OTONI - DEZEMBRO/2021

ISBN: 978-65-994641-8-8

1. PUBLICAÇÕES 2. CAPÍTULOS

NICE 13

FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE TEÓFILO OTONI

DIREITOS PRESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a citação dos autores. A violação dos direitos de autor (Lei Federal 9.610/1998) é crime previsto no art. 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - TEMPO DE PASTEJO DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO.....	6
CAPÍTULO 2 - TEMPO DE ÓCIO DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS NO PERÍODO SECO DO ANO	7
CAPÍTULO 3 - TEMPO DE ALIMENTAÇÃO NO COCHO DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO	8
CAPÍTULO 4 - TEMPOS DE MASTIGAÇÃO TOTAL E DE ALIMENTAÇÃO TOTAL DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO	10
CAPÍTULO 5 - TEMPO DE RUMINAÇÃO DE NOVILHOS MISTIÇOS SUPLEMENTADOS A PASTO	12
CAPÍTULO 6 - TAXA E MASSA DE BOCADO DE BOVINOS MISTIÇOS SUPLEMENTADOS A PASTO	14
CAPÍTULO 7 - TEMPO DE DEGLUTIÇÃO DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO	16
CAPÍTULO 8 - TREINAMENTO DE FORÇA E EMAGRECIMENTO: Análise de fichas de treinos em uma academia do Vale do Mucuri.....	18
CAPÍTULO 9 - ANÁLISE DO TREINAMENTO RESISTIDO NA TERCEIRA IDADE	21
CAPÍTULO 10 - BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO DE FORÇA NO PROCESSO DE EMAGRECIMENTO EM ADULTOS ATIVOS	24
CAPÍTULO 11 - NÚMERO DE BOCADOS POR DIA DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO	28
CAPÍTULO 12 - NÚMERO DE BOLOS RUMINADOS POR DIA DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO	30
CAPÍTULO 13 - OS BENEFÍCIOS DA HIDROGINÁSTICA PARA IDOSOS.....	32
CAPÍTULO 14 - TREINAMENTO FUNCIONAL PARA IDOSOS.....	35
CAPÍTULO 15 - CONTRIBUIÇÕES DA NATAÇÃO NA VIDA DE CRIANÇAS COM OBESIDADE	39
CAPÍTULO 16 - ANÁLISE DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS E SUA APLICAÇÃO PARA PESSOAS COM PARALISIA CEREBRAL	41
CAPÍTULO 17 - ALGORITMOS EVOLUCIONÁRIOS MULTIOBJETIVO	45
CAPÍTULO 18 - NONDOMINATED SORTING GENETIC ALGORITHM III	46
CAPÍTULO 19 - O FUNCIONAMENTO DAS REDES SOCIAIS	47
CAPÍTULO 20 - REDUÇÃO DE DIMENSIONALIDADE EM PROBLEMAS DE ROTEAMENTO DE VEÍCULOS	48
CAPÍTULO 21 - SOLUÇÕES DE SEGURANÇA PARA DATA CENTER EM UMA ORGANIZAÇÃO	49
TECNOLOGIA VERDE	50
CAPÍTULO 22 - UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL A DISPOSITIVOS TIPO INTERNET DAS COISAS	51

CAPÍTULO 23 - USO DE SIMULADORES COMO ALTERNATIVA DE TREINAMENTO	52
CAPÍTULO 24 - APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA À LEI DE.....	53
LAVAGEM DE CAPITALS.....	53
CAPÍTULO 25 - COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS RESTRITIVAS IMPLEMENTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA NO BRASIL	55
CAPÍTULO 26 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS TEMPLOS RELIGIOSOS E SUA ABRANGÊNCIA CONFORME INTERPRETAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL	57
CAPÍTULO 27 - JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE - DIREITO FUNDAMENTAL EM CONFLITO COM PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL	60
CAPÍTULO 28 - O <i>STATUS</i> JURÍDICO DOS NÃO HUMANOS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	62
CAPÍTULO 29 - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS FEMINICÍDIOS: UMA ANÁLISE NO ESTADO DE MINAS GERAIS EM ÉPOCA DE PANDEMIA.....	64
CAPÍTULO 30 - O VOTO FACULTATIVO COMO INSTRUMENTO PARA CIDADANIA PLENA	66
CAPÍTULO 31 - ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA ENTRE SAPATA ISOLADA E DE DIVISA	68
CAPÍTULO 32 - ANÁLISE DA FUNDAÇÃO UTILIZADA NA CONSTRUÇÃO DO NOVO PREDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE ARAÇUAÍ-MG.....	69
CAPÍTULO 33 - COMPARATIVO DE CUSTO NO PROJETO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO VARIANDO A CLASSE DE AGRESSIVIDADE AMBIENTAL.....	71
CAPÍTULO 34 - ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS DE UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO	72
CAPÍTULO 35 - OTIMIZAÇÃO DO USO DAS FÔRMAS DE MADEIRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	74
CAPÍTULO 36 - A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL	76
CAPÍTULO 37 - MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE VIABILIDADE PARA ADEQUAÇÃO EM UMA REGIÃO DE TEÓFILO OTONI – MG	78
CAPÍTULO 38 - REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA CINZA EM RESIDENCIA UNIFAMILIAR NO 80 MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI	80
CAPÍTULO 39 - ANÁLISE DE VIABILIDADE DE TIPO FUNDAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO PRÉDIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG	81
CAPÍTULO 40 - ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	82
CAPÍTULO 41 - JORNADA DE TRABALHO E PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM: uma discussão necessária	86
CAPÍTULO 42 - RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NAS LEIS DE CRIMES AMBIENTAIS.....	91

CAPÍTULO 43 - ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS NO DIREITO DE FAMÍLIA.....	94
CAPÍTULO 44 - A LEI MARIA DA PENHA E SUA APLICABILIDADE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	97
CAPÍTULO 45 - ATIVIDADE FÍSICA E A MELHORIA DO EQUILÍBRIO CORPORAL DO IDOSO	102
CAPÍTULO 46 - O TREKKING EM GRUPO COMO UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	105
CAPÍTULO 47 - ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR PARA PREVENÇÃO DA OBESIDADE ESCOLAR	107
CAPÍTULO 48 - DELIMITAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE CONFLITOS DE USO DO SOLO NO CÓRREGO RIBEIRÃO DANTAS NO MUNICÍPIO DE LADAINHA – MG.....	110
CAPÍTULO 49 - ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E BENEFÍCIOS AMBIENTAIS DO USO DE ÁGUA DA CHUVA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM TEÓFILO OTONI / MG .	114
CAPÍTULO 50 - O PAPEL DO FUTEBOL NA FORMAÇÃO CIDADÃ DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NA CIDADE DE CARAÍ MG.....	116
CAPÍTULO 51 - CICLISMO, ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA	118
CAPÍTULO 52 - ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DE SEGURANÇA REFERENTES AOS TRABALHOS EM ALTURA NA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	120
CAPÍTULO 53 - REFLEXÕES PEDAGÓGICAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	122
CAPÍTULO 54 - O EXERCÍCIO FÍSICO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA	126
CAPÍTULO 55 - A RELAÇÃO ENTRE COMPONENTES DA APTIDÃO FÍSICA, ESTILO DE VIDA ATIVO E SAÚDE NA TERCEIRA IDADE.....	129
CAPÍTULO 56 - A RELEVÂNCIA DO TREINAMENTO NA MOTIVAÇÃO DE UM COLABORADOR DE UMA ORGANIZAÇÃO	133
CAPÍTULO 57 - O ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL DO TCE-MG.....	136
CAPÍTULO 58 - A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	137
CAPÍTULO 59 - A NOVA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO.....	138

TEMPO DE PASTEJO DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO

GRAZING TIME FOR STEEL SUPPLEMENTED TO PASTURE

TIEMPO DE PASTO DEL ACERO SUPLEMENTADO AL PASTO

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB

danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS

daniel.lsd@gmail.com

Prof.^a Dra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS

kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o comportamento ingestivo de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de $292,5\text{kg} \pm 15,77$, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. No período noturno, foi utilizada iluminação artificial, por meio de lanternas e rádios comunicadores. A variável comportamental observada e registrada foi tempo de pastejo realizadas a cada 5 minutos, conforme metodologia de Silva et al. (2006). O tempo de pastejo foi superior ($P < 0,05$) para os animais que receberam o nível 0,2% do PC em comparação ao nível 0,6% do PC de suplementação proteico/energética. O fornecimento de suplemento concentrado provoca variação no tempo destinado ao pastejo, verificou-se diminuição da quantidade de suplemento concentrado fazendo com que os animais elevem seu tempo de pastejo, objetivando suprir a ingestão de matéria seca diária e dos respectivos nutrientes para atender as exigências de manutenção e ganho esperado. A suplementação na época seca do ano altera o tempo de pastejo dos animais, modificando a busca pela procura da forragem, através para o nível 0,2% do PC, promovendo maior ingestão de matéria seca do pasto.

REFERENCIA

SILVA, R. R.; SILVA, F. F.; PRADO, I. N.; *et al.* Comportamento ingestivo de bovinos. Aspectos metodológicos. **Archivos de Zootecnia**, v. 55, n. 211, p. 293-296, 2006.

TEMPO DE ÓCIO DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS NO PERÍODO SECO DO ANO

RELEASE TIME OF SUPPLEMENTED HEALERS IN THE DRY PERIOD OF THE YEAR

TIEMPO LIBRE PARA CURADEROS SUPLEMENTARIOS EN EL PERIODO SECO DEL AÑO

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB
danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
daniel.lsd@gmail.com

Prof.^a Dra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o comportamento ingestivo de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de $292,5\text{kg}\pm 15,77$, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. No período noturno, foi utilizada iluminação artificial, por meio de lanternas e rádios comunicadores. A variável comportamental observada e registrada foi tempo de ócio, realizadas a cada 5 minutos, conforme metodologia de Silva et al. (2006). A variável analisada foi tempo de ócio. Os animais que receberam o nível 0,6% do PC apresentaram maior ($P<0,05$) tempo de ócio, quando comparado ao nível 0,2% do PC. O tempo de ócio teve comportamento inverso ao tempo de pastejo, uma vez que as atividades comportamentais são mutuamente excludentes. Quanto maior o nível de suplementação maior são os tempos de ócio, possivelmente este fato está relacionado ao aumento do aporte nutricional advindo da dieta concentrada, com menores gasto de energia, o que implica normalmente na redução do consumo de forragem.

REFERENCIA

SILVA, R. R.; SILVA, F. F.; PRADO, I. N.; et al. Comportamento ingestivo de bovinos. Aspectos metodológicos. **Archivos de Zootecnia**, v. 55, n. 211, p. 293-296, 2006.

TEMPO DE ALIMENTAÇÃO NO COCHO DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO

FEEDING TIME IN THE TRUCKING OF HEALERS SUPPLEMENTED WITH PASTURE

TIEMPO DE ALIMENTACIÓN EN LOS CAMIONES DE ACERO SUPLEMENTADOS CON PASTO

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB
danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
daniel.lsd@gmail.com

Prof. Dr. ^aDra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o comportamento ingestivo de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de 292,5kg±15,77, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. A suplementação proteico/energética foi fornecida diariamente e sempre no mesmo horário, às 10h00min horas. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. No período noturno, foi utilizada iluminação artificial, por meio de lanternas e rádios comunicadores. A variável comportamental observada e registrada foi tempo de alimentação no cocho realizadas a cada 5 minutos, conforme metodologia de Silva et al. (2006). A variável analisada foi tempo de alimentação no cocho. O tempo de alimentação no cocho apresentou efeito significativo ($P < 0,05$) em relação aos níveis de suplementação. Verificou-se que quanto maior a quantidade de concentrado ofertada, maior o tempo despendido para consumi-la. Estes resultados corroboram os relatos de Silva et al., (2010) cujos resultados também apontam para aumento do tempo despendido no cocho em função do aumento dos níveis de suplementação para novilhos no pasto.

REFERENCIAS

SILVA, R. R.; SILVA, F. F.; PRADO, I. N.; et al. Comportamento ingestivo de bovinos. Aspectos metodológicos. **Archivos de Zootecnia**, v. 55, n. 211, p. 293-296, 2006.

SILVA, R. R.; PRADO, I. N.; SILVA, F. F.; et al. Comportamento ingestivo diurno de novilhos Nelore recebendo níveis crescentes de suplementação em pastejo de capim-

braquiária. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 39, p. 2073-2080, 2010.

TEMPOS DE MASTIGAÇÃO TOTAL E DE ALIMENTAÇÃO TOTAL DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO

TIMES OF TOTAL CHEWING AND TOTAL FEEDING OF STEEL SUPPLEMENTED IN PASTURE

TIEMPOS DE MASTICADO TOTAL Y ALIMENTACIÓN TOTAL DE ACERO SUPLEMENTADO EN PASADO

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB
danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
daniel.lsd@gmail.com

Prof.^a Dra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o comportamento ingestivo de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de 292,5kg±15,77, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. A suplementação proteico/energética foi fornecida diariamente e sempre no mesmo horário, às 10h00min horas. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. No período noturno, foi utilizada iluminação artificial, por meio de lanternas e rádios comunicadores. As variáveis comportamentais observadas e registradas foram: tempo de pastejo, tempo de ruminação e tempo de alimentação no cocho cujas observações foram realizadas a cada 5 minutos, conforme metodologia de Silva et al. (2006). O tempo de mastigação total foi determinado pela soma entre o tempo de pastejo e o tempo de ruminação. Houve efeito ($P < 0,05$) dos níveis de suplementação para os tempos de mastigação total (pastejo + ruminação + alimentação no cocho) e tempo de alimentação total (pastejo + alimentação no cocho), obtendo maiores médias para o nível 0,2% do PC. Esse fato é explicado, pelos animais desse grupo apresentar maior tempo de pastejo. De acordo com a teoria de Dulphy et al. (1980) ao afirmar que, com a elevação dos níveis de concentrado na dieta total e consequente aumento do teor de amido, haveria uma diminuição do tempo de mastigação total.

REFERENCIAS

SILVA, R. R.; SILVA, F. F.; PRADO, I. N.; et al. Comportamento ingestivo de bovinos. Aspectos metodológicos. **Archivos de Zootecnia**, v. 55, n. 211, p. 293-296, 2006.

DULPHY, J.P. Ingestive behaviour and related activities in ruminants. *In*: RUCKEBUSH, Y.; THIVEND, P. (Eds.) **Digestive physiology and metabolism**. Lancaster: MTP, p. 103-122, 1980.

TEMPO DE RUMINAÇÃO DE NOVILHOS MESTIÇOS SUPLEMENTADOS A PASTO

RUMINATION TIME OF CROSS BREED STEEL SUPPLEMENTED TO PASTO

TIEMPO DE RUMINACIÓN DEL ACERO CRUZADO SUPLEMENTADO AL PASTO

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB
danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
daniel.lsd@gmail.com

Prof.^a Dra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o comportamento ingestivo de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de 292,5kg±15,77, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. A suplementação proteico/energética foi fornecida diariamente e sempre no mesmo horário, às 10h00min horas. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. No período noturno, foi utilizada iluminação artificial, por meio de lanternas e rádios comunicadores. As variáveis comportamentais observadas e registradas foram: tempo de ruminação cujas observações foram realizadas a cada 5 minutos, conforme metodologia de Silva et al. (2006). O tempo de ruminação não foi influenciado ($P>0,05$) pelos níveis estudados, apresentando valores médios de 407,27 e 407,72 minutos/dia. Segundo VAN SOEST (1994), o tempo de ruminação é influenciado pela natureza da dieta e pode ser proporcional ao teor de parede celular dos volumosos. Silva et al., (2005) também não encontrou diferença significativa para os tempos de ruminação de novilhas mestiças em pastejo recebendo níveis de 0,25; 0,50; 0,75 e 1,00% do PV de suplementação. Apresentando valor médio para o tempo de ruminação de 158,91 minutos/dia, sendo inferior ao encontrado no presente estudo.

REFERENCIAS

SILVA, R. R.; SILVA, F. F.; PRADO, I. N.; et al. Comportamento ingestivo de bovinos. Aspectos metodológicos. **Archivos de Zootecnia**, v. 55, n. 211, p. 293-296, 2006.

VAN SOEST, P.J. **Nutritional ecology of the ruminant**. Cornell:Ithaca, p. 476, 1994.

SILVA, R. R.; CARVALHO, G. G. P.; MAGALHÃES, A. F.; *et al.* Comportamento ingestivo de novilhas mestiças de holandês em pastejo. **Archivos de Zootecnia**, v. 54, p. 63-74, 2005.

TAXA E MASSA DE BOCADO DE BOVINOS MESTIÇOS SUPLEMENTADOS A PASTO

MASS AND BUTTER RATE OF CROSS-BORNE CATTLE SUPPLEMENTED WITH PASTURE

TASA DE MASA Y MANTEQUILLA DEL GANADO CRUZADO SUPLEMENTADO CON PASTOR

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB
danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
daniel.lsd@gmail.com

Prof.^a Dra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o aspecto do bocado de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de 292,5kg±15,77, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. A suplementação proteico/energética foi fornecida diariamente e sempre no mesmo horário, às 10h00min horas. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. A média do número de mastigações meréricas por bolo ruminal, do tempo gasto para ruminação de cada bolo e o número de bolos ruminados foi obtida registrando-se com cronômetros digitais nove valores por animal, conforme metodologia descrita por Burger et al. (2000). Os níveis de suplementação influenciaram a taxa e a massa de bocado ($P<0,05$). Maiores taxas de bocado foram obtidas pelos animais que receberam 0,2% do PC, em contrapartida, observou-se menor massa de bocado, é possível presumir que estes animais foram mais seletivos que aqueles que receberam maior nível de suplementação (0,6% do PC). Este fato pode ser comprovado pela maior massa do bocado em detrimento da redução da taxa de bocado e do número de bocados por dia. Segundo Mendes (2009) o aumento da taxa de bocado é um mecanismo que permite manter a taxa de consumo de forragem quando ocorrem variações no pasto que proporcionam menor massa de bocado. Em um mecanismo compensatório, o animal pode aumentar a taxa de bocado e o tempo de pastejo.

REFERENCIAS

BURGER, P. J.; PEREIRA, J. C.; QUEIROZ, A. C.; *et al.* Comportamento ingestivo de bezerros holandeses alimentados com dietas contendo diferentes níveis de concentrado. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 29, n. 1, p. 236-242, 2000.

MENDES, A. M. Influência da suplementação sobre o comportamento ingestivo de vacas leiteiras mestiças em pastagens de *Bachiaria decumbens* Stapf. PERNANBUCO,

Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009 .69p. **Dissertação(Mestrado em zootecnia)** - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

TEMPO DE DEGLUTIÇÃO DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO

SWALLOWING TIME OF STEEL SUPPLEMENTED TO PASTO

TIEMPO DE INGESTIÓN DEL ACERO SUPLEMENTADO AL PASTO

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB
danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
daniel.lsd@gmail.com

Prof.^a Dra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o aspecto do bocado de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de 292,5kg±15,77, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. A suplementação proteico/energética foi fornecida diariamente e sempre no mesmo horário, às 10h00min horas. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. A média do número de mastigações meréricas por bolo ruminal, do tempo gasto para ruminação de cada bolo e o número de bolos ruminados foi obtida registrando-se com cronômetros digitais nove valores por animal, conforme metodologia descrita por Burger et al. (2000). O tempo por deglutição foi maior ($P < 0,05$) para o nível 0,6% do PC, pode-se presumir que estes animais passaram mais tempo apreendendo a forragem, justificado pela maior massa do bocado. Isto pode ter ocorrido em função de uma menor seletividade uma vez que estes animais já haviam atingido rapidamente o centro da saciedade com a entrada de energia, através do consumo de aproximadamente 30% da MS total da dieta via suplemento.

REFERENCIA

BURGER, P. J.; PEREIRA, J. C.; QUEIROZ, A. C.; et al. Comportamento ingestivo de bezerros holandeses alimentados com dietas contendo diferentes níveis de concentrado. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 29, n. 1, p. 236-242, 2000.

TREINAMENTO DE FORÇA E EMAGRECIMENTO: Análise de fichas de treinos em uma academia do Vale do Mucuri

STRENGTH AND SLIMMING TRAINING: Analysis of training chips in a gym in the mucuri valley

ENTRENAMIENTO DE FUERZA Y ADELGAZAMIENTO: Análisis de fichas de entrenamiento en un gimnasio en el valle del mucuri

Lázaro Oliveira Santos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física Bacharel, E-mail: lazaro-os@hotmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física email: cellereis@hotmail.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física
email:mariotti2010@gmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Resumo

O treinamento de força (TF), por volta dos anos 70, era usado apenas por atletas adultos para melhorar o desempenho esportivo como também para a hipertrofia muscular, especialmente para fisiculturista. Felizmente essa situação é bastante diferente hoje, sabemos que o TF é recomendado como método para melhorar a saúde e condicionamento físico de homens e mulheres de todas as idades. O emagrecimento tem sido um grande dilema para as pessoas em função do sedentarismo, da alimentação inadequada e da falta de exercícios físicos. Estudar as maneiras de se apropriar do TF associado ao processo de um emagrecimento saudável de pessoas adultas é de grande importância para buscarmos cada vez mais melhorar a saúde e qualidade de vida dos indivíduos. O objetivo desse trabalho é analisar as fichas de treinos de uma academia do Vale do Mucuri para fins de emagrecimento. Esse presente estudo se caracteriza, quanto aos meios, como uma pesquisa de revisão literária, sites de pesquisa e fichas da academia selecionada. Após análises das fichas de treinos de uma academia do Vale do Mucuri, pôde-se observar que o TF vem sendo utilizado para fins de emagrecimento nos praticantes, gerando bons resultados, tratando-se da composição corporal, na diminuição do peso e do percentual de gordura dos alunos, como também na melhoria da saúde e qualidade de vida.

REFERENCIAS

1. ARRUDA, Débora Paes de; ASSUMPÇÃO, Cláudio de Oliveira; URTADO, Christiano Bertoldo; DORTA, Leandro Noedi de Oliveira; ROSA, Morgana Rejane Rabelo; ZABAGLI, Ramon; SOUZA, Thiago Mattos Frota de. **Relação entre treinamento de força e redução do peso corporal. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v.4, n.24, p.605-609. Nov/Dez. 2010. ISSN 1981-9900.
2. BERALDO, Fernanda Carneiro; VAZ, Inaiana Marques Filizola; VELOSO, Maria Margareth Naves. **Nutrição, atividade física e obesidade em adultos: aspectos atuais e recomendações para prevenção e tratamento. Revista Médica de Minas Gerais 2004**; 14(1): 57-62
3. CAPRA, Daniel; TARTARO, Luis Guilherme; MAGALHÃES, Roberto Aparecido; MARTELLI, Anderson. **Influência do treinamento de força em programas de emagrecimento. Arch Health Invest (2016) 5(1): 1-7. ISSN 2317-3009**
4. FLECK, Steven J. KRAEMER, William J. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular. Artmed. Porto Alegre, 2017. 4 ed. 351 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt->. Acesso: 22 set. 2019.**
5. GENTIL, Paulo. **Emagrecimento quebrando mitos e mudando paradigmas. 3ª edição. Charleston – SC, 2016.**
6. HOWLEY, E. T.; FRANKS, B. D. **Manual de condicionamento físico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 568p.**
7. NEVES, Denis Roberto; MARTINS, Éber Augusto; SOUZA, Markus Vinicius Campos; JUNIOR, Autran José da Silva. **Efeitos do treinamento de força sobre o índice de percentual de gordura corporal em adultos. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, São Paulo. v.9. n.52. p.135-141. Jul./Ago. 2015. ISSN 1981-9919.**
8. PERAÇA, Daniel Girardi; FAGUNDES, Luís Claiton Leal; LIBERALI, Rafaela. **A eficácia do treinamento de força na diminuição do percentual de gordura corporal de homens e mulheres. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v.2, n.11, p.490-497. Set/Out. 2008. ISSN 1981-9900.**
9. PENIDO, Alexandre. **Brasileiros atingem maior índice de obesidade nos últimos**

treze anos. Ministério da Saúde, 2019. Disponível em:
<http://saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45612-brasileiros-atingem-maior-indice-deobesidade-nos-ultimos-treze-anos> . Acesso: 09 nov.2019

10. SOUZA, Elerson Tarcísio; LISBÔA, Marcílio Coelho da Silva; MELO, Narcisa Helena Pessoa Lanna de. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos conforme as normas as abnt.** 2^a ed. Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH), Belo horizonte, 2012.

ANÁLISE DO TREINAMENTO RESISTIDO NA TERCEIRA IDADE

ANALYSIS OF RESISTANCE TRAINING IN THE THIRD AGE

ANÁLISIS DEL ENTRENAMIENTO DE RESISTENCIA EN LA TERCERA EDAD

Gabriel Vieira Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Educação Física Bacharelado- e-mail: : gabriel.v.s@hotmail.com

Jonathan Alves David Ladeia

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Educação Física Bacharelado e-mail : jonathan_ladeia@hotmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física email: cellereis@hotmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Resumo

O treinamento focado em resistência muscular tem se mostrado uma modalidade de treinamento com resultados satisfatórios para o público com idade superior a 60 anos, denominado de terceira idade. Ao se aplicar treinamentos com cargas leves e com um número médio de repetições, o músculo é ativado sem se estressar, sem passar dos limites, evitando assim maiores desgastes ou lesões. A pesquisa orienta-se pela análise da seguinte questão: Como inserir o Treinamento Resistido na aplicação das atividades para terceira idade nas academias? A pesquisa foi orientada pelo objetivo geral de analisar os benefícios do Treinamento Resistido para idosos e na aplicabilidade e inserção da sua prática em academias. Em termos metodológicos, consistiu numa revisão sistemática da literatura, baseada em artigos de revistas e livros, indicando uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo. Como toda atividade física, o estudo ressalta também a necessidade do acompanhamento de um profissional de Educação Física para a realização e monitoramento das diversas atividades, pois, dentre outras situações, tal público requer cuidados especiais em virtude da idade avançada. Dentre os resultados alcançados, menciona-se a independência e autonomia física dos idosos para realizar as atividades cotidianas e a melhoria significativa dos seus níveis de força. Vale ressaltar, também, que os treinos devem ser adaptados para as particularidades e individualidades de cada idoso e, principalmente, adicionar o elemento lúdico, tornando sua prática divertida e prazerosa.

REFERENCIAS

FLECK, Steven J. KRAEMER, William J. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular**. 4 ed. Artmed. Porto Alegre. 2017.

FLAGALA, Maren S. et. al. Resistance Training of Older Adults: Position Statement From the National Strength and Conditioning Association. **The Journal of Strength and Conditioning Research**. 33(8). p. 2019-2052. 2019.

COSTA, David da. et. al. Treinamento Resistido e os Benefícios para o Idoso. **Revista Magsul de Educação Física na Fronteira**. n. 1. v. 3. p. 49-57. 2018.

AABERG, Everett. **Conceitos e Técnicas para o Treinamento Resistido**. 1 ed. Editora Manole Ltda. SP, Brasil. 2002.

ALVES, Mylena Aparecida Rodrigues. et. at. **Treinamento resistido em mulheres idosas na produção científica**: uma pesquisa bibliométrica. *Estud. Interdisciplinar envelhecimento*. Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 31-46, 2019.

TEIXEIRA, Cauê Vazquez La Scala. GOMES, Ricardo José. Treinamento resistido manual e sua aplicação na educação física. **Rev. Brasileira de Fisiologia do Exercício**. v. 15. n. 1. p. 23-35. Santos, SP. 2016.

SINATO, Alexandre. Treinamento Resistido. **Musculação e Saúde**. *Ciencia e Exercício*, Março de 2013. Disponível em: <<https://www.educacaofisica.com.br/ciencia-ef/treinamentoresistido>>. Acesso em: 04 de Abril de 2020, 16:40h.

MORAES, Larissa Aparecida. Gagliardi Flávio Rogério. **O treinamento resistido promove saúde e autonomia aos idosos**. Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistaeducacaofisica/sumario/23/27102012115317.pdf>> Acesso em 14 de Março de 2020, 13:56h.

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. Pavan, Bárbara. **Os benefícios da musculação para a vida social e para o aumento da auto-estima na terceira idade**. Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-86922005000300010&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 03 de Maio, 18:43h.

BAECHLE, Thomas R; Westcott, Wayne L. Livro: **Treinamento de força para a terceira idade**. Editora Grupo A, publicação em 01 de Janeiro de 2013.

OLIVEIRA, Catuxe Varjão de Santana. Livro: **Exercício Físico e Qualidade de vida na terceira idade**. Editora: Cia do Ebook, publicação em: 13 de Dezembro de 2017.

BAGNARA, Ivan Carlos. Mello, Rosane Garstka de. **A importância de atividades físicas recreativas adaptadas para grupos de terceira idade.** Buenos Aires, Ano 16, Nº 155, Abril de 2011.

SIVIERO, Camila de Almeida. NETO, Leonardo Cortes. DOMINGUES, Thiago Moreira da Silva. **Recreação como proposta de melhora na auto estima da terceira idade.** Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo 2012. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/58825>> Acesso em 13 de Junho às 01:12 horas

MACHADO Livia et al. **Academia lúdica oferece atividades para emagrecer brincando.** 14 de Novembro de 2011. Disponível em: <<https://www.educacaofisica.com.br/fitness2/gestaoacademias/academia-ludica-oferece-atividades-para-emagrecer-brincando/>> Acesso em 21 de Abril as 22 horas.

HARRIDGE, Stephen. LAZARUS, Norman. É possível combater o envelhecimento com exercícios físicos? BBC 20 de Março de 2019. **O que podemos aprender com atletas idosos.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47638886>> Acesso em 03 de Março de 2020 as 14:38h

BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO DE FORÇA NO PROCESSO DE EMAGRECIMENTO EM ADULTOS ATIVOS

BENEFITS OF STRENGTH TRAINING IN THE WEIGHT LOSS PROCESS IN ACTIVE ADULTS

BENEFICIOS DEL ENTRENAMIENTO DE FUERZA EN EL PROCESO DE ADELGAZAMIENTO EN ADULTOS ACTIVOS

Luiza Dutra

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Educação Física Bacharel- e-mail: luizadutra2010@hotmail.com.

Agda Leonor Gonçalves Nunes

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Educação Física Bacharel e-mail: agdaleonor0@gmail.com.

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

Marceli Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Educação Física, email: cellereis@hotmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Educação Física, email: flamaflamarion723@gmail.com

RESUMO

A obesidade, caracterizada pelo acúmulo de gordura no corpo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo os principais problemas relacionados a diabetes, hipertensão, dentre outras doenças. Os dados apontam que mais de 1,4 bilhões de adultos no mundo estão acima do peso recomendado. Uma das possibilidades de enfrentamento do problema é o desenvolvimento de uma rotina regular de prática de exercícios físicos orientados pelo Profissional de Educação Física. Dentre as atividades fundamentais ao processo de emagrecimento, de controle do peso corporal, pode-se mencionar a musculação e o treinamento de força. O objetivo principal da pesquisa é analisar o treinamento de força para o controle do peso corporal e emagrecimento, enquanto estratégia para o combate da obesidade em pessoas adultas. A investigação procura responder à seguinte questão: Quais são os efeitos do treinamento de força no controle do peso corporal e emagrecimento, enquanto estratégia para o combate da obesidade em pessoas adultas? Em termos metodológicos, consiste numa pesquisa bibliográfica e documental com sistematização e análise de dados sobre os efeitos do treinamento de força para controle do peso corporal. Quanto à natureza de abordagem do tema, consiste numa pesquisa qualitativa. Podemos inferir que o treinamento de força apresenta um

importante papel na busca pelo emagrecimento, visto que promove a manutenção e melhoria da massa magra, aumentando assim o gasto energético, mesmo após o exercício.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.; ALMEIDA, H.; BRITO, M.; OLIVEIRA, M.; COSTA, N; Treinamento resistido e sua eficácia para o emagrecimento Discentes do Curso de Educação Física da Universidade Salgado de Oliveira, Unidade Goiânia, GO(Brasil), **EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires**, Año 19, Nº 195, Agosto de 2014 Disponível em:

<https://www.efdeportes.com/efd195/treinamento-resistido-para-o-emagrecimento.htm> Acesso em 27 de out. 2021

CALAZANS, J, S. Treinamento de força e emagrecimento saudável: um estudo de revisão. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14755/1/TCC%20Jaine%20Oficial.pdf> . Acesso em 14 de out. 2021

CONDE, W,L; BORGES, C. O risco de incidência e persistência da obesidade entre adultos brasileiros segundo seu estado nutricional ao final da adolescência Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP); Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da USP – São Paulo (SP), **Brasil Rev Bras Epidemiol** **2011**; 14(1) Supl.: 71-9. Disponível em;

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rbepid/v14s1/a08v14s1.pdf Acesso em 24 de out. 2021.

CAPRA, D.; TARTARO, L. G.; MAGALHÃES, R. A.; MARTELLI, **A. Influência do treinamento de força em programas de emagrecimento.** V.05, n.01, Jan/Fev, (2016): Disponível em:

<https://doi.org/10.21270/archi.v5i1.1293> Acesso em 16 out. 2021.

F.; GOMES, N. T.; PEREIRA, I. C. A.; ARCANJO, I. N.; CRUZ, V. P. D.; PEREIRA, **S. G. S.** Efeitos do Treinamento Resistido em Obesos: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, vol,21. Jul, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.25248/reas.e831.2019> Acesso em 24 de set. 2021.

FLECK, S, J; KRAEMER, W, J. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular**

Artmed 2017 Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=TKhBDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=treinamento+de+for%C3%A7a+&ots=ooT4y9ozxH&sig=9EpC9KZhYrZ_Rtq824kl35BfAT8#v=onepage&q=treinamento%20de%20for%C3%A7a&f=false Acesso em 25 de out. 2021

GUILHERME, J. P. L. F.; SOUZA JÚNIOR, T. P. de. **Treinamento de força em circuito na perda e no controle do peso corporal.** Conexões, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 31– 46, 2007. DOI: 10.20396/conex.v4i2.8637972. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637972> Acesso em: 31 out. 2021.

GUTTIERRES, A. P. M.; MARINS, J. C. B. Os efeitos do treinamento de força sobre os fatores de risco da síndrome metabólica. **Revista Brasil Epidemiologia**, vol.11, n.1, Mar, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/fjyDgHTYj3gGxBCfbSkpWFd/?lang=pt>. Acesso: 16 set. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Pesquisa do IBGE mostra aumento da obesidade entre adultos** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-evigilancia-sanitaria/2020/10/pesquisa-do-ibge-mostra-aumento-da-obesidade-entre-adultos#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20obesos%20na,%25%20para%2022%2C8%25> Acesso em 20 de set. 2021.

LIMA, T, R.; SILVA, P, S, C. Treinamento resistido e o controle da obesidade: uma revisão sistemática EFDeportes.com, **Revista Digital. Buenos Aires**, Año 18, Nº 184, Septiembre de 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd184/treinamentoresistido-e-obesidade.htm> Acesso em 31 de out. 2021.

MARIHO, S, P.; MARTINS, I, S.; PERESTRELO, J, P.; OLIVEIRA, D, C.; Obesidade em adultos de segmentos pauperizados da sociedade Artigos Originais • **Rev. Nutr.** 16 (2) Jun 2003 • <https://www.scielo.br/j/rn/a/pNnc3LBDB386kbp5VmV5zFr/abstract/?lang=pt&format=html> Acesso em 16 de out. 2021.

MELO, M, E. **Doenças Desencadeadas ou Agravadas pela Obesidade** CREMESP 106.455 – Responsável Científica pelo site da ABESO Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39806193/doencas_agravadas_pela_obesidad_e-with-coverpagev2.pdf?Expires=1635390939&Signature=IV8XahDK9luk6wYKQkEpoXzJQr2VqMIDH4JRqhn5MUQcCqbDTUjP3gpVqgVXbCnxmySc1OhfPEo8saVn5t6~oCb6KnN78Hkg~BA7P-r-W8qNNQvnoq5XSx1RkGLARAxstBkv6Pfq8pjgUK6Wr8EW4DBb1W3ud0C8S1ZFMNTYy1gMb90TGZqPMM7wSQ7x5YhsIGicRlvLZZsxJ2I8iW9RKh9RlpruUQaQmLXH5Y0cHaulUre31VMllz4KkM9BNKc3XvGR4EGlrPIS8Vo1rcCmKpToFEykOiYqFD6R21VEKHJBJVzIFEAKCkg7imyUqWt1JDUTEKxiPwDS7ZtBig_&Key-PairId=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em 27 de out. 2021.

MELO, M, E. Endocrinologista da SBEM-**SP Obesidade Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia** – regional São Paulo Disponível em: <https://www.sbemsp.org.br/para-o-publico/informacoes-sobredoencas#modalobesidade> Acesso em 30 de out. 2021

PINHEIRO, A, R, O; FREITAS, S, F, T; CORSO, A, C, T. Uma abordagem epidemiológica da obesidade **Rev. Nutr., Campinas**, 17(4):523-533, out./dez., 2004

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/yb5FgzvgCVPZVsxtsNp384t/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em 21 de out. 2021.

NÚMERO DE BOCADOS POR DIA DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO

NUMBER OF BITES PER DAY OF STEEL SUPPLEMENTED TO PASTO

NÚMERO DE BOCADOS POR DÍA DE SANADORES SUPLEMENTADOS A PEGAR

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB
danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
daniel.lsd@gmail.com

Prof.^a Dra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o aspecto do bocado de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de 292,5kg±15,77, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. A suplementação proteico/energética foi fornecida diariamente e sempre no mesmo horário, às 10h00min horas. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. A média do número de mastigações meréricas por bolo ruminal, do tempo gasto para ruminação de cada bolo e o número de bolos ruminados foi obtida registrando-se com cronômetros digitais nove valores por animal, conforme metodologia descrita por Burger et al. (2000). Os animais que consumiram 0,2% do PC apresentaram um maior número de bocados por dia ($P<0,05$), este resultado é fruto da compensação de uma menor densidade energética, levando a maior taxa de bocado, associado ao maior tempo de pastejo o que ocasionou valores de 24114,65 contra 16635,30 bocados (0,6% do PC). Os animais do nível 0,6% do PC possivelmente atenderam as exigências nutricionais rapidamente e conseqüentemente diminuíram o número de bocado decorrente do efeito substitutivo afetando o consumo de matéria seca do pasto.

REFERENCIA

BURGER, P. J.; PEREIRA, J. C.; QUEIROZ, A. C.; et al. Comportamento ingestivo de bezerros holandeses alimentados com dietas contendo diferentes níveis de concentrado. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 29, n. 1, p. 236-242, 2000.

NÚMERO DE BOLOS RUMINADOS POR DIA DE NOVILHOS SUPLEMENTADOS A PASTO

NUMBER OF RUMINATED CAKES PER DAY OF HEALERS SUPPLEMENTED IN PASTO

NÚMERO DE PASTELES RUMINADOS POR DÍA DE SANADORES SUPLEMENTADOS EN PASTO

Prof.^a Dra. Daniele Soares Barroso

Universidade Estadual do Sudoeste a Bahia-UESB
danielesbarroso@hotmail.com

Prof. Dr. Daniel Lucas Santos Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
daniel.lsd@gmail.com

Prof.^a Dra. Rita Kelly Couto Brandão

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
kelly_brandao@hotmail.com

RESUMO - Objetivou-se avaliar o efeito da suplementação proteico/energética sobre o aspecto do bocado de novilhos mestiços a pasto. Foram utilizados 22 novilhos mestiços leiteiros com PC médio de $292,5\text{kg} \pm 15,77$, distribuídos em um delineamento inteiramente casualizado com 11 repetições. As suplementações proteico/energética foram: 0,2% e 0,6% do PC na estação seca do ano. A área utilizada correspondeu a sete ha, dividida em quatorze piquetes de 0,5 hectare cada, formados com *Brachiaria brizantha* cultivar Marandu. Os piquetes dispunham de praça de alimentação central, onde se localizava os cochos plásticos, com duplo acesso, sem cobertura, com dimensionamento linear de 80 cm/animal e bebedouros com capacidade para 500 litros de água e abastecimento automático. A suplementação proteico/energética foi fornecida diariamente e sempre no mesmo horário, às 10h00min horas. O comportamento animal foi avaliado visualmente por um observador treinado para cada tratamento com o uso de binóculos e pranchetas. Para registrar o tempo gasto em cada atividade, foram utilizados relógios digitais. A média do número de mastigações meréricas por bolo ruminal, do tempo gasto para ruminação de cada bolo e o número de bolos ruminados foi obtida registrando-se com cronômetros digitais nove valores por animal, conforme metodologia descrita por Burger et al. (2000). O números de bolos/dia, não foi influenciado ($P > 0,05$) pelos níveis de suplementação. Tais resultados ocorreram em virtude das características de ruminação, serem diretamente relacionados com o tempo de ruminação que por consequência não apresentou diferença significativa ($P > 0,05$). Admite-se que a suplementação pode interferir no comportamento ingestivo, mas é necessário observar os fatores ligados à suplementação para entender o comportamento animal a pasto.

REFERENCIA

BURGER, P. J.; PEREIRA, J. C.; QUEIROZ, A. C.; et al. Comportamento ingestivo de bezerros holandeses alimentados com dietas contendo diferentes níveis de concentrado. **Revista**

Brasileira de Zootecnia, v. 29, n. 1, p. 236-242, 2000.

OS BENEFÍCIOS DA HIDROGINÁSTICA PARA IDOSOS

THE BENEFITS OF HYDROGYM FOR THE SENIORS

LOS BENEFICIOS DE LA HIDROGYMNASTICA PARA LOS ANCIANOS

Joseano Junio Laube dos Santos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física, email: joseanoj@hotmail.com

Pedro Henrique de Souza Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física, email:
pedro_henrique2019@hotmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação,
email:cellereis@hotmail.com

Janis José de Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física, email:
janispaixaomaster@hotmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física, email:
flamarionribeiro@bol.com.br

Resumo

O processo de envelhecimento acarreta, perdas nas capacidades funcionais e o surgimento de doenças crônicas e degenerativas. Para tanto, são necessárias medidas para promoção da saúde e prevenção de comorbidades. A prática regular da atividade física é uma estratégia preventiva primária e eficaz para manter e melhorar a saúde física e psicológica do indivíduo, independentemente da idade, mas nos idosos, traz benefícios na prevenção e retardo de perdas funcionais inerentes ao processo de envelhecimento. A atividade física realizada em ambiente aquático tem como uma das grandes características a redução do impacto, redução na pressão nas articulações e a força da gravidade, aspectos estes que facilitam a prática de exercícios físicos pelos idosos. O objetivo deste estudo é analisar os benefícios da hidrogenástica associados ao processo de envelhecimento. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, buscando embasamento teórico em outros autores que já discutiram sobre o tema. Pode-se concluir que o envelhecimento se trata de um processo gradual, irreversível e universal. A hidrogenástica quando presente neste processo, proporciona melhoria em vários aspectos como na postura, na marcha, percepção corporal, equilíbrio, flexibilidade. Desta forma, por meio desta prática é possível que o idoso fortaleça suas capacidades funcionais aumentando a longevidade de maneira autônoma e com liberdade para realização das tarefas.

REFERENCIAS

AGUIAR, Jaina Bezerra de. GURGEL, Luilma Albuquerque. Investigação dos efeitos da hidroginástica sobre a qualidade de vida, a força de membros inferiores e a flexibilidade de idosas: um estudo no Serviço Social do Comércio - Fortaleza. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.23, n.4, p.335-44, out./dez. 2009

CAMBOIM, Francisca Elidivânia de Farias. *et al.* **Benefícios da atividade física na terceira idade para a qualidade de vida**. Rev. Enferm. UFPE on line, Recife, v. 11, n. 6, pp. 2415-22, jun., 2017.

CAMÕES, Miguel. *et al.* **Exercício físico e qualidade de vida em idosos: diferentes contextos sociocomportamentais**. Motricidade, v. 12, n. 1, pp. 96-105, 2016.

CARVALHO, Rosinei da Cruz. **Os benefícios físicos e psicológicos da hidroginástica para a saúde das mulheres praticantes atendidas pelo programa vida nova em Lucas do Rio Verde – Mato-Grosso**. Monografia (licenciatura). Universidade de Brasília. Barra do Bugres – MT, 2014.

CAVASSIN, Giovana Maria. **Efeitos de um programa de hidroginástica na capacidade funcional de idosos**. Monografia (Bacharelado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CIVINSKI, Cristian. MONTIBELLER, André. BRAZ, André Luiz de Oliveira. **A importância do exercício físico no envelhecimento**. Revista da Unifebe, v. 6, jan. /jun., pp. 163-175, 2011.

COSSETIN, Evanir. **O idoso e a prática da hidroginástica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJU. Ijuí, 2017.

ELIAS, Rui Gonçalves Marques. *et al.* Aptidão física funcional de idosos praticantes de hidroginástica. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 79-86, 2012.

FILHO, Wilson Jacob. **Atividade física e envelhecimento saudável**. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v. 20, n. 5, p. 73-77, set. 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: < <https://ibge.gov.br/>>. Acesso em 01 set. 2021.

LEITÃO, R. LEITÃO A. **Medicina de Reabilitação: Manual Prático**. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

LEITÃO, R. LEITÃO A. **Medicina de Reabilitação: Manual Prático**. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

MACIEL, Marcos Gonçalves. **Atividade física e funcionalidade do idoso**. Motriz, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 1024-1032, out. /dez. 2010.

MATSUDO, Sandra Mahecha. MATSUDO, Victor Keihan Rodrigues. NETO, Turíbio Leite Barros. **Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos.** Rev. Bras. Med. Esporte, v. 7, n. 1, Jan/Fev, 2001.

MATSUDO, Sandra Marcela Mahecha. **Envelhecimento, atividade física e saúde.** Envelhecimento & Saúde, abr. 2009.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte. MENDES, Antonio da Cruz Gouveia. SILVA, Ana Lucia Andrade da. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, pp. 507-519, 2016.

OLIVEIRA, Aldalan Cunha de. *et al.* **Qualidade de vida em idosos que praticam atividade física: uma revisão sistemática.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, pp. 301-312, 2010.

OLIVEIRA, Aldalan Cunha de. *et al.* **Qualidade de vida em idosos que praticam atividade física: uma revisão sistemática.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, pp. 301-312, 2010.

OLIVEIRA, D. V. et al. Capacidade funcional e qualidade de vida em mulheres idosas praticantes e não praticantes de hidroginástica. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 18, n. 2, p. 156-163, 2017.

OLKOSKI, Mabel Micheline. *et al.* Comportamento de variáveis fisiológicas durante a aula de hidroginástica com mulheres. **Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.** v. 12, n. 1, p. 43-48, 2010.

PAULA, Karla Campos de. PAULA, Débora Campos de. Hidroginástica na terceira idade. **Rev. Bras. Med. Esporte.**, v. 4, n. 1, Jan./Fev., 1998.

QUIRINO, Karine Paz. **A motivação em praticantes de hidroginástica.** Trabalho de conclusão (Licenciatura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRS, Porto Alegre, 2009.

REBELATTO, José Rubens et al. **Influência de um programa de atividade física de longa duração sobre a força muscular manual e a flexibilidade corporal de mulheres idosas.** Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 10, n. 1, 2006.

SANTANA, Maria da Silva. MAIA, Eulália M. Chaves. Atividade Física e Bem-Estar na Velhice. **Rev. salud pública.** v. 11, n. 2, pp. 225-236, 2009.

SILVA, Caio Vieira. **A importância da hidroginástica na saúde mental e física de idosos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB Brasília, 2019.

SILVA, José Pereira da. BOCATO, Marcos. ISLER, Gustavo Lima. A percepção de saúde e a qualidade de vida do idoso praticante de atividades aquáticas. **Medicina e Saúde**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 21-34, jan./dez. 2018.

TREINAMENTO FUNCIONAL PARA IDOSOS

FUNCTIONAL TRAINING FOR SENIORS

ENTRENAMIENTO FUNCIONAL PARA LOS ANCIANOS

Gabriel Arcanjo Meira de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física, E-mail: gabriel30meira@gmail.com

Julimar Goçaves da Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física, E-mail: julimar-beirso-corinthiano@hotmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física, email:cellereis@hotmail.com

Janis José de Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física, email: janispaixaomaster@hotmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física, email: flamarionribeiro@bol.com.br

Resumo

A população idosa vem crescendo consideravelmente e com isso aumenta a preocupação e a necessidade de mantê-las ativas fisicamente, conservando a eficiência de suas atividades cotidianas e das capacidades funcionais. Com o envelhecimento é comum que o corpo perca força, dentre outras valências físicas e motoras. Para que esse envelhecimento ocorra sem tantos prejuízos faz-se necessária a prática de exercícios, no caso específico dessa pesquisa o treinamento funcional. O treinamento funcional busca a melhoria das capacidades físicas, com exercícios que impulsionam os receptores proprioceptivos, melhorando o avanço da consciência sinestésica e do controle corporal aumentando a capacidade das funções básicas. O objetivo deste estudo é analisar como o treinamento funcional ajuda na recuperação da capacidade motora dos idosos, para que as atividades cotidianas não se tornem um fardo. O método de pesquisa utilizado foi de revisão bibliográfica, e busca por dados recentes publicados em periódicos de renome, livros e artigos científicos. Pode-se concluir que, são inúmeros os benefícios do treino funcional para idoso, uma vez que o treinamento se baseia em exercícios que reproduzem os movimentos básicos como: levantar, agachar, empurrar, puxar, alcançando assim a estabilidade necessária para a otimização das tarefas do dia a dia. O exercício físico regular é de suma importância para a manutenção da boa saúde das pessoas idosas e o treinamento funcional, planejado levando em consideração as individualidades do aluno, pode proporcionar ótimas condições de desenvolvimento da capacidade motora dos idosos.

REFERÊNCIAS

American Psychological Association. **Publication manual of American Psychological Association**. 5th ed. Washington, DC: Author. 2001.

BERTANI, R. F.; CAMPOS, M. de A.; NETO, B. **Musculação: a revolução antienvhecimento**. Rio de Janeiro. Editora: Sprint, 2010.

BORGES, Glória de Melo Renda. LAZARONI, Maria Helena. SILVA, Bruno Filipe Giupponi Coppi. **A Utilização do Treinamento Funcional na Melhoria das Capacidades Físicas, Força e Equilíbrio no Idoso**. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos. 2012. Disponível em < <https://biblioteca.univap.br/dados/000003/000003F1.pdf> >. Acesso em 26 de junho de 2020.

CAMPOS, M.A.; NETO, B. C. **Treinamento Funcional Resistido para melhoria da capacidade funcional e reabilitação de lesões musculoesqueléticas**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

CARNEIRO, R. S. FALCONE. E. CLARK, C. DEL PRETTE, Z, & DEL PRETTE, A. **Qualidade de vida, apoio social e depressão em idosos: relação com habilidades sociais**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2007.

D'ELIA, R.; D'ELIA, L. **Treinamento funcional: 6º treinamento de professores e instrutores**. São Paulo: SESC - Serviço Social do Comércio, 2005. Apostila.

EHLERT, Rafael. **A Utilização do Treinamento Físico Funcional para População Idosa: Estudo de Revisão Bibliográfica**. Monografia apresentada para o curso de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre 2011. Disponível em < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32284/000785229.pdf> > Acesso em 31 de maio de 2020.

FRANCHI, K. M. B. et al. Capacidade funcional e atividade física de idosos com diabetes tipo 2. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, Fortaleza.**, Abr. 2008.

GARDIN, Luciana. **Os Benefícios do Treinamento Funcional para Idosos**. Site EVOLUA. Assistência Integral Domiciliar. Disponível em <<http://evoluareabilitacao.com.br/artigos/osbeneficios-do-treinamento-funcional-para-idosos>>. Acesso em 27 de junho de 2020.

GOMES, Maria Daiane de Oliveira. RAMOS, Joranaide Alves. SOUZA , Adailton Alberto de Souza. Treinamento Funcional e o Idoso: Estudo sobre os efeitos da prática na flexibilidade e capacidade funcional. **Revista Científica da FASETE** 2018. Disponível em < https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2018/19/treinamento_funcional_e_o_idoso.pdf >. Acesso em 23 de junho de 2020.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. **Manual prático para avaliação em educação física**. São Paulo; Manole, 2006.

LEAL, Sylvania M. de O. BORGES, Eliane G. da S. FONSECA, Marília A. ALVES JUNIOR, Edmundo D. CADER, Samaria. DANTAS, Estélio H. M. Efeitos do treinamento funcional na

autonomia funcional, equilíbrio e qualidade de vida de idosas. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Vol. 17. 2009.

MALAQUIAS, Andréia de Sousa. **Treinamento Funcional na Melhoria da Capacidade Física e Funcional para o Idoso**. Monografia apresentada no curso de Educação Física na Universidade Federal de Goiás. Goianésia. 2014. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4532/5/TCCG%20%20Biblioteconomia%2020Andr%C3%A9ia%20deSousa%20Malaquias.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2020.

MONTEIRO, A; CARNEIRO. T. **O que é Treinamento Funcional?**. Abril de 2010. Disponível em <<http://www.arturmonteiro.com.br/2010/04/o-que-e-treinamentofuncional/>>. Acesso em: 25 de junho de 2020.

MONTEIRO, Arthur Guerrini; EVANGELISTA, Alexandre Lopes. **Treinamento funcional: uma abordagem prática**. São Paulo: Phorte, 2012.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina, Editora Mediograf, 4ª edição, 2006.

NÓBREGA, A. C. L., FREITAS, E. V. de; OLIVEIRA, M. D., et al Posicionamento Oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia: Atividade Física e Saúde do idoso. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. Rio de Janeiro. vol. 5.1999.

REBELATTO, José Rubens; ARENILLAS, José Ignacio Calvo; OREJUELA, J. R.; PORTILLO, J. C. Influência de um programa de atividade física de longa duração sobre a força muscular manual e a flexibilidade corporal de mulheres idosas. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. Vol. 10. 2006.

REBELATTO, José Rubens; CASTRO, Alessandra Paiva de; SAKO, Fernando Koiti; AURICHI; RABIATTI, Thaís. Equilíbrio estático e dinâmico em indivíduos Senescentes e o índice de massa corporal. **Revista de Fisioterapia e Movimento**. Vol. 21. 2008.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE Indicadores e dados básicos para a Saúde no Brasil (IDB). Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>>. Acesso em 01 de julho de 2020.

RIBEIRO, C. R., CRUZ, M. O. **Análise da Força e flexibilidade em mulheres idosas submetidas a um programa de Treinamento funcional**, Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Do Vale Do Paraíba, São José Dos Campos 2010.

RIBEIRO, A. P. de F. **A Eficiência da Especificidade do Treinamento Funcional Resistido**. Monografia apresentada ao Centro Universitário UNIFMU, São Paulo, 2006.

SANTANA, Francisco. 7 Melhores Exercícios Funcionais para Idosos. **Revista Eletrônica Mundo Boa Forma**. Jan/2020. Disponível em <<https://www.mundoboforma.com.br/7melhores-exercicios-funcionais-para-idosos/>>. Acesso em 26 de junho de 2020.

SOUZA, Luiz Ricardo de Lima; SOUZA, Évitom Corrêa de. **Os efeitos do treinamento funcional na capacidade funcional de idosos**. Disponível em: <

https://paginas.uepa.br/ccbs/edfísica/files/2013.1/LUIZ_RICARDO_SOUZA.pdf >. Acesso em: 26 de junho de 2020.

STOCCO, Marieli Ramos. **Treino Funcional para Idosos**. Programa de Pós Graduação Mestrado em Exercício Físico na Promoção da Saúde. Unopar. Londrina, 2017. Disponível em

<
<https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/2813/1/bc17288d8381a10c76fe9788b793229b.pdf> >. Acesso em 23 de junho de 2020.

WITTMER, Verônica Lourenço et al. Influência da Atividade Física na Flexibilidade de Idosos. **Revista UDESC em Ação**. Vol. 6, Nº. 1. Ano 2012. Disponível em: <
http://revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/viewFile/2527/pdf_105>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

CONTRIBUIÇÕES DA NATAÇÃO NA VIDA DE CRIANÇAS COM OBESIDADE

CONTRIBUTIONS OF SWIMMING TO THE LIFE OF OBESITY CHILDREN

CONTRIBUICION DE LA NATACION A LA VIDA DE NINOS CON OBESIDAD

Nayara Coimbra de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física, E-mail:
coimbranayaras96@hotmail.com

Kelliny de Resende Coelho

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física, E-mail: kellinyrc2017@gmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física,
email:cellereis@hotmail.com

Janis José de Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física, email:
janispaixaomaster@hotmail.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física, email: mariotti2010@gmail.com

Resumo

Nos tempos atuais, a saúde em um modo geral é corriqueiramente discutida, tendo em vista a sua importância para a vida das pessoas. Assim, as questões relacionadas as formas saudáveis de se viver e de lidar com a saúde do corpo tem diversas vertentes. A obesidade, por exemplo, tem sido levada em pauta pelo aumento considerável de casos nas últimas décadas, principalmente na faixa etária infantil. A criança tem sofrido de forma negativa com os efeitos da obesidade por diversos fatores que surgem com a modernidade. As mudanças ocorridas na sociedade exigem das pessoas uma atenção cada vez maior com a saúde. Posto isto, o objetivo principal deste trabalho é entender como a natação pode contribuir na vida de crianças com obesidade, buscando relacionar as funcionalidades desse esporte com uma vida mais saudável para as crianças e diminuição dos impactos dessa condição. O estudo foi realizado através de pesquisa documental e bibliográfica, analisando referencial teórico e documentos oficiais que proporcionem um melhor entendimento sobre o tema e garantem uma nova visão sobre ele. Foi possível concluir que a prática de exercícios físicos de qualquer natureza é importante na formação das crianças. Elas podem trazer inúmeros benefícios para o seu desenvolvimento global. Assim, identificou-se especificamente, que a natação representa um dos esportes que mais auxiliam na diminuição dos casos de obesidade infantil, por apresentar resultados significativos relacionados ao alto gasto calórico, em conjunto com uma alimentação balanceada.

REFERÊNCIAS

BORGES, Raphaella Khareniny Fernandes de Melo; MACIEL, Rosana Mendes. A influência da natação no desenvolvimento dos aspectos psicomotores em crianças da educação infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. São Paulo, 2016. Disponível em: < https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/influencia-da-natacao#google_vignette > Acesso em: 01/11/2021

BRASIL, Ministério da Saúde. **Campanha alerta sobre a obesidade infantil**; Brasília, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2021/08/campanha-alerta-sobre-a-obesidade-infantil> > Acesso em: 26/09/2021

_____, Ministério da Saúde. **Natação é opção de atividade com menor impacto**; Brasília, 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/3DDDEvs> > Acesso em: 10/10/2021

LEITE, Neiva. LAZAROTTO, Leilane. CAVAZZA, Jean. LOPES, Maria de Fátima Aguiar. BENTO, Paulo Cesar Barauce. TORRES, Renata. HEYDE, Maria Emilia D. Von der. CIESLAK, Fabrício. MILANO, Gerusa Eisfeld; Efeitos de exercícios aquáticos e orientação nutricional na composição corporal de crianças e adolescentes obesos; **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**; DOI: 10.5007/1980-0037.2010V12N4P232; Curitiba, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/bjDLCMJsvr4F8RKFz8W5Bzp/?lang=pt> > Acesso em: 13/10/2021

MIRANDA, Ricardo Alexandre de. NAVARRO, Antônio Coppi. A obesidade infantil e o efeito do exercício agudo da natação e a resposta da sudorese para um desenvolvimento saudável; **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**; São Paulo, 2016. Disponível em: < <file:///C:/Users/Clarice.Novais/Downloads/Dialnet-AObesidadeInfantilEOfeitoDoExercicioAgudoDaNatacao-5393172.pdf> > Acesso em: 13/10/2021

NUNES, Ivana. SILVA, Cássia; **Obesidade Infantil e na Adolescência**; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: < <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/obesidade-infantil.htm> > Acesso em: 10/10/2021

SOUZA, Fabíola Isabel Suano de. **Obesidade infantil, a conscientização começa em casa**; Escola Paulista de Medicina; Universidade Federal de São Paulo; São Paulo, 2021.

PAES, Santiago Tavares. MARINS, João Carlos Bouzas. ANDREAZZI, Ana Eliza. Efeitos metabólicos do exercício físico na obesidade infantil: uma visão atual; **Revista Paulista de Pediatria**; São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rpp/a/KFwvSFP9hsLknRMcZ77CzYB/?lang=pt&format=pdf> > Acesso em: 11/10/2021

ANÁLISE DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS E SUA APLICAÇÃO PARA PESSOAS COM PARALISIA CEREBRAL

ANALYSIS OF PHYSICAL EXERCISE AND ITS APPLICATION FOR PEOPLE WITH CEREBRAL PALSY

ANÁLISIS DEL EJERCICIO FÍSICO Y SU APLICACIÓN EN PERSONAS CON PARALISIS CEREBRAL

Hiane Laura Vieira

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física Bacharelado, email: hianelaura01@gmail.com

Karolayne Carvalho Pouças

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Educação Física Bacharelado, email: karolcamp98@gmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física, email:cellereis@hotmail.com

Janis José de Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física, email: janispaixaomaster@hotmail.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física, email: mariotti2010@gmail.com

Resumo

Paralisia cerebral (PC) descreve um grupo de distúrbios do desenvolvimento com relação direta com o movimento e a postura, causando limitação de atividade, atribuída a distúrbios não progressivos que ocorreram no desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil. Suas principais limitações são os padrões anormais de movimento e postura. De um modo geral, sabe-se que os exercícios físicos apresentam benefícios sociais, físicos, promovendo qualidade de vida. O objetivo da pesquisa é analisar os exercícios físicos que podem ser aplicados de forma adequada e segura para o desenvolvimento da pessoa com PC, compatíveis com o tipo e o nível de comprometimento da deficiência e estímulo às funcionalidades motoras e sociais. Em termos metodológicos trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática organizada com base em critérios de relevância e pertinência, sendo as buscas realizadas a partir das palavras chaves: paralisia cerebral, exercícios físicos, esporte adaptado. Os resultados apontam sugestões de modalidades esportivas pertinente a cada tipo de paralisia cerebral e de acordo com os níveis segundo a Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS – Gross Motor Function Classification System), e os benefícios adquiridos pela prática dos exercícios como: bocha, dança, natação, polybat, treinamento resistido, futebol de 7 e destaca a contribuição de cada um deles para a amenização dos problemas acarretados pela paralisia cerebral.

REFERÊNCIAS

ANDE. **Associação Nacional de Desporto para Deficientes**. Disponível em: <http://www.ande.org.br/futebol-de-sete-pc> Acesso: 21/06/2020.

BALULA, Nuno Isaiás Rodrigues. **O benefício do exercício físico nas crianças com paralisia cerebral**. ESEJD - Educação especial – domínio cognitivo – motor, Lisboa, 2014.

CAMPEÃO, Marcia da Silva. **Proposta de ensino de bocha para pessoas com paralisia cerebral. Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2003.

CASPERSEN, C. J., Powell, K. E., & Christenson, G. M. . **Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research**. Public Health Reports, 1985.

COSENZA. Carlos Eduardo. **Musculação métodos e sistemas**. 3 edição. Editora sprintLtda, 2001.

DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. **Physical Activity Guidelines for Americans**. ODPHP publication no. U0036, 2008.

DIAS A C B. *et al.* **Desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral participantes de tratamento multidisciplinar**. Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v.17, 2010.

GOUVEIA, J P L S. **A paralisia cerebral em contexto de educação física**. Escola superior de educação Almeida Garrett, Lisboa, 2011

MANCINI, Marisa C. *et al.* **Comparação do desempenho de atividades funcionais em crianças com desenvolvimento normal e crianças com paralisia cerebral**. Arq Neuropsiquiatr, 2002.

MONTEIRO, C, B M ; ABREU, L, C; VALENTI, V, E. **Paralisia cerebral: Teoria e Prática**. Editora Plêiade, 2015.

NIELSEN, L. **Necessidades educativas especiais na sala de aula. Um guia para professores**. Coleção educação especial. Porto Editora, 1999.

PAIVA, S. M. *et al.* **Benefícios do exercício físico para crianças e adolescentes com paralisia cerebral: uma revisão bibliográfica**, ACTA FISIATR. Santos, SP, 2010.

PALISANO, Robert. *et al.* **Sistema de classificação da função motora grossa para paralisia cerebral (GMFCS)**. Dev Med Child Neurol 1997.

REBELO, P. C. P. S. **A importância da dança, enquanto terapia, na inclusão de crianças com paralisia cerebral**. Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2014.

ROSADAS, S. C. **Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente. Eu posso. Vocês duvidam?**. Rio de Janeiro/São Paulo: Atheneu, 1989.

ROSENBAUM, Peter. *et al.* A report: the definition and classification of cerebral palsy april 2006. **Developmental medicine and child neurology**. Supplement, 2007.

SCHWARTZMAN, José. Salomão. **Paralisia cerebral**. Arquivos Brasileiros de Paralisia Cerebral, 2004.

STRAPASSON, Aline Miranda . Duarte, Edison. O polybat como atividade inclusiva nas aulas de educação física. **Revista Digital - Buenos Aires** - Ano 10 - Nº 87 - Agosto de 2005.

TSUTSUMI, O.; CRUZ, V. DA S.; CHIARELLO, B.; JUNIOR, D. B.; ALOUCHE, S. R. Os benefícios da natação adaptada em indivíduos com lesões neurológicas. **Revista Neurociências**,30 jun. 2004.

VIEIRA, Estela do Nascimento; CISTIA, Chrystianne Simões Del. **Evolução do treino de equilíbrio dinâmico em adolescente diparético espástico submetido à programa de exercícios proprioceptivos: estudo de caso**. Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv., São Paulo , v. 16, dez. 2016 .

A INTERNET 5G E OS DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DESTA TECNOLOGIA NO BRASIL

THE 5G INTERNET AND THE CHALLENGES IN IMPLEMENTING THIS

LA INTERNET 5G Y LOS RETOS DE IMPLEMENTAR ESTA TECNOLOGÍA EN BRASIL

Péricles de Oliveira Barbosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, periclescep@gmail.com

Sabrina Moreira Soares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, sabrinams9.ss@gmail.com

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

Nos últimos anos, muito tem se falado sobre a Internet das Coisas ou IoT (Internet of Things), que promete revolucionar a maneira a qual lidamos com a diversidade de aparelhos e dispositivos conectados. Deste modo, observa uma gama de tecnologias desenvolvidas para atender a essa demanda, tendo a internet 5G como uma verdadeira alavanca propulsora.

Países de primeiro mundo já usufruem desta tecnologia. Entretanto no Brasil foram feitos apenas testes, o que leva a acreditar que nosso país se encontra desatualizado na corrida por essa tecnologia, enfrentando dificuldades como discussões de interesse político tão qual a problemas nas concessões a empresas que desejam concorrer e também dificuldades como limitações técnicas.

Concluiu-se, portanto, que embora tenhamos um caminho extenso até a chegada efetiva do 5G no Brasil, e uma vez a licitação já parcialmente realizada, fica ainda mais próximo de acontecer, sem deixar de lado a abordagem das limitações técnicas demandadas por esta tecnologia e que necessitam de ajustes, mantém-se um desafio que será resolvido com questões de planejamento e gestão a fim de que o Brasil não fique para trás nessa corrida.

REFERENCIAS

DEBORAH MOREIRA, jan. 2021, Mudanças e Desafios com A Chegada do 5G. Mudanças e desafios com chegada do 5G (seesp.org.br) Acesso em: 13 set. 2021.

ALGORITMOS EVOLUCIONÁRIOS MULTIOBJETIVO

MULTI-OBJECTIVE EVOLUTIONARY ALGORITHMS

ALGORITMOS EVOLUTIVOS MULTIOBJETIVO

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

A proposta de utilização de Algoritmos Evolucionários Multiobjetivo (*Multi-objective Evolutionary Algorithms* - MOEA) para a solução de problemas multiobjetivo teve início no final dos anos 60 quando Rosenberg (1967) indicou a possibilidade de usar algoritmos genéticos para essa classe de problemas. Segundo Deb (2008) os MOEAs passaram a ter uma maior atenção no final dos anos 80, quando Goldberg (1989) propôs um método revolucionário de classificação por não dominância (*Non-dominated Sorting*) para geração dos descendentes. Na década de 90 diversos MOEAs foram propostos para resolver problemas multiobjetivo, inicialmente baseados em algoritmos genéticos. Assim, a primeira geração de MOEAs utilizavam o conceito de classificação baseada em dominância Pareto e comparação para avaliação de aptidão. A segunda geração dos MOEAs produziu algoritmos que são mais eficientes do ponto de vista computacional. Estes algoritmos combinam mecanismos de preservação elitista com operadores de diversidade. Diante deste contexto, observa-se que diversos métodos foram propostos na literatura para a resolução de problemas multiobjetivo. Dentre estes, os algoritmos evolucionários multiobjetivo têm sido estudados constantemente para resolver diversos problemas combinatórios.

REFERENCIAS

Deb, K.: 2008, **Introduction to evolutionary multiobjective optimization**, in J. Branke, K. Deb, K. Miettinen e R. S lowi nski (eds), *Multiobjective Optimization*, Vol. 5252 of *Lecture Notes in Computer Science*, Springer Berlin Heidelberg, pp. 59-96.

Rosenberg, R. S.: 1967, **Simulation of genetic populations with biochemical properties**, Tese - doutorado, University of Michigan.

NONDOMINATED SORTING GENETIC ALGORITHM III

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

Os algoritmos de otimização multiobjetivo evolucionários demonstraram sucesso em vários problemas práticos envolvendo principalmente dois e três objetivos. Todavia, há uma necessidade crescente de desenvolvimento de algoritmos de otimização multiobjetivo evolutivos para lidar com problemas com muitos objetivos (Deb e Jain, 2014). Diante disto, Deb e Jain (2014) propuseram uma versão do NSGA-II que utiliza pontos de referência para resolver problemas que envolvem muitos objetivos. Este algoritmo enfatiza os membros da população não-dominada próximos de um conjunto de pontos de referência fornecidos previamente. O algoritmo proposto por Deb e Jain (2014) foi denominado de *Nondominated Sorting Genetic Algorithm III* (NSGA-III). A estrutura básica proposta pelo NSGA-III permanece semelhante ao algoritmo NSGA-II original com mudanças significativas em seu mecanismo de seleção. Ao contrário do NSGA-II que utiliza o cálculo do perímetro formado pelo cuboide dos vizinhos mais próximos (*Crowding Distance*), a manutenção da diversidade entre os membros da população no NSGA-III é auxiliada pelo fornecimento de uma série de pontos de referência bem espalhados. Estes pontos de referência podem ser predefinidos de forma estruturada ou fornecido preferencialmente pelo usuário. Na ausência de qualquer informação de preferência, qualquer colocação estruturada de pontos de referência pode ser adotada (Deb e Jain, 2014).

REFERENCIAS

Deb, K. e Jain, H.: 2014, An evolutionary many objective optimization algorithm using reference-point-based nondominated sorting approach, part i: Solving problems with box constraints, **IEEE Computational Intelligence Society** 18(4), 577-601.

O FUNCIONAMENTO DAS REDES SOCIAIS

THE FUNCTIONING OF SOCIAL NETWORKS.

EL FUNCIONAMIENTO DE LAS REDES SOCIALES

João Vitor Braun da Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, joaovitorbraun6@gmail.com

Lucas Alves Chalub

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucas.alves.chalub@gmail.com

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

As redes sociais são um assunto que se destaca no meio da sociedade e da tecnologia a algum tempo, se torna difícil pensar em um conjunto de organizações que anteriormente cresceu de maneira rápida e obteve tanto destaque de desenvolvimento como as empresas responsáveis pelas mídias sociais. Assim, a criação de algoritmos para as atuais mídias sociais, que tem como uma das principais funções aumentar o engajamento do usuário, faz com que este mesmo usuário consuma mais anúncios e venha a gerar maior lucro para estas empresas. A forma ao qual se efetiva estas ações, ainda é um questionamento para muitas pessoas, deixando assim a dúvida em mente: “Quais os objetivos das redes sociais?”. Esta pergunta foi respondida por ex-funcionários de grandes empresas como facebook, google, twitter, e com base nestas respostas é possível realizar a criação de soluções tanto para usuários quanto para as mídias sociais. A aplicação das soluções pode gerar certo desconforto para ambos os lados, porém poderá ser capaz de obter resultados consistentes, além de ser uma atitude de certa forma, simples, para evitar futuras adversidades indesejadas.

REFERENCIAS

O DILEMA das Redes. Direção de Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020.

REDUÇÃO DE DIMENSIONALIDADE EM PROBLEMAS DE ROTEAMENTO DE VEÍCULOS

DIMENSIONAL REDUCTION IN VEHICLE ROUTING PROBLEMS

REDUCCIÓN DIMENSIONAL EN PROBLEMAS DE RUTA DE VEHÍCULOS

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

Um dos principais problemas de ampla aplicação prática na logística é o Problema de Roteamento de Veículos (PRV). Desde que o problema foi proposto diversas variações do problema surgiram com a finalidade de atender a uma série de problemas reais, estes são formulados adicionando restrições ao PRV. Também é importante destacar que grande parte dos trabalhos presentes na literatura, que abordam os PRVs, apresentam soluções em que apenas um objetivo, relacionado a minimização dos custos de transporte, é tratado. Entretanto, diversos problemas reais de logística não se limitam somente aos aspectos de custo, visto que as soluções para estes problemas podem envolver outros fatores como a satisfação do consumidor, satisfação do motorista, segurança e violação de restrições. Frequentemente, a aplicação de Algoritmos Evolutivos Multiobjetivo (Multi-objective Evolutionary Algorithms - MOEA) aos PRVs é uma alternativa atraente, pois estes são capazes de gerar soluções razoáveis em tempo computacional aceitável. Todavia, observa-se que quanto maior o número de objetivos, menor é o desempenho dos MOEAs. Assim, surgem ferramentas que possibilitem reduzir o número de objetivos em problemas de otimização com muitos objetivos, de modo que, a alteração das soluções da frente de Pareto seja mínima.

REFERENCIAS

Saxena, J. Duro, A. Tiwari, K. Deb, and Q. Zhang. Objective reduction in many-objective optimization: Linear and nonlinear algorithms. **IEEE Trans. Evolutionary Computation**, 17:77-99, 2013.

H. Singh, A. Isaacs, and T. Ray. A pareto corner search evolutionary algorithm and dimensionality reduction in many-objective optimization problems. **IEEE Trans. Evolutionary Computation**, 15(4):539-556, 2011.

SOLUÇÕES DE SEGURANÇA PARA DATA CENTER EM UMA ORGANIZAÇÃO

DATA CENTER SECURITY SOLUTIONS IN AN ORGANIZATION

SOLUCIONES DE SEGURIDAD DE DATA CENTER EN UNA ORGANIZACIÓN

Gustavo Fajardo Lima

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, limafajardo1998@gmail.com

Matheus Moreira Santana

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, matheus.santana156@gmail.com

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

A pesquisa fala de um tema muito melindroso para várias empresas: as soluções de segurança para Data Center em uma empresa. Os sistemas de informação que fazem parte da empresa toleram informações críticas e, tendo conta disso, são conceituadas ferramentas de numerosa relevância na gestão estratégica de informação das empresas. Estes sistemas são os causadores pela maior desenvoltura nos métodos e disponibilidade dos dados. Neste serviço é ofertada a auditoria de sistemas das companhias focalizado em segurança da informação, mencionando a indispensabilidade presente de as empresas proporcionarem informações seguras aos tomadores de decisão. Essa autoridade nas informações, dados, registros e sistemas conseguem tornar-se maximizadas através do emprego de estruturas de segurança da informação e normas de segurança, o quais nessa pesquisa dá-se ênfase na ISO 27000. Entretanto, segurança provoca gastos de manutenção, visto que sistemas que não levam em ponderação a segurança, são mais acessíveis e simples de preservar. A dificuldade é que a escassez de confiança ou prejuízo de informações consegue custar muito mais caro.

REFERENCIAS

LIN, J.; HSIEH, P. The Role of Technology Readiness in Customers' Perception and Adoption of Self-Service Technologies. **International Journal of Service Industry Management**, v. 27, n. 15, p. 497-517, 2014.

SANTOS, E.; SOARES, T. Riscos, ameaças e vulnerabilidades: O impacto da segurança da informação nas organizações. **Revista Tecnológica da Fatec Americana**, v. 7 n. 02, p. 43-51, 2019.

TECNOLOGIA VERDE

GREEN TECHNOLOGY

TECNOLOGÍA VERDE

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

Caroline Fernandes Lima

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Engenharia Civil, carolinefernandeslima@yahoo.com.br

A logística verde preocupa-se com o processo de saída, transporte, armazenamento e recolhimento de produtos ao final de sua vida útil, cuidando para que não haja emissão de poluentes e nem agressões ao meio ambiente. Isto é, a logística verde preocupa-se com os impactos e suas atividades sobre o meio que a cerca. Diante deste contexto, estudamos o Problema de Roteamento de Veículos com Coleta e Entrega. Uma vez formulado o Problema de Roteamento de Veículos com Coleta e Entrega, diversas técnicas computacionais podem ser empregadas para retornar respostas que indiquem soluções práticas na coleta de produtos recicláveis. Tais técnicas geralmente estão ligadas à área de Inteligência Computacional para Otimização. Assim, podemos demonstrar que a tecnologia, bem como suas técnicas e algoritmos, são ferramentas que podem trazer uma contribuição considerável quando se trata de Logística Verde. Entretanto, a solução para uma sociedade que possua uma maior consciência ambiental não parte da tecnologia, mas sim da sociedade.

REFERENCIAS

Lin, C., Choy, K., Ho, G., Chung, S. e Lam, H.: 2014, Survey of green vehicle routing problem: Past and future trends, **Expert Systems with Applications** 41(4, Part 1), 1118 – 1138.

Toth, P. e Vigo, D. (eds): 2001, **The Vehicle Routing Problem, Society for Industrial and Applied Mathematics**, Philadelphia, PA, USA.

UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL A DISPOSITIVOS TIPO INTERNET DAS COISAS

A STUDY ON THE APPLICATION OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE TO INTERNET OF THINGS DEVICES

ESTUDIO SOBRE LA APLICACIÓN DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL A DISPOSITIVOS DE COSAS TIPO INTERNET

Anderson Bastos Bandeira

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, emaildeandersonbastos@gmail.com

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

Aparelhos que compõem a Internet das Coisas estão presentes em muitos momentos da vida em sociedade atual. Varias de suas funcionalidades envolvem o uso de Inteligência Artificial, como os recursos de voz em um celular. A produção de informações nesses aparelhos é enorme, mas eles não possuem o poder computacional suficiente para processar a Inteligência Artificial necessária à execução das tarefas e acabam recorrendo aos recursos disponibilizados na nuvem. Porém essa estrutura tem cada vez mais dificuldades em dar apoio a tais tarefas, provocadas pela centralização de grande poder computacional, porém esparsa geograficamente, que concentra as atividades que lhe é requisitada e provocam tempos de resposta longos com custos grandes em infraestrutura de rede. Uma solução proposta para esse problema é uma estrutura conhecida como Edge Computing, que dá apoio à estrutura convencional de nuvem absorvendo para si parte das atividades que seriam originalmente requisitadas aos grandes centros de processamento. Por ser composta de estruturas fisicamente mais próximas dos usuários finais e não precisar lidar com tantas atividades ao mesmo tempo (comparado a uma nuvem tradicional), o custo com infraestrutura é reduzido e o tempo de resposta é encurtado, viabilizando tarefas da Inteligência Artificial, além de abrir novas possibilidades de aplicação. A implementação da estrutura de Edge Computing possui diversos desafios, mas já é experimentado pelos interessados na ideia e há propostas e soluções que buscam explorar tais recursos.

REFERENCIAS

WANG, Xiaofei et al. **Convergence of edge computing and deep learning: A comprehensive survey**. IEEE Communications Surveys & Tutorials, v. 22, n. 2, p. 869-904, 2020.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Artificial intelligence: a modern approach**. Prentice Hall, v. 1, 2002.

USO DE SIMULADORES COMO ALTERNATIVA DE TREINAMENTO

USE OF SIMULATORS AS A TRAINING ALTERNATIVE

USO DE SIMULADORES COMO ALTERNATIVA DE CAPACITACIÓN

Fernando Kayro Pereira dos Santos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, fkayro2009@gmail.com

Jordan Gabriel Lemes Ramos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, jordangabriel478@gmail.com

Lucas Carvalho Oliveira Matsueda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Sistemas de Informação, lucasmatsueda@gmail.com

Com o avanço da tecnologia formas de Realidade Virtual, como os simuladores virtuais, vêm sendo aprimoradas para serem utilizadas nos treinamentos em áreas diversas. Compreende-se como simulador virtual, um equipamento capaz de reproduzir e/ou simular de forma fidedigna a realidade do sistema simulado. Sabe-se que, para a realização de tarefas e procedimentos complexos, faz-se necessário treinamento que pode oferecer riscos diretos e indiretos aos envolvidos. A imperícia durante um treinamento ou execução de uma tarefa pode levar a danos graves e até letais, além de poder desencadear prejuízos financeiros e desperdícios de materiais. Diante disso, os simuladores, ofertam opções para o treinamento em áreas como a Medicina, Educação, Indústria Civil, Militar. Assim, é possível avaliar a vantagens e desvantagens da utilização de simuladores nos treinamentos. Sabe-se que, apesar do custo elevado para aquisição dos equipamentos, ainda se tornam uma vantagem diante do custo de uma estrutura real, minimizando ou erradicando danos aos envolvidos. Estima-se também que o simulador proporcione maior fixação, já que o procedimento pode ser repetido várias vezes. Sabe-se também que, apesar da similaridade com a realidade, a simulação pode não antever alguns percalços do ambiente real.

REFERENCIAS

SALIBY, E. Repensando a Simulação Computacional. São Paulo, **Atlas**, 1989.

PIMENTEL, K.; TEIXEIRA, K. Virtual reality - through the new looking glass. **2.ed. New York**, McGraw-Hill, 1995.

**APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA À LEI DE
LAVAGEM DE CAPITAIS**

**APPLICATION OF DELIBERED BLINDNESS THEORY TO THE LAW OF
CAPITAL WASHING**

**APLICACIÓN DE LA TEORÍA DE LA CEGUERA DELIBERADA A LA LEY DE
LAVADO DE CAPITAL**

Dailva Jaci Marques Nogueira Guimarães Rosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Direito, dailva_nogueira12@hotmail.com

Erick Willi de Souza Chaves

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Direito, erikwilli04@hotmail.com

Alex Soares de Barbuda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, alexbarbuda@hotmail.com

José Gaspar Rosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, advgaspar@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo abordar sobre o crime de lavagem de dinheiro (capitais) mediante o emprego da teoria da cegueira deliberada ou teoria da avestruz, enfatizando suas principais vertentes no judiciário brasileiro. Objetiva-se uma análise no âmbito criminal a fim de explorar a conduta dolosa em camuflar a natureza de propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente de infração penal, como previsto no caput do art. 1º da Lei n.º 9.613 de 03 de março de 1998, que teve seu texto alterado pela Lei n.º 12.683, de 2012. O estudo é fundamentado em doutrinas, legislação e jurisprudências que abordam sobre o tema. Salienta-se que independente do reconhecimento da supradita teoria no Brasil, a qual o agente deliberadamente se mantém em estado de ignorância em relação à natureza ilícita de seus atos, a jurisprudência entende que este assume o risco de lesão a ordem jurídica, e por isso, o Estado tem o dever de punir o criminoso acusado de tal prática. Portanto conclui-se que a Teoria e seus princípios são a base necessária para a aplicabilidade da sanção punitiva para crimes de lavagem de capitais, adequando a conduta ao dolo eventual.

Palavras-chave: Teoria da Cegueira Deliberada. Lavagem de Capitais. Responsabilidade Penal. Direito Penal Econômico. Criminalidade Econômica.

REFERENCIAS

_____. Tribunal Federal Regional da 5ª Região APELAÇÃO CRIMINAL (ACR5520-CE) PROC. ORIGINÁRIO Nº: 2005.81.00.014586-0 - Justiça Federal - CE. Disponível em <https://www4.trf5.jus.br/cp/cp.do> VARA: 11ª Vara Federal do Ceará . Acesso 28 de jun. 2020

_____. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Grupo de Ação Financeira contra a**

Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi/FATF) Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao> internacional/prevencao-e-combate-a-lavagem-de-dinheiro-e-ao-financiamentodo-terrorismo/gafi#wrapper Acesso 19 de jun. 2020

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**, volume 1, parte geral : (arts. 1º a 120) / Fernando Capez. — 15. Ed. — São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** / Rogério Greco. - 17. ed. Rio de Janeiro : Impetus, 2015.

GONÇALVES, Fernando Moreira. **Breve histórico da evolução do combate à lavagem de dinheiro** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-jan-12/segunda-leitura-evolucao-combate-lavagem-dinheiro-mundo>. Acesso 19 de jun. 2020

**COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS
RESTRITIVAS IMPLEMENTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA NO BRASIL**

**COLLISION BETWEEN FUNDAMENTAL RIGHTS: AN ANALYSIS OF
RESTRICTIVE MEASURES IMPLEMENTED DUE TO THE PANDEMIC
IN BRAZIL**

**COLISIÓN ENTRE DERECHOS FUNDAMENTALES: UN ANÁLISIS DE
MEDIDAS RESTRICTIVAS IMPLEMENTADAS POR LA PANDEMIA
EN BRASIL**

Heloisa Ferreira Rodrigues

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Direito, heloisافر97@gmail.com.

Hortência Gomes de Magalhães

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Direito, hortenciamagalha@hotmail.com

Alex Soares de Barbuda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, alexbarbuda@hotmail.com

José Gaspar Rosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, advgaspar@gmail.com

O cenário brasileiro teve uma abrupta transformação após o reconhecimento do estado de calamidade pública gerado pela pandemia ocasionada pelo COVID-19. O presente trabalho busca explorar de forma qualitativa a constitucionalidade das medidas não farmacêuticas adotadas pelas autoridades públicas frente à essa anormalidade constitucional, vez que não se trata de um estado de exceção conforme a Constituição Federal faz previsão, mas sim de uma situação completamente adversa às normas constitucionais. De início foi realizado uma breve abordagem sobre os direitos fundamentais e seus principais aspectos e sobre os estados de exceção e calamidade pública no Brasil. Em seguida, por meio de um parâmetro constitucional e principiológico foram analisadas as constitucionalidades das medidas de prevenção, da legalidade das ações restritivas aos direitos fundamentais por meio de decretos, assim como a colisão dos direitos fundamentais perante tais medidas. Buscou-se demonstrar que embora o direito à saúde deva prevalecer no caso da atual crise sanitária, é de suma importância garantir o respeito aos princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade, haja vista que estes que vão garantir o menor impacto na esfera dos direitos fundamentais, ante ao cerceamento destes para preservar a saúde de todos.

Palavras-Chave: Pandemia. Estado de Exceção. Calamidade Pública. Constitucionalidades. Colisão de Direitos Fundamentais

REFERENCIAS

ALMEIDA, Ricardo Marques. Contra a covid-19, não há direitos? 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-12/ricardo-marques-covid-19-nao-direitos>. Acesso em 14 jun. 2020.

BERCOVICI, Gilberto. Soberania e Constituição: para uma Crítica do Constitucionalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de jul. 2020.

BRÍGIDO, CAROLINA. NOVA LEI PERMITE EXAME COMPULSÓRIO PARA VÍRUS, MAS NÃO INTERNACÃO. Disponível em: <https://epoca.globo.com/carolinabrigido/nova-lei-permite-exame-compulsorio-para-virus-mas-nao-internacao-1-24306105>. Acesso em: 29 jun. 2020.

CARVALHO, Nicácio. O direito de emergência instala crise de legalidade no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/326738/o-direito-de-emergencia-instala-crise-delegalidade-no-enfrentamento-da-pandemia-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CORREIA, Ana Carolina. O que é uma pandemia? 2020. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2020/03/16/o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 3 jun. 2020.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, p. 870.

**IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS TEMPLOS RELIGIOSOS E SUA ABRANGÊNCIA
CONFORME INTERPRETAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL**

**TAX IMMUNITY OF RELIGIOUS TEMPLES AND THEIR
SCOPE ACCORDING TO THE INTERPRETATION OF THE STANDARD
CONSTITUTIONAL**

**INMUNIDAD FISCAL DE LOS TEMPLOS RELIGIOSOS Y SUS
ALCANCE SEGÚN LA INTERPRETACIÓN DE LA NORMA
CONSTITUCIONAL**

Kemilly Silva Ribeiro

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Direito, kemilly.silva.ribeiro@hotmail.com

Marcos Ramos Cardoso

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, ramos-cardoso2012@bol.com.br

Alex Soares de Barbuda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, alexbarbuda@hotmail.com

José Gaspar Rosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, advgaspar@gmail.com

O presente trabalho tem o objetivo de discutir as abrangências e limitações da norma constitucional de imunidade tributária dos templos religiosos. A imunidade dos templos é um benefício fiscal previsto no art. 150, VI, alínea b, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 que dispõe vedação expressa à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em instituir impostos sobre os templos de qualquer culto, compreendendo apenas o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados as finalidades essenciais. No decorrer do trabalho é exposto a origem da imunidade, seu conceito e seu alcance. Além disso, é discutido o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a interpretação da norma quanto aos fins essenciais previstos na Constituição como requisito para a concessão da imunidade e os riscos da extensão da norma constitucional. O tema abordado será explanado numa perspectiva de estudo documental, com pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, diante do cenário atual. Conclui-se que para o exercício do poder de fiscalização da Administração Pública e para o cumprimento adequado da norma constitucional é necessário que os beneficiários da imunidade dos templos de qualquer culto comprovem os fins essenciais dos patrimônios, rendas e serviços por meio de obrigação acessória, mantendo a escrituração de suas receitas e despesas em livros.

Palavras-chave: Imunidade; Templos religiosos; Tributos; Impostos; Constituição Federal.

REFERENCIAS

_____. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributários aplicáveis à União, Estados e Municípios.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm> Acesso em: 30 de março de 2021.

ALMEIDA, Cátia. **O entendimento do STF sobre a aplicação da imunidade tributária aos templos de qualquer culto e maçonaria.** Jus Navigandi, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/70708/o-entendimento-do-stf-sobre-a-aplicacao-da-imunidade-tributaria-aos-templos-de-qualquer-culto-maconaria#:~:text=%C2%A7%204%C2%BA%20do%20artigo%20150,podendo%20ser%20aplicado%20o%20ICMS>>. Acesso em: 11 de março de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei complementar nº 21/2020. **Dispõe sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às finalidades essenciais dos templos de qualquer culto religioso para gozo da imunidade tributária prevista no §4º do art. 150 da Constituição Federal.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1862512&filename=PLP+21/2020> Acesso em: 05 de maio de 2021.

_____. Constituição (1824). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em 18 de março de 2021.

_____. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em 18 de março de 2021.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em 18 de março de 2021.17

_____. Constituição (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em 18 de março de 2021.

_____. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em 18 de março de 2021.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 18 de março de 2021.

_____. Senado Federal. Sugestão legislativa nº 2, de 2015. **Fim da imunidade**

tributária para as entidades religiosas (igrejas). Disponível em:
<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122096>> Acesso
em: 06 de maio de 2021.

_____. Súmulas Anotadas (2015): **Súmula Vinculante nº 52 do Supremo Tribunal Federal.** Publicada em 23/06/2015, DJe nº 121, p.2. Disponível em:
<<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula811/false>> Acesso em:
06 de Maio de 2021.

**JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE - DIREITO FUNDAMENTAL EM CONFLITO COM
PRINCIPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL**

**HEALTH JUDICIALIZATION - FUNDAMENTAL LAW IN CONFLICT WITH
THE PRINCIPLE OF THE POSSIBLE RESERVATION**

**JUDICIALIZACIÓN DE LA SALUD - LEY FUNDAMENTAL EN CONFLICTO CON
EL PRINCIPIO DE LA POSIBLE RESERVA**

Fernanda Santos Caldeira

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Direito, fernandascaldeira@hotmail.com

Alex Soares de Barbuda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, alexbarbuda@hotmail.com

José Gaspar Rosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, advgaspar@gmail.com

A Constituição Federal de 1988 ao estabelecer direitos fundamentais, promoveu a redemocratização do Brasil, ampliando o acesso à justiça e ao Poder Judiciário. Dentre os direitos sociais, o direito à saúde demanda uma atuação positiva do Estado para sua efetivação, tendo o artigo 196 da norma constitucional garantido o acesso universal e igualitário mediante políticas sociais e econômicas. Tem-se, pois, que o direito à saúde se tornou passível de ser tutelado judicialmente e culminou na intervenção do Poder Judiciário, no sentido de determinar à Administração Pública a garantia desse direito quando infringido, levando ao fenômeno conhecido como judicialização da saúde. Contudo, diante desse ampliado quadro de direitos, os entes estatais passam a conviver com crescentes dificuldades e, por vezes, incapacidade de atender a todas as demandas sociais básicas do cidadão. Nesse contexto apresenta-se a problemática envolvendo, de um lado, a universalidade e gratuidade dos direitos sociais, em destaque as prestações positivas de saúde, e de outro, a limitação orçamentária dos entes estatais para concedê-las de modo eficiente à sociedade. Trata-se de trabalho de pesquisa virtual, bibliográfico e jurisprudencial. Abordou-se o conteúdo e significado dos institutos jurídicos da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais. Em seguida, apresentou-se discussões acerca do princípio do mínimo existencial e da reserva do possível indicando o recente posicionamento jurisprudencial do STF nas decisões que versam sobre a garantia do direito fundamental à saúde.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Judicialização da Saúde. Mínimo existencial.
Reserva do Possível

REFERENCIAS

BARROSO, L. R. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. **Revista de**

Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/estudobarroso.pdf>>. Acesso em: 11 Julho 2020.

BODNAR, Z.; SEVEGNANI, J. O Princípio da Subsidiariedade como Delimitador das Políticas Públicas no Brasil. **CONPEDI**, Flirianópolis, 30 Abril 2014.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 Maio 2020.

BRASIL. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. **LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 12 JULHO 2020.

DALLARI, S. G. **Direito Sanitário: Fundamentos, Teoria e Efetivação**. 2. ed. São Paulo: Artheneu, 2013.

FERREIRA FILHO, M. G. **Direitos humanos fundamentais**. 7. ed. São Paulo: Sraiva, 2005.

GEBARA, G. Z. A administração Pública no Estado Constitucional. Os direitos sociais como direitos subjetivos e o princípio da reserva orçamentária no Brasil e no direito comparado. **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados, v. 16, p. 31, Janeiro 2014.

O STATUS JURÍDICO DOS NÃO HUMANOS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO
THE LEGAL STATUS OF NON-HUMAN IN THE BRAZILIAN ORDINANCE
EL ESTATUTO LEGAL DE LOS NO HUMANOS EN LA ORDENANZA BRASILEÑA

Cristhiana Miranda Santos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Direito, cristhiana.miranda@hotmail.com

Sarah Khendally Dantas

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, as.oliveira.13@hotmail.com

Alex Soares de Barbuda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, alexbarbuda@hotmail.com

José Gaspar Rosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, advgaspar@gmail.com

O presente resumo tem por finalidade a análise do posicionamento jurídico dos animais no ordenamento jurídico brasileiro. A problemática central versa sobre a possibilidade de enquadrar os animais não-humanos como sujeitos de direito. Será evidenciado que a perspectiva do direito brasileiro encontra-se arcaica frente aos avanços do atual posicionamento ecológico e social. Dessa maneira, o presente estudo objetiva desconstruir e superar a visão civilista que reduz os animais na categoria de objeto para incluí-los em nova condição jurídica. Assim, é necessário desenvolver a consciência coletiva acerca da proteção do meio ambiente, e afastar definitivamente a cultura antropocêntrica que se encontra enraizada não só na sociedade, mas também na legislação como um todo. É indispensável perfilhar aos animais valores básicos e essenciais que nascem não em decorrência de uma capacidade racional, e sim senciente. E nesse contexto, a legislação atual que reconhece os não-humanos como objetos, precisa ser reformulada, por um posicionamento que aceite uma titularidade de direitos que abarque os demais seres vivos.

Palavras-Chave: Direito Animal; Natureza Jurídica; Sujeitos de Direito; Animais Não-Humanos; Ordenamento Jurídico Brasileiro.

REFERENCIAS

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/da-situacao-juridica-dos-animais-frente-ao-direito-de-familia>.

ACKEL FILHO, Diomar. **Direito dos animais**. São Paulo: Themis Livraria e Editora, 2001.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. Parte Geral. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.640.

DINIZ, Maria Helena – **Compêndio de Introdução do direito**/ Maria Helena Diniz – 20 ed. rev. e. atual. – São Paulo: Saraiva, 2009.

FERREIRA, Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães. A proteção aos animais e o direito: O *Status* jurídico dos animais como sujeitos de direito./ Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira, Curitiba: Juruá, 2014. (FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos Direitos Animais**, Campinas: Editora: Unicamp2013, p.41). (FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos Direitos Animais**, Campinas: Editora: Unicamp2013, p.41). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS FEMINICÍDIOS: UMA ANÁLISE NO ESTADO DE MINAS GERAIS EM ÉPOCA DE PANDEMIA

VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FEMINICIDIOS: UN ANÁLISIS EN EL ESTADO DE MINAS GERAIS EN TIEMPO DE PANDEMIA

DOMESTIC VIOLENCE AND FEMINICIDES: AN ANALYSIS IN THE STATE OF MINAS GERAIS IN PANDEMIC TIME

Bruna Pereira da Cruz

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo
Otoni
Direito, pereirabruna810@gmail.com.

Geovana Lisboa de Almeida

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, geovana_la@hotmail.com.

Alex Soares de Barbuda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, alexbarbuda@hotmail.com

José Gaspar Rosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, advgaspar@gmail.com

O presente estudo abordará sobre a violência doméstica e os feminicídio no Estado de Minas Gerais em época de Pandemia. Serão analisados o conceito de violência e a violência de gênero, as normas de proteção à mulher contra a violência no âmbito internacional e nacional; as formas de violência contra a mulher descritas na Lei Maria da Penha e a análise dos casos de violência doméstica e feminicídios em Minas Gerais no cenário da pandemia. Foi realizado levantamento bibliográfico do período de 2006 a 2021, tendo como objetivo analisar os casos de violência doméstica e feminicídios no Estado de Minas Gerais, a qual observou-se que houve uma diminuição nos Registros de Ocorrência. Especialistas esclarecem, que esse fato ocorre em razão da necessidade de permanência da vítima no ambiente doméstico com seus agressores no cenário na pandemia, visto que a vítima por medo e fragilizada não encontra meios para efetuar a denúncia, o que tem gerado preocupação aos órgãos de segurança pública. Portanto, realizar esse debate é de suma relevância para melhor compreender o comportamento das vítimas e motivos da redução dos registros de denúncias no Estado de Minas Gerais, bem como buscar criar conscientização, iniciativas de acolhimento às vítimas, além de buscar prevenção desses crimes e a devida penalização dos seus agressores.

Palavras-chave: Feminicídio; Lei Maria da Penha; Pandemia; Violência Doméstica.

REFERENCIAS

ALVES, Lara. **Registros de violência doméstica crescem 50% em BH, e PC**

lança manual de apoio. O tempo, 2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/registros-de-violencia-domestica-crescem-50-em-bh-e-pc-lanca-manual-de-apoio-1.2455863>>. Acesso em 22 de maio 2021.

BARBOSA, Amanda Espíndola. **Violência contra a Mulher - Legislação Nacional e Internacional.** Jus Brasil, 2013. Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/121937941/violencia-contra-a-mulher-legislacao-nacional-e-internacional-por-amanda-espindola-barbosa>>. Acesso em 20 de março 2021.

BIANCHINI, Alice. **O que é “violência baseada no gênero”?** Jus Brasil, 2016. Disponível em: <<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/312151601/o-que-e-violencia-baseada-no-genero>>. Acesso em 20 de março 2021.

BOND, Letycia. **Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante a pandemia.** Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>>. Acesso em 20 de maio 2021.

BORGES, Amanda Tavares; IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Violência doméstica em tempos de confinamento obrigatório: a epidemia dentro da pandemia.** Jus Brasil, 2020. Disponível em: <<https://amandatavaresborges.jusbrasil.com.br/artigos/929834848/violencia-domestica-em-tempos-de-confinamento-obrigatorio-a-epidemia-dentro-da-pandemia>>. Acesso em 20 de março 2021.

BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 20 de março de 2021.

CAMPOS, Carmen H. de (org.). **Lei Maria da Penha sob a perspectiva feminista.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.17

FERREIRA, Evelise Paula Ferreira; ONUMA, Fernanda. **“Uma Força que nos Alerta”: pela atenção a casos como o Feminicídio de Maria no Sul de Minas Gerais durante e após a pandemia da COVID-19.** Unifal MG, 2020. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2020/06/15/uma-forca-que-nos-alerta-pela-atencao-a-casos-como-o-feminicidio-de-maria-no-sul-de-minas-gerais-durante-e-apos-a-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em 22 de maio 2021.

O VOTO FACULTATIVO COMO INSTRUMENTO PARA CIDADANIA PLENA

THE OPTIONAL VOTE AS AN INSTRUMENT FOR FULL CITIZENSHIP

EL VOTO OPCIONAL COMO INSTRUMENTO PARA LA CIUDADANÍA PLENA

Leiles Lene Gonçalves Lopes Macedo

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Direito, leiles.macedo@gmail.com.

Luis Guilherme De Oliveira Paranhos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, luis.paranhos@gmail.com.

Alex Soares de Barbuda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, alexbarbuda@hotmail.com

José Gaspar Rosa

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor Direito, advgaspar@gmail.com

O tema do presente trabalho cinge-se à análise do voto no Brasil, que atualmente é obrigatório, em que pese alguns doutrinadores sustentarem que a obrigatoriedade é somente o comparecimento ao local de votação. Analisando o cerne da democracia, que é dá participação livre do povo no Governo, nota-se que referida obrigatoriedade destoa dos pilares sustentados em um Estado Democrático de Direito. O objetivo principal a ser atingido é demonstrar a necessidade de adequação do atual modelo de votação, em que o cidadão que ostente os requisitos Constitucionais é compelido a votar, contrariando os fundamentos de um regime democrático, em que o povo exerce especial soberania de sua vontade, e portanto, não deveria ser obrigado ao exercício de tal direito. Desta forma, com abordagem qualitativa e através de revisão bibliográfica, conclui-se que o regime político da democracia, por seus fundamentos e concepções, inclusive tendo em vista as evoluções e pensamentos da atual sociedade brasileira, não ampara o modelo de votação obrigatória, razão pela qual não resta plausível a manutenção de tal obrigatoriedade dentro de um estado democrático de direito, sendo pertinente todo estudo que discuta e dê relevo à questão tão pertinente e atual. Destarte, necessário se faz, alterar os dispositivos normativos vigentes, de modo a tornar facultativo o direito ao voto, para que o cidadão possa exercer a sua cidadania de forma livre e consciente e bem intencionada.

Palavras-chave: Voto obrigatório; Regime democrático de direito; Democracia; Voto facultativo.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Cássia Campos. O voto facultativo como uma passo da reforma política. Revista Âmbito Jurídico. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista155/o-voto-facultativo-como-um-passo-da-reforma-politica/>. Acesso em 08 nov. 2021. ALMEIDA, Leonardo;

LA BRADBURY, Leonardo Cacao Santos. O voto obrigatório em contraposto à liberdade individual no Estado democrático de direito. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4516, 12 nov. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/33485>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BONAVIDES. Paulo. Ciência Política, 10^a ed. São Paulo: Malheiros, 2000. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de bro de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em:. Acesso em 10 mar.2021. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 07 out. 2021.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Conheça a história do voto no Brasil. 03/10/2008,09:39h. Agência Câmara. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/noticias/122465-conheca-a-historia-do-voto-no-brasil/>>. Acesso em 07 out. 2021.

CAMPOS, Jessica Camila. Aspectos dos Códigos Eleitorais brasileiros.jus.com.11/2016. Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/61699/aspectos-dos-codigos-eleitorais-brasileiros>>. Acesso em 07 out.2021.

MACHADO, Luiz Humberto Thomazelli. Os aspectos contraditórios da obrigatoriedade do voto no Brasil. LUIZ HUMBERTO THOMAZELLI. Artigo científico. (Graduação em Direito) Disponível em: . Acesso em 07 out. 2021.

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA ENTRE SAPATA ISOLADA E DE DIVISA

ECONOMIC FEASIBILITY STUDY BETWEEN INSULATED SHOE AND CURRENCY

ESTUDIO DE VIABILIDAD ENONÓMICA ENTRE ZAPATO AISLADO Y MONEDA

Erasmus de Souza Chaves

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, erasmochaves0@gmail.com

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, rscolares2@hotmail.com

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, altamirojms@gmail.com

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, hamilton.engenharia@gmail.com

Definir a melhor fundação a ser utilizada na obra é de grande importância para que a estrutura apresente menor custo, estabilidade e segurança. Este estudo tem como propósito analisar e comparar o custo entre dois modelos de fundação de edifício unifamiliar, composto por dois pavimentos, localizado na região de Padre Paraíso-MG. Segundo a ABNT NBR 6122 (2019), fundação superficial é todo elemento de fundação em que os esforços são transmitidos essencialmente pelas pressões que se distribuem sob a base da fundação, e em que o nível de assentamento relacionado ao terreno adjacente é inferior à duas vezes a menor dimensão da fundação. O projeto utilizado conta com dois pavimentos, contendo uma garagem no térreo. Para não apresentar diferença nas análises, as lajes, vigas e pilares utilizados para cada fundação tiveram as mesmas dimensões, considerando apenas a diferença de custo das fundações. Após todas as análises, obteve-se os valores de R\$ 22174,59 na escolha da sapata com divisa e R\$ 29670,70 para a sapata isolada. Esta diferença, não se soma a algumas incertezas que são corriqueiras em uma obra, bem como as complicações que aparecem no momento em que se confeccionam elementos estruturais in loco, ou paralizações devido ao tempo, por exemplo, não se apresenta de forma volumosa. Contudo, adota-se a solução de sapata isolada como melhor alternativa na escolha entre os dois modelos, para o projeto em questão, com taxa de solo maior que 2,5kgf/cm², C25 para sapatas, vigas e pilares.

REFERENCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6122: Projeto e execução de fundações**. Rio de Janeiro, ABNT, 2019.

ANALISE DA FUNDAÇÃO UTILIZADA NA CONSTRUÇÃO DO NOVO PREDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE ARAÇUAÍ-MG

ANALYSIS OF THE FOUNDATION USED IN THE CONSTRUCTION OF THE NEW BUILDING OF THE FORUM OF THE DISTRICT OF ARAÇUAÍ-MG

ANÁLISIS DE LA FUNDACIÓN UTILIZADA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL NUEVO EDIFICIO DEL FORO DEL CONDADO DE ARAÇUAÍ-MG

Alysson Correia Pinto

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, alyssoncp20@gmail.com

Ricardo Antonio de Amaral Junior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, ricardinho_junior17@outlook.com

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, rscolares2@hotmail.com

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, altamirojms@gmail.com

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, hamilton.engenharia@gmail.com

A fundação é uma parte fundamental de qualquer estrutura de obras de engenharia. É de importante saber qual o tipo de terreno presente no local da obra desde o início, pois o solo é um material natural heterogêneo de diferentes propriedades e comportamentos. Segundo a NBR 6122 (2019) fundações profundas são aquelas que recebem a carga proveniente da superestrutura e descarregam no solo pela sua base (ponta), pelas suas paredes laterais (fuste) ou por uma combinação das duas. O presente artigo apresenta um estudo de caso sobre o processo de escavação dos furos para execução das estacas e tubulões e tem como objetivo analisar esse processo na construção do novo prédio do Fórum da Comarca de Araçuaí-MG. Através dos resultados pode-se destacar que as fundações executadas nos níveis encontrados pela perfuração estavam corretas, não havendo risco de colapso. Os dados fornecidos pelas sondagens à percussão e rotativa indicam solos resistentes já nas camadas superficiais, favorecendo a resistência e estabilidade da estrutura. O fuste analisado no teste de integridade estava íntegro e sem irregularidades que poderiam comprometer a estabilidade e segurança da estrutura. As verificações das tensões nas bases dos tubulões foram realizadas considerando as profundidades finais das perfurações e calculando as tensões admissíveis do solo em cada um, todos os solos apresentaram taxa admissível no mínimo igual a 6kg/cm^2 .

REFERENCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6122:**
Projeto e execução de fundações. Rio de Janeiro, ABNT, 2019.

**COMPARATIVO DE CUSTO NO PROJETO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO
ARMADO VARIANDO A CLASSE DE AGRESSIVIDADE AMBIENTAL**

**COST COMPARISON IN THE PROJECT OF REINFORCED CONCRETE
STRUCTURES VARYING THE ENVIRONMENTAL AGGRESSIVENESS CLASS**

**COMPARACIÓN DE COSTOS EN EL PROYECTO DE ESTRUCTURAS DE
HORMIGÓN ARMADO VARIANDO LA CLASE DE AGRESIVIDAD
AMBIENTAL**

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, rscolares2@hotmail.com

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, altamirojms@gmail.com

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, hamilton.engenharia@gmail.com

Ao dimensionar uma estrutura, o engenheiro deve estar atento a vários fatores, principalmente aqueles que afetam a estabilidade, segurança e durabilidade da mesma. É importante analisar todos os critérios relacionados a estes fatores antes de iniciar o processo de cálculo. Assim, destaca-se a agressividade ambiental do local onde a obra será executada. É necessário classificar a estrutura e utilizar os critérios fornecidos pela NBR 6118 (2014), que afetam a resistência a compressão e o cobrimento do concreto para proteger o aço. Este último, varia de conforme o elemento estrutural, como laje, viga, pilar e fundação. Esta pesquisa teve como objetivo dimensionar uma edificação comercial com quatro pavimentos dentro das quatro classes de agressividade ambiental e realizar um comparativo de custos baseados na tabela SINAPI. Diante do projeto arquitetônico analisado, verificou-se que a diferença de custo para execução da obra, variou conforme a agressividade do ambiente. A classe I obteve maior valor, considerando que a resistência do concreto utilizado foi de 20Mpa, os elementos ficaram com maiores seções. Assim, baseado nos resultados deste estudo de caso, a classe de agressividade ambiental III foi a que apresentou menor custo, mostrando que o aumento da agressividade ambiental da edificação não sugere um crescimento dos gastos.

REFERENCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118:**
Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro, ABNT, 2014.

ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS DE UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO

COMPLIANCE WITH THE STANDARDS OF HYDRAULIC FACILITIES BUILDING ON A UNIVERSITY CAMPUS

CUMPLIMIENTO DE LAS NORMAS DE INSTALACIONES HIDRÁULICAS CONSTRUIDAS EN CAMPUS UNIVERSITARIO

Douglas Ornelas de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: douglasornelas.11@gmail.com

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: hamilton.engenharia@gmail.com

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: altamirojms@gmail.com

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: rscolares2@hotmail.com

Em qualquer edificação, o funcionamento adequado das instalações hidráulicas prediais é de suma importância, sejam elas residenciais, comerciais, educacionais, etc. Para tanto, é necessário que as mesmas sejam projetadas e executadas em consonância com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), visando proporcionar conforto aos usuários, prevendo peças de utilização adequadamente localizadas, de fácil operação, com vazões satisfatórias e atendendo às demais exigências do usuário. Tendo em vista a melhoria da qualidade de utilização e conforto dos alunos que frequentam um campus universitário localizado no município de Teófilo Otoni, foi realizada uma análise com relação à reserva de água e quantidade de aparelhos hidro sanitários disponíveis para uso dos mesmos, não sendo escopo o dimensionamento das tubulações. Para tanto, foi feito um levantamento no campus sobre a quantidade de alunos, capacidade dos reservatórios e quantidade de aparelhos hidro sanitários instalados, disponíveis nas áreas de utilização dos alunos, assim como de funcionários da instituição. Com todos os dados recolhidos de várias fontes confiáveis, sempre se baseando nas normas atuais da Associação Brasileira de Normas Técnicas, foi possível chegar a resultados diferentes, observando alguns pontos positivos e outros negativos. Em relação a mictórios para o público masculino, bacias sanitárias para o público feminino e bebedouros demonstrou se insatisfatório, e os demais aparelhos se demonstrou suficiente para a demanda.

REFERENCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5626: Sistemas prediais de água fria e água quente - Projeto, execução, operação e manutenção. Rio de Janeiro, set. 2020.

CARVALHO JÚNIOR, ROBERTO. Instalações prediais hidráulico-sanitárias. 4.^a ed. - São Paulo: Blucher, 2020.

CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias 6.^a ed. Rio de Janeiro: 2006.

MACINTYRE, Archibald Joseph. Manual de instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

OTIMIZAÇÃO DO USO DAS FÔRMAS DE MADEIRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

OPTIMIZATION OF THE USE OF WOODEN FORMS IN CIVIL CONSTRUCTION

OPTIMIZACIÓN DEL USO DE FORMAS DE MADERA EN LA CONSTRUCCIÓN CIVIL

Lucas Vieira Martins

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email:
lucasmartins@construtoraalcance.com.br

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: hamilton.engenharia@gmail.com

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: altamirojms@gmail.com

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: rscolares2@hotmail.com

A estrutura é uma das principais etapas na construção de um edifício, por ter grande importância técnica e econômica, na medida em que representa parte significativa dos custos da obra. Ao se discutir as estruturas de concreto armado, três partes devem ser analisadas: a matriz de concreto; as armaduras de aço e o molde representado pelas fôrmas. O presente trabalho apresenta os vários tipos de sistemas de fôrmas utilizados na construção civil, apontando as vantagens e desvantagens ao se optar por um ou por outro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, dissertativa em relação aos objetivos e, quanto à abordagem do problema, se classifica como qualitativa. O objetivo principal é demonstrar qual o impacto causado por um planejamento sistematizado, que visa a otimização de processos no canteiro de obras. A pesquisa mostra que cada vez mais, a padronização das técnicas e visão das atividades como uma linha de produção, se faz necessária para se atingir melhores resultados. Fica atestado que planejar qualquer operação antes da sua execução ajuda a detectar problemas, possibilitando que todas as pendências sejam sanadas em tempo hábil. Uma etapa como a execução de fôrmas de madeira para modelagem do concreto, que muitas vezes foi parte desprezível no orçamento da construção, se executada visando a otimização e sistematização, transforma-se em uma atividade bem mais eficiente e rentável.

REFERENCIAS

MOLITERNO, A., Escoramento, cimbramentos, fôrmas para concreto e travessias em estruturas de

madeira. São Paulo: Edgard Blucher, 1989, 147 p.

NAZAR, Nilton. Fôrmas e escoramentos para edifícios: critérios para dimensionamento e escolha do sistema. São Paulo: Pini, 2007, 180 p.

PFEIL, Walter; PFEIL, Michele. Estruturas de madeira. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 2003, 241 p.

PORTO, Thiago e FERNANDES, Danielle. Curso básico de concreto armado. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015, 208 p.

TCPO. Tabela de composição de preços para orçamentos. 13. ed. São Paulo: Pini. 2008, 640 p.

A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

THE IMPORTANCE OF SUSTAINABILITY IN CIVIL CONSTRUCTION

LA IMPORTANCIA DE LA SOSTENIBILIDAD EN LA CONSTRUCCIÓN CIVIL

Heberton Henrique Pereira dos Santos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: heberton900@hotmail.com

Marcine Lorena Fernandes Gusmão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: marcinefernandesl@gmail.com

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: hamilton.engenharia@gmail.com

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: altamirojms@gmail.com

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação em Engenharia Civil, email: rscolares2@hotmail.com

Os impactos da Indústria da Construção Civil nas esferas social, econômica e ambiental são notáveis e vão muito além do desenvolvimento urbano. Diante disso, aumenta-se a responsabilidade do setor da construção civil frente às iniciativas do desenvolvimento sustentável, de forma significativa. Ao longo do tempo, esse tema vem ganhando espaço no mercado e, conseqüentemente, está se adequando às tecnologias e às demandas emergentes. Pode-se assim conceituar sustentabilidade como ações e gestões que visem o cuidado com o meio ambiente. São ações humanas que trazem artifícios para suprir as necessidades dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Por haver essa preocupação, este trabalho teve como principal objetivo relatar sobre a importância da sustentabilidade e sua aplicação no setor da construção civil, a fim de verificar o seu uso em relação à gestão da água, à gestão da energia, e à gestão dos materiais, na busca de empresas que procuram diminuir os gastos e os impactos ambientais, sobre materiais usados nessas construções. Para tal, será realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos de periódicos para referenciar a sustentabilidade. Para evidenciar tal conceito, o trabalho teve abordagem de pesquisa qualitativa e, segundo procedimento técnico, com uma pesquisa bibliográfica. Pode-se assim compreender, que há intenção das empresas quanto ao uso de materiais sustentáveis nas obras, porém a realidade mostra-se aquém do favorável.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA (AsBEA). Recomendação básicas para projetos de arquitetura. São Paulo, 2007.

BUENO, C. Avaliação de desempenho ambiental de edificações habitacionais: análise comparativa dos sistemas de certificação no contexto brasileiro. Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Tecnologia). Escola de Engenharia de São Carlos da USP. São Carlos- SP, 2010.

CASAGRANDE JR, E. F. Princípios e Parâmetros para a Construção Sustentável. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2008.

GUEVARA, A. J. H.; et al. (Org.). Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. Eficiência Energética na Arquitetura. 3. ed. Rio de Janeiro: Eletrobras/PROCEL, 2014.

MEIRELLES, H. L. Licitação e Contrato Administrativo. 36ª edição. Brasil – São Paulo, SP: Editora Malheiros, 2010.

NASCIMENTO, L. F. Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2008.

SALA, L. G., Proposta de Habitação Sustentável para Estudantes Universitários. 2006. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2006.

VAGHETTI, M. A. O. Princípios de sustentabilidade na alvenaria estrutural. In: MOHAMAD, G. (coord) Construções em alvenaria estrutural: materiais, projeto e desempenho p. 269-293. São Paulo: Blucher, 2015.

**MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE VIABILIDADE PARA
ADEQUAÇÃO EM UMA REGIÃO DE TEÓFILO OTONI – MG**

**SUSTAINABLE URBAN MOBILITY: FEASIBILITY STUDY FOR FITNESS IN A
REGION OF TEÓFILO OTONI – MG**

Dejairo Sinatra Pereira de Oliveira

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil , djairosinatra@live.com

Diel de Jesus de Sousa Cruz

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil: dieldjesus@gmail.com

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, altamirojms@gmail.com

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, rscolares2@hotmail.com

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, hamilton.engenharia@gmail.com

A especulação imobiliária e o aumento nos valores dos imóveis deram origem a um fenômeno chamado de periferização, isto é, a criação de áreas periféricas através da expulsão da população mais vulnerável economicamente para essas áreas. Esse fator vem gerando um modelo de crescimento horizontal, contrariando os parâmetros de cidades inteligentes, algo indesejado por elas, aumentando as despesas com infraestrutura urbana, e consequentemente a distância dos deslocamentos e o número de viagens realizadas para as áreas mais centrais das cidades, ocasionando um impacto maciço nos sistemas de mobilidade urbana. A mobilidade urbana sustentável (MUS) propõe a utilização dos modais de transportes não motorizados e coletivos para solucionar os problemas decorrentes desse modelo de expansão, o que fez essa vanguarda ter um crescimento ascendente do número metrópoles que a vem adotando mundo a fora. O presente estudo de caso analisa os impactos que a aplicação do conceito de MUS irá causar especialmente em uma região de Teófilo Otoni, bem como uma análise sobre sua viabilidade de implantação e a sugestão de técnicas que podem ser utilizadas para a revitalização dessa área.

REFERENCIAS

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (SeMob). (2016). **Caderno técnico para projetos de mobilidade urbana**. Brasília, DF. Disponível em:

<<https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/transporte-ativo---projetos-de-mobilidade-urbana.pdf>>.
Acesso em 12 de Setembro de 2020.

**REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA CINZA EM RESIDENCIA UNIFAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI**

**REUSE OF GRAY WATER IN A UNIFAMILIARY RESIDENCE IN THE CITY OF
TEÓFILO OTONI**

Eduardo Gonçalves Saúde Filho

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil , edugsf@hotmail.com

Breno Gomes Luiz

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil: : brennogomes66@yahoo.com

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, altamirojms@gmail.com

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, rscolares2@hotmail.com

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, hamilton.engenharia@gmail.com

Com o crescimento desordenado das cidades e a diminuição da oferta de água para consumo da população, as grandes cidades começam a apresentar problemas com o abastecimento urbano. A reutilização de águas cinzas (efluentes gerados por lavatórios, chuveiros, tanques e máquinas de lavar em uma residência busca diminuir o desperdício de água potável usando uma tecnologia de baixo custo com uma execução adequada apresentando-se com um grande potencial a combater o desperdício de água nas residências. Esse trabalho objetiva, por meio de pesquisa bibliográfica, analisar a viabilidade de aplicação de um sistema para reuso de águas cinzas em uma residência fictícia localizada na cidade de Teófilo Otoni-MG. Durante o estudo foram apresentadas estimativas de consumo e produção de águas cinzas, bem como a economia apresentada na residência após instalação de um sistema de reuso. Dessa forma a utilização desta técnica apresenta-se como solução para diminuir o desperdício de água potável na residência, viabilizando uma execução de um projeto com baixo custo e eficiência gerando assim uma economia na conta de água além da ajuda ao meio ambiente.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5626: Instalação predial de água fria. Rio de Janeiro, 1998. 41p

ANÁLISE DE VIABILIDADE DE TIPO FUNDAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO PRÉDIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG

FOUNDATION TYPE ANALYSIS: CASE STUDY OF THE BUILDING OF A TEACHING INSTITUTION IN THE CITY OF TEÓFILO OTONI – MG

João Paulo Monteiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, joaomont@outlook.com.br.

Wiviane Rodrigues Burmann

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, wivianerodri@gmail.com.br.

Altamiro Junio Mendes Silva

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, altamirojms@gmail.com

Rodrigo Silva Colares

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, rscolares2@hotmail.com

Hamilton Costa Júnior

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Engenharia Civil, hamilton.engenharia@gmail.com

Desde o abandono do nomadismo, o homem viu a necessidade de construir moradias mais elaboradas e que servissem como abrigo para as diversas ameaças, como predadores e intempéries. As evoluções das técnicas de edificações se deram em conjunto às técnicas de manejo do solo, o que propiciou a união dessas habilidades e possibilitou os avanços hoje utilizados nas fundações. Em contrapartida, ainda hoje encontra-se desafios na elaboração de fundações, principalmente quando são verificadas condições no solo diferentes do previsto. Sendo assim, o presente artigo das fundações, com destaque para a Hélice Contínua. Em seguida é apresentado um estudo de caso em que é analisado a viabilidade da fundação hélice contínua projetada para a construção de um prédio de uma instituição de ensino situada na cidade de Teófilo Otoni/MG, região montanhosa em que são encontrados diferentes perfis de solo.

NORMA BRASILEIRA ABNT NBR 15.491 (2007). **Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental - Procedimento.**

**ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS
JURIDICAS**

MORAL HARASSMENT IN LABOR RELATIONS AND ITS LEGAL CONSEQUENCES

**ACOSO MORAL EN LAS RELACIONES LABORALES Y SUS CONSECUENCIAS
LEGALES**

Ana Paula Alves Ribeiro

Acadêmica de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: anap.adv22@gmail.com

Deize Pereira Landim

Acadêmica de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: landimdeize21@gmail.com

Cleidilene Freire Souza.

Especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni, Brasil.

E-mail: cleidefreire@hotmail.com

Breno de Oliveira Pereira

Especialista em Direito e Processo do Trabalho

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

E-mail: E-mail: cleidefreire@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tratará das consequências jurídicas e sociais do assédio moral no local de trabalho. Tendo em vista o capitalismo nos dias atuais, as empresas devem conscientizar-se sobre a existência de punições para os infratores morais quando buscam o lucro irrestrito. A fim de incentivar os trabalhadores a alcançar a justiça, pretende-se apresentar o assédio moral como práticas abusivas, discriminatórias e vexatórias, exercida por um alguém hierarquicamente superior ou mesmo por possíveis companheiros de trabalho, e como tais ofensas afetam as vítimas psicologicamente e socialmente, interferindo assim no seu rendimento profissional e pessoal, caso contrário a violência sofrida pelas vítimas de assédio pode ser esquecida devido a falta de legislação federal específica relevante. Quanto às consequências jurídicas inerentes ao assédio moral, a maioria dos estudiosos apontou que,

entre outras coisas, a indenização civil por danos materiais e morais está amparada na Constituição Federal, Código Civil e Direito do Trabalho, e a competência para julgamento pertence à Justiça do Trabalho. Em síntese enfatizou-se a posição da legislação aplicável ao direito e o princípio da dignidade da pessoa humana no ato discriminatório. O método utilizado é qualitativo, inobstante o método dedutivo também é usado. Quanto à classificação da pesquisa, é explicativa utiliza a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico.

Referências

ALKIMIM, Maria Aparecida. Assédio moral na relação de emprego. Curitiba: Juruá, 2005.

ALMEIDA, Guilherme Assis e APOLINÁRIO, Silvia Menucci. Série leituras jurídicas, Provas e Concursos Direitos Humanos. Volume 34, ed São Paulo: Atlas S.A, 2009.

BARRETO, Margarida e Heloani, Roberto Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. Serviço Social & Sociedade [online]. 2015, v. 00, n. 123 [Acessado 29 Outubro 2021] , pp. 544-561. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.036>>. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.036>.

BARRETO, Marco Aurélio Aguiar. Assédio moral no trabalho: responsabilidade do empregador, perguntas e respostas. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.

BARROS, Alice Monteiro de. Proteção à intimidade do empregado. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2009.

BIGOTTO, Gracieli Contardi. Responsabilidade do empregador perante o assédio moral. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/52609/responsabilidade-do-empregador-perante-o-assedio-moral>. Acessado em 22 de out. de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988.

_____, Código civil brasileiro. Lei 10.406/2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm Acesso em: 17 out. 2021.

_____. Consolidação das Leis do Trabalho instituída pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del5452.htm>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

_____. Tribunal Superior Trabalhista. Constituição de 1988 consolidou os direitos trabalhistas. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/-/constituicao-de-1988-consolidou-direitosdos-trabalhadores> Acesso em 30 de out. de 2021.

_____. TRT- PJe:0011945-68.2017.5.03.0037 (RO) Disponibilização:28/06/2019

_____. TRT-PJe:0011700-32.2017.5.03.0013 (ROPJe:0011700- 32.2017.5.03.0013 (RO) Disponibilização:27/06/2019.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva. São Paulo: Saraiva 2008.

CARDOSO, Maria Lucas Bahia. ASSÉDIO MORAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO.

Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBDA79HS3/1/tcc_ass_dio19072010mariselucas.pdf. Acessado dia 25 de out. de 2021.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FANTE, Céó; PEDRA, José. Bulling escolar: perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

HIRIGOYEN Marie-France. Assédio Moral: A violência perversa no cotidiano. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 224 pg.

LEYMANN, Heinz. Pérsecusion au travail. Paris: Seuil, 1993.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. O assédio moral nas relações de trabalho e a responsabilidade do empregador. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019->

jun28/reflexoes-trabalhistas-assedio-moral-trabalho-responsabilidade-empregador. Acessado dia 21 de out. de 2019.

RODRIGUES, Paula Corrêa; Simões, Raquel Costa Silva. Assédio moral no ambiente de trabalho e a responsabilidade civil do empregador. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/77011/assedio-moral-no-ambiente-de-trabalho-e-a-responsabilidade-civil-do-empregado>. Acessado dia 28 de out. de 2021

SANTOS, Rubens Fernando Clamer. A eficácia dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Ed. LTDA, São Paulo, 2010.

SCARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. A reparação do dano moral no direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2004.

SOARES, Fernanda de Carvalho e DUARTE, Bento Herculano. O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro. R. Fórum Trabalhista – RFT | Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47, mar./abr. 2014. Disponível em: <https://www.editoraforum.com.br/wpcontent/uploads/2014/06/O-assedio-moral-no-ordenamento-juridico-brasileiro.pdf>. Acessado em 18 de out. de 2021.

SOUZA, Augusto Rosa. Atos Ilícitos: responsabilidade Civil (2014).

<http://jus.com.br/artigos/37317/atos-ilicitos-responsabilidade-civil>. Acesso em 22 de out. de 2021.

STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 7 ed. São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. 13. ed. v.4. São Paulo: Atlas, 2013.

JORNADA DE TRABALHO E PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM: uma discussão necessária

NURSING WORKING DAY AND WAGE FLOOR: a necessary discussion. JORNADA DE ENFERMERÍA Y SALARIO: una discusión necesaria

Damares Rodrigues de Oliveira

Acadêmica de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: damares06@yahoo.com.br

Gilberto Alves dos Santos Júnior

Acadêmico de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: gilberto240796@hotmail.com

Cleidilene Freire Souza.

Especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni, Brasil.

E-mail: cleidefreire@hotmail.com

Breno de Oliveira Pereira

Especialista em Direito e Processo do Trabalho

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

E-mail: E-mail: cleidefreire@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a importância da regulamentação das leis que estabelecem a jornada de trabalho e o piso salarial no Brasil para a enfermagem. A pandemia de COVID-19 reacendeu discussões importantes envolvendo as condições de trabalho dos profissionais da saúde, dentre eles os membros da equipe de enfermagem. Entende-se que a atual revisão da Lei Trabalhista não atende as necessidades dos profissionais de enfermagem. A Lei no 13.467/2017 regulamentou a jornada de trabalho 12X36, acrescentou o artigo 59-A da Consolidação das Leis Trabalhistas, possibilitando que o empregado e o empregador celebrem acordo individual de tal jornada, que antes era realizada mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho. Dado o exposto, será estudado o Projeto de Lei no 2295/2000 que visa fixar jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem em seis horas diárias e trinta horas semanais e o mais recente Projeto de Lei n° 2564/2020 que tem como propósito fixar piso salarial para estas categorias para uma jornada de trinta horas semanais, considerando que o regime 12X36, estabelecido pela Lei no 13.467/2017 pode ocasionar prejuízos para a saúde dos profissionais da saúde, uma vez que o limite máximo diário de trabalho, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, de oito

horas diárias é excedido por quatro horas.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em 03 de Março de 2021.

BRASIL. Lei no 7.498/86, de 25 de junho de 1986. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7498.htm. Acesso em: 5 Março de 2021.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula 146. O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/guest/sumulas>. Acesso em: 07 de Março de 2021.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula 444. Jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. SÚMULA 444 DO TST. Consoante a Súmula 444 do TST, a validade da jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso encontra-se condicionada à existência de autorização por norma legal ou acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho. Recurso a que se nega provimento. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/guest/sumulas>. Acesso em: 02 de Março de 2021.

BRUXEL, Charles Costa. Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017): Inconstitucionalidade da Legalização da Supressão do Intervalo Intra jornada (Art. 59-A da CLT). Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81063/reformatrabalhista-lei-13-467-2017-inconstitucionalidade-da-legalizacao-da-supressao-dointervalo-intrajornada-art-59-a> daclth <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base/>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

CANDIDO, Leandro. Impactos na saúde mental dos profissionais da saúde durante a pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/impactos-na-saude-mental-dos-profissionais-dasaude-durante-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 15 de Maio de 2021.

CASSAR, Vólia Bomfin. 2017. Reforma Trabalhista: comentários ao substituto do projeto de Lei. Disponível em:

<https://revistaeletronica.oabrp.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/V%c3%b3lia-BomfimCassar.pdf>. Acesso em: 04 de Fevereiro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Enfermagem em números. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>. Acesso em: 5 de Março de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Mortes entre profissionais de Enfermagem por Covid-19 cai 71% em abril. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/mortes-entre-profissionais-de-enfermagem-por-covid-19-cai-71-em-abril_86775.html#:~:text=Desde%20o%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia%2C%2020776%20enfermeiros%20perderam,vida%20para%20a%20Covid%2D19. Acesso em: 22 de Maio de 2021.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 37a ed. São Paulo: LTr, 2018.

DIREITOS DOS EMPREGADOS EM JORNADA PARCIAL DE TRABALHO. Sindicato Patronal de Condomínios e Empresas de Administração de Condomínios. Disponível em: <https://www.sipces.org.br/materias,20107,direitosempregados-em-jornada-parcial-trabalho.html>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2021.

FERNANDES, Aline. Adicional Noturno: Como Funciona, Cálculo, Horas, CLT, Valor. Disponível em: <https://www.pontotel.com.br/adicional-noturno/>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Pesquisa analisa o impacto da pandemia entre profissionais da saúde. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude>. Acesso em: 22 de Maio de 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2020/04/Sa%c3%BAde-Mental>. Acesso em: 16 de Maio de 2021.

HADA, Diana. Entenda O que é e Como funciona Jornada de Trabalho Intermitente? Disponível em: <https://blog.tio.digital/jornada-de-trabalho-intermitente/>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2021.

INSTITUTO DE PSIQUATRIA PAULISTA, 2019. O que são doenças psicossomáticas e

como se desenvolvem? Disponível em: <https://psiquiatriapaulista.com.br/o-que-sao-doencas-psicossomaticas/#:~:text=prevenir%20doen%C3%A7as%20psicossom%C3%A1ticas%3F,O%20que%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a%20psicossom%C3%A1tica%3F,ou%20agravando%20uma%20doen%C3%A7a%20f%C3%ADsica>. Acesso em: 16 de Maio de 2021.

JORNADA DE TRABALHO. Justiça do Trabalho, 2017. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/jornada-de-trabalho>. Acesso em 05 de Fevereiro de 2021.

LIMA, Bruna. COVID-19: já morreram 5.798 profissionais da saúde desde início da pandemia. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/04/07/interna_nacional,1254446/covid-19-ja-morreram-5-798-profissionais-da-saude-desde-inicio-da-pandemia.shtml. Acesso em: 23 de Maio de 2021.

Madeiro, Carlos. Com pandemia, morte de profissionais de saúde cresce 24,5% no país em 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimasnoticias/redacao/2021/04/06/com-pandemia-morte-de-profissionais-de-saude-cresce245-no-pais-em-2020.htm>. Acesso em 20 de Maio de 2021.

NUNES, Elizabeth. Saúde Mental dos Profissionais de Saúde na Pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://www.cccancer.net/saude-mental-dos-profissionaisde-saude-na-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em 18 de Maio de 2021.

O QUE É INSALUBRIDADE NO TRABALHO? SISTEMA ESO, 2020. Disponível em: <https://sistemaeso.com.br/blog/seguranca-no-trabalho/o-que-e-insalubridadeno-trabalho#:~:text='Art>>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2021.

PAGOTTO, R. T.; OLIVEIRA, T. B. de; GEBRIM, R.; CORREGLIANO, D. U. 2017. Parecer técnico: interpretações favoráveis aos trabalhadores e inconstitucionalidades da reforma trabalhista. Disponível em:

file:///C:/Users/Larissa/Downloads/CORREGLIANO,%20Danilo_%20GEBRIM,%20Ricardo_%20PAGOTTO,%20Ronaldo_%20BARISON,%20Thiago.pdf. Acesso em: 01 de Março de 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DAS AMÉRICAS LATINAS (OPAS) e ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). A situação da Enfermagem na América Latina. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/54504/OPASHSSHR210010_por.pdf?s

equence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

SOARES, Gabriela. Mortes de profissionais de saúde crescem 26% em 1 ano de pandemia no Brasil Disponível em:<https://www.poder360.com.br/coronavirus/mortes-de-profissionais-de-saudecrescem-26-em-1-ano-de-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: 20 de Maio de 2021.

**RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NAS LEIS DE CRIMES
AMBIENTAIS**

**CRIMINAL RESPONSIBILITY OF LEGAL ENTITIES IN ENVIRONMENTAL
CRIMES LAWS**

**RESPONSABILIDAD PENAL DE LAS ENTIDADES JURÍDICAS EN LAS
LEYES DE DELITOS AMBIENTALES.**

Ana Clara Santos Vasconcelos

Acadêmica de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: svanclara@gmail.com

Letícia Gomes Lemos

Acadêmica de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: leticcialemos@hotmail.com

Cleidilene Freire Souza.

Especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito
Previdenciário Faculdade Presidente Antônio Carlos de
Teófilo Otoni, Brasil.

E-mail: cleidefreire@hotmail.com

Breno de Oliveira Pereira

Especialista em Direito e Processo do Trabalho
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

E-mail: E-mail: cleidefreire@hotmail.com

RESUMO

A preservação do meio ambiente é um direito fundamental e uma preocupação mundial. O Direito Ambiental busca proteger o meio ambiente e assegurar que os responsáveis pela sua degradação sejam punidos, em conformidade com a lei. A lei prevê a responsabilização penal das pessoas física e jurídica por crimes ambientais, mas a questão da responsabilidade penal ambiental do gestor público é pouco debatida. O presente estudo possui a finalidade de compreender o instituto da responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito Ambiental. A necessidade de se responsabilizar os danos está se tornando cada vez mais forte no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente no direito ambiental, no entanto, é necessário o estabelecimento de limites para a utilização dos dispositivos de ressarcimento. Conquanto, a responsabilização penal da pessoa jurídica já é uma realidade no ordenamento jurídico pátrio, tendo se mostrado eficaz na prevenção e repressão dos crimes ambientais. Para tanto, serão examinados o Direito Penal Ambiental e os principais aspectos da Lei 9.605/98, que

dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e**

administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 15. Ed. São Paulo. Editora Saraiva. 2010.

CARVALHO, I.C de M; GRÜN, M; TRAJBER, R. **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

CAVALCANTI, C. **Relatório Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo: Bases para construção de uma sociedade Sustentável**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 1996.

COSTA, Márcio Macedo da. **Princípios de Ecologia Industrial Aplicados à Sustentabilidade Ambiental e aos Sistemas de Produção de Aço**. 2002. 257f. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CRESPO, Samyra. **Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da agenda 21**. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. (Org.). Tendências da educação ambiental brasileira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

DONATO, Vitório; "**Logística verde**". Rio de Janeiro. Ciência Moderna. 2008. ISBN 978-85-7393-705-.

GRÜN, Mauro. **A outriedade da natureza na Educação Ambiental**. GT22/ANPED, 2003.

JUNQUEIRA, H.; KINDEL, E. A. I. Leitura e escrita no ensino de ciências e biologia: a visão antropocêntrica. Cadernos do Aplicação (UFRGS), v. 22, p. 145-161, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2013.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed., rev., atual. e ampl., de acordo com as Leis 12.651/2012 e 12.727/2012 e com o Decreto 7.830/2012. São Paulo: Malheiros, 2013

MILARÉ, Édis. A Nova Tutela Penal do Ambiente. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, n. 16, Ano n.4, out.-dez.1999, p. 104. _

_____. *Direito do Ambiente*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 441-442.

_____. *Direito do Ambiente*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. .

RABELO, Laudemira. **Indicadores de Sustentabilidade: a possibilidade do Desenvolvimento Sustentável**. Fortaleza: Prodema, UFC, 2008.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o Século XXI**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Tutela penal do meio ambiente**: breves considerações atinentes à Lei 9.605, de 12.02.1998. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 02 e 71.

ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS NO DIREITO DE FAMÍLIA

ADMISSIBILITY OF ILLICIT EVIDENCE IN FAMILY LAW

ADMISIBILIDAD DE PRUEBAS ILÍCITAS EN DERECHO DE FAMILIA

Samara Cândido Chaves

Acadêmica de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: samarachaves2009@hotmail.com

Roseli Laurita dos Santos

Acadêmica de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: roselilauritadossantos@gmail.com

Cleidilene Freire Souza.

Especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito
Previdenciário Faculdade Presidente Antônio Carlos de
Teófilo Otoni, Brasil.

E-mail: cleidefreire@hotmail.com

Breno de Oliveira Pereira

Especialista em Direito e Processo do Trabalho
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

E-mail: E-mail: cleidefreire@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca focar um problema bastante discutido pela doutrina e jurisprudência, quanto à admissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos especialmente no direito de família, em que questões de relevantes interesses estão em jogo. A partir da Constituição de 1988, o tema das provas ilícitas assumiu nova dimensão no sistema jurídico brasileiro. O que antes eram apenas construções doutrinárias e jurisprudenciais passou a integrar o processo constitucional em regra expressa inserida na Lei Maior. O presente tema causa muita divergência, pois, apesar de a proibição da prova ilícita ser norma constitucional, deve-se lembrar de que nenhuma garantia constitucional é absoluta, tendo em vista o princípio da relatividade ou convivência das liberdades públicas. Assim, o melhor entendimento é que a proibição do uso das provas ilícitas não deve ser interpretada literalmente, tendo como solução, a aplicação do princípio da proporcionalidade, ou seja, em casos excepcionais, não existindo outra forma de demonstrar os fatos, deve a prova ilícita ser admitida em favor da busca da verdade e da justa decisão do processo.

Referências

AVOLIO, L. F. T. **Provas Ilícitas, interceptações Telefônicas e Gravações Clandestinas**. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. v. 01. 239p

AZENHA, Nívia Aparecida de S. **Prova ilícita no processo civil**. Curitiba: Juruá, 2004.

BEDAQUE, José Roberto. **Poderes instrutórios do juiz**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

CAHALI, Yussef Said. **Divórcio e separação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CAMBI, Eduardo. Direito constitucional a prova no processo civil. São Paulo: **Revista Dos Tribunais**, 2000.

CAHALI, F. J. **Contrato de Convivência na União Estável** (De Acordo com o Novo Código Civil - Lei nº 10.406 de 10.01.2002). 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 1. 331p

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 8. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA JÚNIOR, P.J. **Comentários ao Código penal**. São Paulo: Saraiva, 1997

DOTTI, R. A. **Proteção da vida privada e liberdade de informação**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980. v. 1.

Fernandes, M. **Proteção civil da intimidade**. São Paulo, Saraiva, 1977.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Da class actions for damages à ação de classe brasileira**: os requisitos de admissibilidade. Revista de Processo, v. 101, p. 11-27, 2001.

LOPES, João Batista. **Direito à prova no processo civil**. Revista Jurídica da Puccamp, CAMPINAS, p. 66-70, 1999.

MONK, L. F. **O Direito A Intimidade e a Prova Ilícita**. del rey, 1998.

MORAES, Alexandre de. **Direitos e Garantias Individuais**: Direitos de Reunião e Associação. Revista de Direito Constitucional e Internacional, v. 31, p. 114, 2000.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A constituição e as provas ilicitamente obtidas. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 84, p. 144, out/dez. 1996.

NERY JUNIOR, Nelson. ANDRADE NERY, Rosa Maria. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**. 11. Ed. Ver., ampl. E atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

RABONEZE, R. **A tutela antecipada concedida "initio litis" e "inaudita altera parte"**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 01, p. 48-60, 1999.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**, 2º vol., 21.ª ed., Ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 329.

TALAMINI, E.; WAMBIER, L. R.; ALMEIDA, F. R. C. **Curso avançado de processo civil: processo de execução**. 4. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2001. v. 2. 420p .

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O Juiz e a Revelação do Direito Concreto**. Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rj, Rio de Janeiro/RJ, p. 1-62, 2002.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Arbitragem e terceiros** -Litisconsórcio fora do pacto arbitral- outras intervenções de terceiros. Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem, n.out-dez, p. 357-386, 2001.

**A LEI MARIA DA PENHA E SUA APLICABILIDADE NO COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

**THE MARIA DA PENHA LAW AND ITS APPLICABILITY IN COMBATING
VIOLENCE AGAINST WOMEN**

**LA LEY MARIA DA PENHA Y SU APLICABILIDAD EN LA LUCHA
CONTRA LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES**

Rita de Cássia de Oliveira Souza

Acadêmica de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: ritinha.ataleia@hotmail.com

Saulo de Matos Botelho

Acadêmico de Direito pela faculdade Alfa Unipac, Brasil.

E-mail: saulo.botelho@hotmail.com

Cleidilene Freire Souza.

Especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito
Previdenciário Faculdade Presidente Antônio Carlos de
Teófilo Otoni, Brasil.

E-mail: cleidefreire@hotmail.com

Breno de Oliveira Pereira

Especialista em Direito e Processo do Trabalho
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

E-mail: E-mail: cleidefreire@hotmail.com

RESUMO

Este estudo, apresenta como temática a Lei no 11.340/2006 e sua aplicabilidade no combate à violência contra a mulher. Esta lei socialmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada com o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, objetivos estes expressamente definidos já no seu art. 1º. A Lei Maria da Penha é de grande importância no que se refere à proteção da mulher. Sendo assim, será abordado sobre o contexto histórico da violência contra a mulher e a origem da Lei nº 11.340/2006, identificando os tipos de Violência contra a mulher nela dispostos, bem como as medidas protetivas aplicadas, o que torna possível analisar a aplicabilidade da referida Lei, uma vez que a violência contra a mulher ocorre diariamente e tem sido bastante questionada. Este artigo foi

desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas, referenciais teóricos, pesquisas na internet e legislação.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____, Lei no. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 15/03/2021.

BRUNO, Cecília Roxo. Lei Maria da Penha: um estudo sobre os mecanismos de proteção à mulher em situação de violência / Cecília Roxo Bruno. – Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2497/1/MONOGRAFIA%20CECILIA%20BRUNO%20FICHA%20FINAL.pdf>. Acesso em: 26/04/2021.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Especial 2. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares De Farias. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/7753/a-violencia-domestica-como-violacao-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 22 de março de 2021.

CORREA, Fernanda Emanuely Lagassi. A violência contra mulher: Um olhar histórico sobre o tema. 2020. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-violencia-contra-mulher-um-olhar-historico-sobre-o-tema/>>. Acesso em: 24 de março de 2021.

DALBOSCO, Susanna Vieira. Mecanismos de Proteção Previstos na Lei Maria Da Penha Para Coibir a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197755/TCC%20Susanna%200.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26/04/2021.

DELGADO, Mario Luiz. Violência doméstica e familiar. Ano 2015. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/231116/violencia-domestica-e-familiar>. Acesso em: 09/04/2021.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. FARAH, M. Gênero e políticas Públicas. RevEstudFem, Janeiro, 2004.

DIAS, Maria Berenice Dias. A lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. Lei Maria da Penha na Justiça. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

GOMES, Laura Nayara Gonçalves Costa. A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AO GÊNERO FEMININO. 2011. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_23343224_A_APLICACAO_DA_LEI_MARIA_DA_PENHA_AO_GENERO>. Acesso em: 24 de março de 2021.

HERMANN, Leda Maria. Maria da Penha, lei com nome de mulher: violência doméstica e familiar, considerações à Lei no 11.340/2006 comentado artigo por artigo. Campinas: Servanda, 2008.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. Violência Doméstica e Familiar. Disponível em: opyspider.com.br/main/pt-br/user. Acesso em: 29/03/2021.

MELO, K. C. S. Histórias para contar: um retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade de Natal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7, 2000, Brasília. Anais. Brasília: UnB, 2000.

MORENO, Renan de Marchi. A eficácia da Lei Maria da Penha. Direito Net artigos, 2014. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8757/A-eficacia-da-Lei-Maria-da-Penha#:~:text=A%20efic%C3%A1cia%20da%20Lei%20Maria%20da%20Penha%201,9%205.1%20ESP%C3%89CIES%20DE%20VIOL%C3%8ANCIA%20Mais%20itens>. Acesso em 17/04/2021.

NOLETO, Karita Coêlho; BARBOSA, Igor de Andrade. A Efetividade da Lei Maria da Penha

no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Revista Âmbito Jurídico, 2019. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a>

efetividade-da-lei-maria-dapenha-no-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher/>. Acesso em 26/04/2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. Alterações na Lei Maria da Penha trazem resultado positivo. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-18/nucci-alteracoes-maria-penha-trazem-resultado-positivo>. Acesso em 10 de maio 2021.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise crítica e sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

REZENDE, Milka de Oliveira. "Violência contra a mulher"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-contr-a-mulher.htm>>. Acesso em 24 de março de 2021.

ROCHA, Lourdes de Maria. Poder Judiciário e Violência Doméstica Contra a Mulher: a defesa da família como função da justiça. Serviço Social e Sociedade. No 67, ano XXII. São Paulo: Cortez, Especial 2001.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n. 301, março de 2008.

SILVA, Natasha Ramos da; SOTERO, Andrea Luiza Escarabelo. 2020. A ineficiência da aplicabilidade na Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-ineficiencia-da-aplicabilidade-na-lei-maria-da-penha/#_ftn2>. Acesso em 23 de março de 2021.

SILVA, Artenira da Silva e; VIANA, Thiago Gomes. Medidas Protetivas De Urgência E Ações Criminais Na Lei Maria Da Penha: Um Diálogo Necessário. Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição, 2017. Disponível: <file:///C:/Users/User/Downloads/2152-

4809-1-PB.pdf>. Acesso em 01 de maio 2021.

VELLOSO, Renato Ribeiro. Violência contra mulher. Disponível em:

<<http://www.portaldafamilia.org.br/artigos/artigo323.shtml>>. Acesso em: 22 de março de 2021.

ATIVIDADE FÍSICA E A MELHORIA DO EQUILÍBRIO CORPORAL DO IDOSO

THE ROLE OF FOOTBALL IN THE CITIZEN TRAINING OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE CITY OF CARAÍ MG

PHYSICAL ACTIVITY AND THE IMPROVEMENT OF THE BODY BALANCE OF THE ELDERLY

Maria dos Anjos Souza Rhis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Acadêmico do Curso de Educação Física Bacharelado: teca2rhis@hotmail.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física: mariotti2010@gmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física email: cellereis@hotmail.com

RESUMO

O avanço do controle das doenças, a melhora do saneamento básico, o atendimento em saúde pública e o acesso à educação são fatores diretamente relacionados com o aumento da expectativa de vida. Destaca-se que os estudos recentes vinculam a ampliação da expectativa de vida à prática de exercícios físicos, incluindo aqueles direcionados ao trabalho com o equilíbrio corporal do idoso. Com o envelhecimento ocorrem alterações biológicas, que alteraram o equilíbrio, a autonomia funcional, repercutindo na qualidade de vida do idoso. Com o envelhecimento o corpo apresenta limitações, desequilíbrios no aparelho motor ou comprometimento cognitivo que requerem uma intervenção com exercícios físicos adequados. O objetivo da pesquisa foi analisar as atividades propostas pelo treinamento funcional na perspectiva de melhoria do equilíbrio corporal do idoso. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sistemática. A análise dos dados foi feita por categorias de análise: idoso, exercícios físicos, equilíbrio corporal e treinamento funcional. Os resultados obtidos apontam que um programa de exercícios físicos que incorpore práticas de treinamento

funcional adaptados contribui diretamente para a preservação da força muscular do idoso, aumento da sua autonomia diária e maior equilíbrio corporal. O idoso ao estabelecer uma frequência de exercícios físicos em sua rotina, especialmente com exercícios funcionais, se mantém ativo, preservando a força, estabilidade dos membros e manutenção do equilíbrio corporal.

REFERÊNCIAS

ARGENTO, Rene de Souza Vianello, **Benefícios da Atividade Física na Saúde e Qualidade de Vida do Idoso**. Os benefícios da atividade física na saúde do idoso 2010 P. 01-3 Disponível em: file:///C:/Users/CHOPPERIA/Downloads/ArgentoRenedeSouzaVianello_TCC.pdf Acesso: 27 fev 2019.

AVERSAN, Thais. Influência da Prática de Atividade Física na Qualidade de Vida do Idoso: uma revisão bibliográfica. Envelhecimento e atividade física. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires. 2012. Não paginado. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd165/atividade-fisica-na-vida-do-idoso.htm>. Acesso: 21 out 2019.

BATISTA, Keyla. A Importância do Treinamento Funcional para o Idoso. Treinamento Funcional. **Revista Eletrônica FEOL – REFEOL**. 2018 P.81-95 Disponível em: [file:///C:/Users/CHOPPERIA/Downloads/89-255-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/CHOPPERIA/Downloads/89-255-1-SM%20(1).pdf) Acesso: 14 out 2019.

CIPRIANI, Natália Cristina Santos, MEURER, Simone Teresinha, BENEDETTI, Tania Rosane Bertoldo; LOPES, Marize Amorim. Aptidão funcional de idosas praticantes de atividades físicas. **Rev Bras Cineantropometria e Desempenho Humano**. 2010. P. 106-111 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v12n2/a04v12n2> Acesso: 27 fev 2019.

CIVINSKI, Cristian, MONTIBELLER, André, BRAZ, André Luis de Oliveira. A Importância do Exercício Físico no Envelhecimento. **Rev da Unifebe**. 2011. P. 163-175 Disponível em: periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/68/57 163-175 Acesso: 25 fev 2019.

MACIEL, Marcos Gonçalves. **Atividade física e funcionalidade do idoso**. **Idoso**. 2010. P. 1024-1032. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n4/a23v16n4>. Acesso: 21 out 2019

Maciel, Marcos Gonçalves. **Atividade física e funcionalidade do idoso: fatores associados à atividade física e o idoso**. 2010. P. 1024-1032. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n4/a23v16n4>. Acesso: 14 out 2019.

MARCUSSO, Ellen. A atividade física na terceira idade. 2014. Não paginado. **Revista Pilates** Disponível em: <https://revistapilates.com.br/a-atividade-fisica-na-terceira-idade/>. Acesso: 21 out 2019.

SANTOS, Adessandro Souza dos, MEJIA, Dayana Priscila Maia. **Os Benefícios do Exercício Físico na Qualidade de Vida do Idoso**. P. 01 -22 Disponível em:

https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/198/1Os_BenefYcios_do_ExercYcio_FYsico_na_Qualidade_de_Vida_do_Idoso.pdf . Acesso: 27 fev 19.

MENDES, Juliana Lindonor Vieira, SILVA, Sara Cardoso, SILVA, Gabriel Rumão, SANTOS, Naira Agostini Rodrigues dos. O Aumento da População Idosa no Brasil e o Envelhecimento nas Últimas Décadas: Uma Revisão da Literatura. **REV. EDUC. MEIO AMB. SAÚDE**. 2018 P.13-26 Disponível em: www.faculadadedofuturo.edu.br/revista1/index.php/remas/article/view/165/272 Acesso: 27 fev 2019.

PRADO, Lorena. **Os Benefícios do Treinamento Funcional na terceira idade**. Envelhecimento. As Vantagens do Treinamento Funcional para os Idosos. 2016. Disponível em: <http://fisiar.com.br/os-beneficios-do-treinamento-funcional-na-terceira-idade> não paginado Acesso: 14 out 2019

PEREIRA, Luana Maria, GOMES, Jéssica Costa, BEZERRA, Ilana Lafayette, OLIVEIRA, Larissa S.de, SANTOS, Márcio C. Impacto do Treinamento Funcional no Equilíbrio e Funcionalidade de Idosos. não institucionalizados. **R. bras. Ci. e Mov.** 2017. P. 79-89. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/03/880855/impacto-do-treinamento-funcional-no-equilibrio-e.pdf>. Acesso: 01 maio 2018.

RIBAS, Luiz Felipe Rauny de Araújo, MEJIA Dayana Priscila Maia. **Treinamento funcional e sua importância na reabilitação física**. Treinamento funcional: conceitos introdutórios. 2016 P.01-13 Disponível em: https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/200/04Treinamento_funcional_e_sua_importancia_na_reabilitacao_fisica.pdf . Acesso: 15 out 2019.

SCHNEIDER, Rodolfo Herbert, IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. Estudos de Psicologia I Campinas. 2008 P. 585-593 Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/27863736/envelhecimento-na-atualidade> Estudos de Psicologia Acesso: 27 fev 2019.

SANTOS, Adessandro Souza dos, MEJIA, Dayana Priscila Maia. **Os Benefícios do Exercício Físico na Qualidade de Vida do Idoso**. P. 01 -22 Disponível em: https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/198/1.Os_BenefYcios_do_ExercYcio_FYsico_na_Qualidade_de_Vida_do_Idoso.pdf Acesso: 27 fev 19.

SOUZA, Luiz Ricardo de Lima, SOUSA, Évitom Corrêa. **OS Efeitos do Treinamento Funcional na Capacidade Funcional de Idosos**. Análise e Resultados. P.01-26 Disponível em: https://paginas.uepa.br/ccbs/edfisica/files/2013.1/LUIZ_RICARDO_SOUZA.pdf. Acesso: 15 out 2019.

TEOTONIO, Joyce de Jesus Silva Oliveira, BLUMER, Lilian Maria, SANTOS, Monica da Silva, CARVALHO, Telmo Bahia, VIANA ,Helena Brandão. Treinamento funcional: benefícios, métodos e adaptações. Objetivos do treinamento funcional. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires. 2013 não paginado Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd178/treinamento-funcional-beneficios-metodos.htm>. Acesso: 27 fev 2018.

O TREKKING EM GRUPO COMO UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

GROUP TREKKING AS A UNIVERSITY EXTENSION EXPERIENCE

TREKKING EN GRUPO COMO EXPERIENCIA DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física: mariotti2010@gmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física email: cellereis@hotmail.com

RESUMO

O trekking em grupo consiste em uma experiência de prática de atividades físicas na natureza em que as manifestações corporais vividas possibilitam experiências de contato direto do corpo-natureza, com reconhecimento do meio ambiente e dos parceiros envolvidos, dos seres humanos e da interdependência entre prática, conservação ambiental e processo educativo. O objetivo principal da experiência de extensão universitária foi analisar a percepção dos participantes quanto a edição do trekking em grupo, realizado no segundo semestre de 2021, quanto aos aspectos de planejamento, organização e execução do evento. Consistiu em uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo, com coleta de dados por meio de link do google forms. A análise preliminar dos dados apontam que houve preocupação dos organizadores quanto a segurança e bem-estar dos participantes (81,3%), o percurso de realização da prova foi apontado como de grau de dificuldade moderado (56,3%), quanto aos principais benefícios foram apontados o conhecimento de novas pessoas, melhoria da condição cardiorrespiratória e da condição de força muscular. Em relação às futuras edições do trekking em grupo a maioria dos participantes (93,8%) manifestaram interesse de participar novamente do evento. Os dados sinalizam que as estratégias de planejamento, organização e execução do evento foram eficazes com base nos dados coletados dos próprios praticantes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Sardinha Mendes Soares de. **Corpo e movimento**: percepção corporal e aptidão física. Rio de Janeiro: Revinter, 2004. 187 p. il. ISBN 85-7309-820-1.

BITENCOURT, Valéria; AMORIM, Simone. **Trekking – Enduro/Rally a pé**. In: DA COSTA, Lamartine(ORG.). Atlas do Esporte no Brasil . Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. Disponível em: <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/116.pdf> . Acesso: 20 de Ago 2021.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DE PAULA, J. A. **A extensão universitária**: história, conceito e propostas. **Interfaces – Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p. ISBN 85-85351-09-8.

FAZENDA, Ivani Catarina Abrantes (ORG). **Didática e Interdisciplinaridade**. Campinas, São Pulo: Papirus, 1998 (Coleção Práxis).

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. 8.ed. Campinas: Papirus, 2005. 197 p. (Corpo e motricidade). ISBN 85-308-0253-5.

MINAS GERAIS, **Territórios de Desenvolvimento**, 2015. Disponível em: <http://www.forunsregionais.mg.gov.br> Acesso: 10 de jun. 2017.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 128 p. ISBN 978-85-286-0764-2.

SANTOS, M. 2000. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3 ed. Rio de Janeiro: Record.

**ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR PARA
PREVENÇÃO DA OBESIDADE ESCOLAR**

**ESTRATEGIAS PARA LA APLICACIÓN DEL DESARROLLO MOTOR PARA
PREVENIR LA OBESIDAD ESCOLAR**

**STRATEGIES FOR THE APPLICATION OF MOTOR DEVELOPMENT TO
PREVENT SCHOOL OBESITY**

Maurílio Pinheiro Farias

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Acadêmico do Curso de Educação Física Licenciatura: latinpinheiro@gmail.com

Renato Ganem Farias

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Acadêmico do Curso de Educação Física Licenciatura:
renatoganemrnt@gmail.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física: mariotti2010@gmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

RESUMO

A obesidade é considerada atualmente um problema de saúde pública mundial que atinge diferentes faixas etárias, alcançando recentemente de forma precoce crianças e jovens. Quanto aos principais fatores relacionados ao problema podem ser apontados o sedentarismo e os hábitos alimentares inadequados que afetam de forma precoce as crianças e os jovens com matrícula nas unidades escolares. A pesquisa analisou estratégias exitosas que podem ser construídas na Educação Física escolar para enfrentamento do problema. Partiu-se do princípio de que o envolvimento proativo das crianças em atividades físicas é um contraponto essencial para o enfrentamento do problema, evitando incidências precoces do acúmulo de tecido adiposo e dos problemas relacionados (hipertensão, diabetes, triglicerídeos, dentre outros). A pesquisa de natureza bibliográfica e documental foi estruturada a partir da análise dos conceitos de obesidade escolar, intervenção em Educação Física escolar e estratégias

de prevenção. Conclui-se que o planejamento e adoção de estratégias metodologias adequadas é essencial para a prevenção e combate à obesidade, sendo o trabalho em âmbito escolar fundamental. Dentre essas estratégias, mencionam-se a seleção de atividades diversificadas, dinâmicas e adequadas ao estágio de desenvolvimento motor, as práticas inclusivas com respeito à diversidade, os processos de participação cooperativos, o acompanhamento e estímulo do professor à participação coletivas dos alunos.

REFERÊNCIAS

BANDINI, L.; FLYNN, A. **Nutrição Excessiva**. In: GIBNEY, Michael J; MACDONALD, Ian A; ROCHE, Helen M. *Nutrição e Metabolismo*. Trad: HENNEMANN, Telma Lúcia de Azevedo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 351p.

BERLEZE, Adriana; SALETE, Lérís B. Haeffner; CRISTINA, Nadia Valentini. Desempenho motor de crianças obesas: Uma investigação do processo e do produto de habilidades motoras fundamentais. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, 2007.

BROTTO, F. O. **Jogos Cooperativos: O jogo e o esporte como um exercício de convivência**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

Conselho Federal de Educação Física (CONFEF). **Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde**. Disponível em: <http://www.confef.org.br/confef/conteudo/30> Acesso em: 21 de Maio 2018.

COLDITZ, Graham A; MARIANI, Anna. **O Custo da Obesidade e do Sedentarismo nos Estados Unidos**. In: BOUCHARD, Claude. *Atividade Física e Obesidade*. Trad. MARINO, Dulce. São Paulo: Editora Manole, 2003.

CONCEIÇÃO, Irene Andrade R. **Educação Física e Educação Física na Escola: Uma história de glórias, medalhas e... exclusões**. In: CARLOS, Evandro Moreira. *Educação Física Escolar: Desafios e Propostas*. 2.ed. Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2009.

CORREIA, M. M. **Jogos cooperativos e Educação Física escolar: Pedagogia da Práxis possibilidades e desafios**. **Efdeportes**, Buenos Aires, ano 12, nº 107, p.1, 2007.

CZERESNIA, D. **O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção**. In: CZERESNIA, D., FREITAS C. M. (orgs.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

GALLAHUE, David L. & DONNELLY, Frances C. **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 3 ed. São Paulo: Phorte, 2005.

HAYWOOD, Kathlenn M.; GETCHELL, Nancy. **Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida**. 3 ed. Porto Alegre.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; GALLARDO, Jorge Sergio Perez. Desenvolvimento motor: análise dos estudos brasileiros sobre habilidades motoras fundamentais. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 9, n. 1, p. 75-82, 1998.

MANOEL, Edison de Jesus. **Desenvolvimento Motor**: Implicações para a Educação Física Escolar I. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, v.8, n.1. p.82-97, jan/jun., 1994.

MELLO, Elza D.; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. **Obesidade infantil**: como podemos ser eficazes? Rio de Janeiro: **Jornal de Pediatria**,2004.

PALMA, Míriam; PEREIRA, Beatriz; VALENTINI, Nádia. Jogo com orientação: uma proposta metodológica para a educação física pré-escolar. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá. V. 20, 529-541, 2009.

SANDERS, Stephen W. **Ativo para a vida**: programas de movimentos adequados ao desenvolvimento da criança. Porto Alegre: Artmed, 2005.

WILLRICH, Aline; CAVALCANTI, Camila F. de Azevedo; OPPITZ,Juliana Fernandes. Desenvolvimento motor na infância: influência dos fatores de risco e programas de intervenção. Porto Alegre, RS: **Rev Neurocienc**, 2009.

**DELIMITAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE CONFLITOS DE USO DO SOLO NO
CÓRREGO RIBEIRÃO DANTAS NO MUNICÍPIO DE LADAINHA – MG**

**DELIMITATION AND IDENTIFICATION OF LAND USE CONFLICTS AT THE
CÓRREGO RIBEIRÃO DANTAS IN THE MUNICIPALITY OF LADAINHA – MG**

**DELIMITACIÓN E IDENTIFICACIÓN DE CONFLICTOS DE USO DEL SUELO EN EL
CÓRREGO RIBEIRÃO DANTAS EN EL MUNICIPIO DE LADAINHA – MG**

Anne Maria Inácio Rosa

Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni
Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, annemariainacio@hotmail.com

Edvan Lopes Lima

Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni
Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, edvanlima50@hotmail.com

Werner Kriebel

Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni
Docente Especialista , kriebel275@hotmail.com

O presente estudo teve por objetivo delimitar e identificar os conflitos nas áreas de preservação permanente do córrego Ribeirão Dantas, localizado no município de Ladainha - MG, baseando-se na Resolução do CONAMA N°303/2002. Para tanto, caracterizou-se a área de estudo, levantou-se informações referentes à área do município, o seu limite de uso e ocupação do solo, drenagem, áreas de APPs, e processamento das áreas de conflito de APPs, utilizando-se do Sistema de Informação Geográfica – QGIS para analisar imagens de satélite de setembro de 2015. De posse dos mapeamentos dos usos e cobertura das terras e das APPs foi gerado um mapa dos conflitos de uso do solo na área de estudo. Foi possível identificar e quantificar algumas classes de usos e cobertura das terras na área que abrange o córrego, como a vegetação nativa, rochas de granito expostas, pastagens, gramíneas introduzidas em locais em que houve desmate, plantações de eucalipto para fins comerciais e um vazadouro sem nenhum controle de impactos ao meio ambiente. Com base nas normas do Código Florestal e resolução do CONAMA supracitada, foram quantificadas as APPs em desacordo com os usos desenvolvidos na área. A avaliação permitiu constatar o estado de preservação da vegetação ciliar da microbacia, bem como identificar e descrever os conflitos decorrentes dos usos dessas áreas que deveriam, por lei, estar preservadas. As informações foram confirmadas *in loco* e os conflitos foram enquadrados como antrópicos agrícolas ou antrópicos não agrícolas. O trabalho apresenta um total de 129,3 ha em áreas de conflito de uso nas áreas destinadas a APPs, restando 98,1 ha com áreas preservadas, mostrando uma situação irregular, onde a grande pressão exercida pelas atividades agrícolas gerou conflitos de uso do solo, evidenciando a grande pressão exercida pelas atividades agrícolas na modificação da paisagem natural, originando os conflitos de uso do solo.

Palavras-chave: Sistema de Informação Geográfica Ocupação do Solo. Uso da Terra. APP.

REFERENCIAS

AQUINO, Sílvia Lima de. **Contrapondo interpretações de agricultores e pesquisadores sobre possíveis problemas ambientais causados pelo cultivo de eucalipto.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, 2013. Editora UFPR. Acessado 25 de agosto de 2016. Disponível <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/30503/21661>>.

ARAGÃO, Larissa de Pinho; PAZ, Otacílio Lopes de Souza da; CANEPARO, Sony Cortese. **Conflitos ambientais no perímetro urbano de Paranaguá –PR, por meio da aplicação de sistemas de informações geográficas.** Disponível em <http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/6/620/CT06-95_1404410868.pdf>. Acessado em 24 de agosto de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Proteção da vegetação nativa.** Brasília – Diário oficial da União. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acessado em 13 de Abril de 2016.

BRASIL. **Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.** Diário Oficial da União, 13 de maio de 2002. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>. Acessado em 14 de Abril de 2016.

BRASIL. **Resolução CONAMA Nº 369, de 28 de março de 2006 - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.** Diário Oficial da União, e 29 de março de 2006. Disponível <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>>. Acessado em 14 de Abril de 2016.

BRASIL. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por Satélite: Monitoramento do Bioma Mata Atlântica 2008 a 2009.** Brasília, 2012, 100p. Ministério do Meio Ambiente. Disponível <<http://www.mma.gov.br/estruturas/sbfchmrbbio/arquivos/relatoriotcnicomataatlantica2008200972.pdf>>. Acessado em 15 de Abril de 2016.

ECO.A. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica.** 2010. Disponível <<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Atlas+dos+Remanescentes+Florestais+da+Mata+Atlantica+/15676>>. Acessado em 28 de agosto de 2016.

EXPEDIÇÃO MUCURI. **Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri.** 1º Ed. Via Social Projetos Culturais. Belo Horizonte, 2010.

FERNANDES, Maurício Roberto et al. **Caracterização de unidades de paisagem.** EMATER-MG. Belo Horizonte MG. 92 p. 2013.

FILHO, J. L. **Introdução a SIG – sistemas de informações geográficas.** 1995. 69 p. (Curso

de Pós-Graduação em Ciência da Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Informática. Porto Alegre, dezembro de 1995. Disponível em <<http://www.dpi.ufrgs.br/~jugurta/papers/ti.pdf>>. Acessado em 02 de Maio de 2016.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160 p.

GARCIA, Yara Manfrin. **Conflitos De Uso Do Solo em Apps na Bacia Hidrográfica do Córrego Barra Seca (Pederneiras/Sp) em Função da Legislação Ambiental**. Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Agrônomicas - Campus de Botucatu. Botucatu – SP, 2014. Disponível <<http://www.pg.fca.unesp.br/Teses/PDFs/Arq1089.pdf>>. Acessado em 05 de agosto 2016.

GODINHO, Alice Lorentz de Faria; MARANGON, Benito; RIBEIRO, Ivanilde Cassemiro; FERNANDEZ, Marco Antonio; GONÇALVES, Bruno Balarini; FREITAS, Paulo Moreno Campos. **Proposta de Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri MU1**. Teófilo Otoni- MG, 2008.

GUEDES, Wilton; MARQUES, Anderneide; MENDES, Swelves; TEODORO, Catarina. **Ocorrência de queimadas no Parque Estadual do Lajeado**. Tocantins, 2010. Disponível em:<http://www.catolica-to.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gestaoambiental/projetos2010_2/2periodo/Ocorrencia_de_queimadas_no_parque_estadual_do_lajeado.pdf>. Acessado em 30 de agosto de 2016.

GUEDES, J. B.; CUNHA, D. M. **Uso e ocupação desordenada do solo urbano no bairro morro do carapina em Governador Valadares – MG**. Disponível em <<http://www.ifmg.edu.br/sitecampi/v/images/arquivosgovernadorvaladares/JessicaTCC.pdf>>. Acessado em 19 de Abril de 2016.

IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 1º ed. Rio de Janeiro, 1992. 91p. Disponível em <<http://www.uff.br/horto/ensino/manualtecnicodavegetacaobrasileira.pdf>>. Acessado em 12 de Abril de 2016.

IBFLORESTAS. **Bioma Mata Atlântica**. Disponível em <<http://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica.html>>. Acessado em 20 de Abril de 2016.

IEF. **Governo de Minas cria Área de Proteção Ambiental no Mucuri**. Minas Gerais, 2012. Disponível em<<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1330-governo-de-minas-cria-area-de-protecao-ambiental-no-mucuri>>. Acessado em 12 de Abril de 2016.

JÚNIOR, Elenaldo Fonseca de Oliva. **Os impactos ambientais decorrentes da ação antrópica na nascente Do Rio Piauí -Riachão do Dantas/SE**. Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto, 2012. Disponível http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Os_Impactos_Ambientais_Decorrentes_da_Acao_Antropica_na_Nascente_do_Rio_Piaui.pdf>. Acessado 18 de agosto de 2016.

LOURENÇONI, D.; CHAVES, M. E. D.; OLIVEIRAMI, T. C.; SOARES, J. F.; RAMIREZ, G. M. **Uso e ocupação do solo em áreas de preservação permanente (APP) no Ribeirão do Varadouro, município de Bom Sucesso –MG**. 2013. Disponível em <<http://www.cartografia.org.br/cbg/trabalhos/90/44/cbgcorrigido137631901.pdf>>. Acessado

em 19 de Abril de 2016.

MESACASA, L.; CORAZZA, R.; FOCHI, D. A. T.; MELO, N. G. **Utilização de ferramentas de geoprocessamento para a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) no município de Marau, segundo o Novo Código Florestal (Lei 12.651-2012)**. In: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 5p., 2015, Porto Alegre - RS. Disponível em <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/l-028.pdf>>. Acessado em 20 de Abril de 2016.

MOREIRA, M. A. **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**. São José dos Campos: INPE, 2001.

ORTEGA, Diego Javier Perez. Avaliação dos efeitos das atividades antrópicas na bacia Hidrográfica do córrego do ipê, município de ilha solteira – Sp. Pós-Graduação em Engenharia –UNESP, Campus de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista. Ilha Solteira de 2011. Acessado 17 de Agosto 2016. Disponível em <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98049/perezortega_dj_me_ilha.pdf?sequence=1>.

PEREIRA, A. Uso e ocupação do solo urbano – impactos ambientais. 10 p., 2010, São José dos Campos – SP. Acessado em 19 de Abril de 2016. Disponível em <<http://www.colegiotecnicoopcao.com.br/blogdoplaneta/topicos.php?id=5&op=1&IDM=15>>.

RODRIGUES, G. S.; CAMPANHOLA, C. **Sistema integrado de avaliação de impacto ambiental aplicado a atividades do Novo Rural**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, V. 38, p. 445-451, 2003. Disponível <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/15036/1/v38n04445.pdf>>. Acessado 30 de agosto de 2016.

SANTOS, E. E.; FILHO, E. I. F.; FARIA, A. L. L.; SILVA, L. M. R. **Utilização do geoprocessamento para Análise dos conflitos existentes entre uso e ocupação do solo em áreas de preservação permanente da bacia do Ribeirão São Bartolomeu Viçosa-MG**. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 8.p, 2010, Porto Alegre – RS. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kUocK0EfuPkJ:www.agb.org.br/vento/download.php%3FidTrabalho%3D1384+&cd=1&hl=pt-R&ct=clnk&gl=br>>. Acessado em 19 de Abril de 2016.

SOUZA, Enio Resende de; DOMINGUES, José Fernandes N. **Meio Ambiente. Proteção e Recomposição de Matas Ciliares**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2013.

TAVARES, K. A. S.; ALMEIDA, A. J. P.; ANDRADE, E. L.; JÚNIOR, S. A. M. G.; **Geoprocessamento aplicado à análise do uso e ocupação da Terra em áreas de preservação permanente na APA de Murici, Alagoas**. In: Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, 8.p, 2015, João Pessoa-PB. Disponível em <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2015/files/p0168.pdf>>. Acessado 19 de abril de 2016.

TORNERO, M. T. **Análise ambiental através de sistema de informações geográficas (SIG), como subsídio ao planejamento no município de Maringá - PR**. Botucatu, 2000. 184p. Tese (Doutorado em Agronomia/Energia na Agricultura) – Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista.

**ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E BENEFÍCIOS AMBIENTAIS DO USO DE
ÁGUA DA CHUVA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM TEÓFILO
OTONI / MG**

**TECHNICAL FEASIBILITY STUDY AND ENVIRONMENTAL BENEFITS OF USING
RAINWATER IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION IN TEÓFILO OTONI / MG**

**ESTUDIO DE VIABILIDAD TÉCNICA Y BENEFICIOS AMBIENTALES DEL USO DE
AGUAS PLUVIALES EN UNA INSTITUCIÓN DE ENSEÑANZA SUPERIOR EN
TEÓFILO OTONI / MG**

Guilherme Gonçalves da Silva

Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni
Curso de Engenharia Civil, guilhermesilva127@hotmail.com

José Renato Pereira

Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni
Curso de Engenharia Civil, jrpereira7@hotmail.com

Werner Kriebel

Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni
Docente Especialista , kriebel275@hotmail.com

O presente trabalho tem como tema o estudo de viabilidade do uso de água da chuva em uma Instituição de Ensino Superior em Teófilo Otoni. Este estudo foi inspirado no atual cenário de escassez de água no mundo, manifestada no Brasil, a partir de 2014, com a crise hídrica da região sudeste. Pretendeu-se explicitar a importância do aproveitamento de água da chuva e analisar a viabilidade técnica e benefícios ambientais da instalação do sistema de captação e aproveitamento de águas pluviais para uso não potável nas Faculdades Doctum Teófilo Otoni. A partir da pesquisa bibliográfica e em sites de órgãos especializados no Brasil, na plataforma Google Acadêmico, no Buscador Coruja e no Scielo, constatou-se que há pouca produção científica sobre o tema, e um tímido uso efetivo do sistema de captação e aproveitamento de água da chuva, o que dificultou a referida pesquisa. Em outra frente o estudo procurou determinar tecnicamente a capacidade dos reservatórios necessários, através do método de Rippl descrito na NBR 15527:2007. Conclui-se que a instalação do sistema de captação de água pluvial proposto é tecnicamente viável e traz benefícios ambientais, tendo em vista que o imóvel possuirá após término de obras de ampliação em andamento 3.806 m² de área de telhado, inclusive com calhas, com potencial para captação de água para uso não potável, gerando economia financeira e preservação de recursos hídricos.

Palavras-Chave: Captação de Água da Chuva; Recursos Hídricos; Sustentabilidade.

REFERENCIAS

ACQUASAVE. **Filtro para o Aproveitamento Inteligente da Água de Chuva** Disponível em: <<http://www.acquasave.com.br>>. Acesso em: 21/04/2015.

ANA. **Conservação e Reuso da água em Edificação**. Agência Nacional de Águas do Brasil,

Superintendência de Conservação de Água e Solo. São Paulo: Editora Prol, 2005, 151 p.

ANA, Agência Nacional de Águas do Brasil, Superintendência de usos múltiplos – Convivência com as Secas, 2010. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/UsosMultiplos-seca.asp>>. Acesso em: 10/08/2015.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15527: “Água de Chuva – Aproveitamento de áreas urbanas para fins não potáveis – Requisitos”**. Rio de Janeiro, outubro de 2007, 8p.

BARROS, Marcos. **Custos e Benefícios no Aproveitamento de Água de Chuva**. Seminário Internacional Aproveitamento de Água de Chuva. Câmara Municipal de São Paulo, 23 de Agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.acquacon.com.br/aguadechuva/marcos.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

Bellen, H. M. Van, **Indicadores de Sustentabilidade: uma Análise Comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV — Brasil, 2005, 256 p.

ZANELLA, Luciano. **Manual para captação emergencial e uso doméstico de água de chuva** [livro eletrônico] / Luciano Zanella. São Paulo : IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2015.

MANSOLDO, Ana. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral: como educar neste mundo em desequilíbrio?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 88 p.

Tomaz, P., **Aproveitamento de Água de Chuva: para áreas urbanas e fins não potáveis**. São Paulo, Ed. Navegar, 2ª Edição, 180 p., 2003.

WATERFALL, P. H., **Harvesting Rainwater for Landscape Use**, University of Arizona, Cooperative Extension, 2006 [livro eletrônico]. Disponível em: [https://wrrc.arizona.edu/sites/wrrc.arizona.edu/files/Harvesting Rainwater for Landscape Use.pdf](https://wrrc.arizona.edu/sites/wrrc.arizona.edu/files/Harvesting_Rainwater_for_Landscape_Use.pdf). Acesso em: 10/08/2015.

O PAPEL DO FUTEBOL NA FORMAÇÃO CIDADÃ DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NA CIDADE DE CARAÍ MG

THE ROLE OF FOOTBALL IN THE CITIZEN TRAINING OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE CITY OF CARAÍ MG

EL PAPEL DEL FÚTBOL EN LA FORMACIÓN CIUDADANA DE NIÑOS Y ADOLESCENTES DE LA CIUDAD DE CARAÍ MG

Lincoln Silva Farias Miranda

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Acadêmico do Curso de Educação Física Licenciatura: linkrai11@hotmail.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física: mariotti2010@gmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física email: cellereis@hotmail.com

RESUMO

O município de Carai, pertencente ao território do médio e baixo Jequitinhonha, possui um índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado para rede pública, desde 2007, acima da meta projetada. Dentre os fatores possíveis para melhoria dos resultados observa-se a existência das escolinhas de prática do futebol, que além de proporcionar o lazer, permite conexões entre a prática desse esporte com os fundamentos da participação cidadã e educacional. Dentre as propostas de vivência do futebol destaca-se o projeto chute certo, estruturado nos seguintes pilares: ensinar esportes a todos; ensinar bem esportes a todos; ensinar mais do que esportes para todos; ensinar a gostar de esportes. A pesquisa, quanto a abordagem consistiu em uma investigação qualitativa, de natureza analítico-descritiva. O objetivo foi analisar as contribuições do projeto chute certo para formação cidadã e melhoria da participação escolar dos alunos. Conclui-se que o projeto chute certo trabalha com valores éticos e morais, respeito ao próximo, incentivo escolar, conhecimento cultural, melhorias

fisiológicas físicas motoras e técnicas em geral, que contribuem de um modo geral para a formação cidadã. Além disso, ao estabelecer conexão entre a participação dos alunos no projeto com o ambiente escolar, funciona como um estímulo à vivência interessada dos participantes dos conteúdos escolares.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Regras de Futebol 2015-2016**. Disponível em: <http://www.coafRJ.com.br/regrasdojogo20152016.pdf> Acesso: 15 Ago. 2018.

DAMATTA, Roberto. **Esporte na Sociedade: Um Ensino Sobre o Futebol Brasileiro**. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/damattauniversoaula.pdf> Acesso: 17 out. 2018

FERREIRA, FRANCISCO.ADOLFO. **Uma visão holística do futebol**. Universidade do Futebol. São Paulo: Disponível em <<http://universidadedofutebol.com.br/uma-visao-holistica-do-futebol/>>Acesso em 03 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados estatísticos cidade**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carai> Acesso: 25 set /2017.

LEITÃO, RODRIGO, APARECIDO. AZEVEDO. **O jogo de futebol: investigação de sua estrutura, de seus modelos e da inteligência de jogo, do ponto de vista da complexidade: Tese de Doutorado**. Campinas, S.P: 2009 p.p.58-59-60.

MÁXIMO, João. **Memórias do futebol brasileiro**. Estudos Avançados, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n37/v13n37a09.pdf> Acesso: 17 out. 2018.

MINAS GERAIS. **Ideb 2019 por município**. <https://www.qedu.org.br/estado/113-minas-gerais/ideb/ideb-por-municipios>. Acesso: 25 set /2017.

OLIVEIRA, FLÁVIO. ISMAEL. SILVA. COLPAS, RICARDO. DUCATTI. **Futebol: Origem e História**. Claretiano, Batatais: S.P. 2014: p.39 – 40.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÍ. **Dados históricos do município de Carai**. Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

CICLISMO, ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA

CYCLING, PHYSICAL ACTIVITY AND QUALITY OF LIFE

CICLISMO, ACTIVIDAD FÍSICA Y CALIDAD DE VIDA

Leoni Veras Amo

Acadêmico do Curso de Educação Física Bacharelado , Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni, leoniamorim2010@hotmail.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física: mariotti2010@gmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física email: cellereis@hotmail.comil

Resumo

O sedentarismo é um dos principais problemas na atualidade e requer estratégias públicas e/ou iniciativas da sociedade civil para o seu enfrentamento. Sabe-se que o estímulo à prática de atividades físicas regulares na forma de exercícios físicos é um grande desafio, especialmente para as pessoas que ainda não desenvolveram o hábito diário da prática. A prática de exercícios físicos regulares estimula a produção de hormônios do bem como Adrenalina, Cortisol, Noradrenalina, Endorfina, tornando-se um prazer e uma necessidade das pessoas, sendo por isso, a atividade física um dos fatores que contribui com a qualidade de vida. A prática do ciclismo nesse contexto pode proporcionar melhora da qualidade de vida à qualquer tipo de pessoa praticante, seja criança, adulto ou pessoas da melhor idade. Dentre os benefícios menciona-se o auxílio à diversos fatores como redução dos índices de colesterol, melhora da respiração e da saúde do coração, entre outros. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar como o ciclismo influencia na melhoria da qualidade de vida das pessoas que o praticam, na perspectiva de um grupo de praticantes do município de São José do Divino. Quanto à metodologia, consistiu em uma pesquisa de campo com a aplicação de entrevista semiestruturadas. Os resultados da pesquisa apontam que pessoas que tinham uma vida completamente sedentária e que hoje praticam o ciclismo com foco na melhoria da qualidade de vida melhora a sua condição física, psíquica e social.

REFERÊNCIAS

ALVES I. BRASILEIROS TEM MAIS BICICLETAS DO QUE CARROS. IPEA 07 DE maio 2018 pag. 1
<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/brasileiros-tem-mais-bicicletas-do-que-carros-segundo-ipea/> Acesso em: 29 set 2019

AZEVEDO E. F; FONTES M. A. **Explicando os efeitos do exercício físico no cérebro e na saúde mental.** p. 1 <http://plenamente.com.br/artigo.php?FhIdArtigo=216> Acesso em: 17 de out 2019

BIONDO M; BIANCHI J. Do prazer a necessidade, uma viagem de desafios, **Revista eletrônica: Clim pag 1** <https://bell.unochapeco.edu.br/clim/do-prazer-a-necessidade-uma-viagem-de-desafios-mauro-e-jonas/> Acesso em: 17 de out 2019

BITTENCOURT G. Ciclismo, dicas para conquistar um bom condicionamento e pedalar melhor e mais rápido, 2019 **Revista eletrônica** : Eu Atleta. Pag. 1
<https://globoesporte.globo.com/eu-atleta/treinos/noticia/ciclismo-dicas-para-conquistar-um-bom-condicionamento-e-pedalar-melhor-e-mais-rapido.ght> Acesso em: 17 de out 2019

FREIRE R. S. et al. PRÁTICA REGULAR DE ATIVIDADE FÍSICA: ESTUDO DE BASE POPULACIONAL NO NORTE DE MINAS GERAIS, BRASII **RevBrasMed Esporte – Vol. 20, No 5 – Set/Out, 2014** <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v20n5/1517-8692-rbme-20-05-00345.pdf> Acesso em: 13 out 2019

SILVA R. S; SILVA I; SILVA R. A; SOUZA L; TOMAI E. **Atividade física e qualidade de vida.** P. 116
https://www.researchgate.net/publication/240767247_Atividade_fisica_e_qualidade_de_vida Acesso em: 17 out 2019

SILVEIRA M. O. Mobilidade sustentável: **A Bicicleta como um meio de transporte integrado Rio de Janeiro UFRJ / COPPE** 2010 acesso dia 16 outubro pag: 19 e 25
http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/MarianaOliveiraDaSilveira.pdf Acesso em : 17 de out 2019

TAVARES F. L. et al. Ciclismo e Saúde. **AS MATÉRIAS SOBRE BICICLETA E SAÚDE.**
https://www.researchgate.net/publication/327629623_Ciclismo_e_saude_as_materias_sobre_bicicleta_veiculadas_em_um_jornal_de_grande_circulacao_no_Espirito_Santo Acesso em: 20 de out 2019

VANDEVELDE C. **Anatomia do ciclismo.** Shannon Sovndal (tradução Paulo Laino Cândido); Barueri – SP Editora Manole 2010 Acesso em: 18 de out 2019

XAVIER G. N; GIUSTINA M. D; CARMINATTI L. J. **Promovendo o Uso da Bicicleta para uma vida mais saudável.** p.02
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/ciclismo.pdf Acesso em: 13 out 2019

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DE
SEGURANÇA REFERENTES AOS TRABALHOS EM ALTURA NA CONSTRUÇÃO
CIVIL**

**ANALYSIS OF THE APPLICATION OF SAFETY REGULATIONS REGARDING
WORKING AT HEIGHT IN CIVIL CONSTRUCTION**

**ANÁLISIS DE LA APLICACIÓN DE LAS NORMAS DE SEGURIDAD RELATIVAS A
LOS TRABAJOS EN ALTURA EN LA CONSTRUCCIÓN CIVIL**

Lázaro Inácio Ferreira Santos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Engenharia Civil, lazaroinacio@gmail.com

Cristhiane Rodrigues Soares Leão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora Mestre, cristhiane.leao@hotmail.com

Fausto Cyrano de Oliveira

Universidade Federal dos Vales Mucuri e Jequitinhonha
Docente Especialista, fausto.cyrano@ufvjm.edu.br

Werner Kriebel

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Docente Especialista, kriebel275@hotmail.com

O crescimento no setor da engenharia civil, com investimentos voltados à melhoria da infraestrutura brasileira, proporcionou novos empregos à população ampliando a economia do país. Apesar de esses fatores serem positivos, o setor da construção civil sofre com as estatísticas de acidentes no canteiro de obras. Os trabalhadores a todo o momento são colocados em risco, como o trabalho em altura, responsável por muitos acidentes, na maioria das vezes com vítimas fatais. O presente trabalho está embasado em uma revisão da literatura a respeito de acidentes do trabalho, trabalho em altura e respectivas normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente as normas NR 35 e NR 18. O estudo de caso foi realizado através da aplicação de check-list em 2 (duas) obras na cidade de Teófilo Otoni – Minas Gerais, para verificar os níveis de conformidade com as normas de segurança do trabalho. Em relação à NR 35, dos 26 itens analisados entre 58 e 62% apresentaram conformidade enquanto entre 38 e 42% dos itens apresentaram não conformidade. Já em relação à NR 18, apesar de ser uma norma publicada há mais tempo, o índice de conformidade variou de apenas 42% a 56%. Através de entrevistas realizadas nas obras analisadas verificou-se uma carência de conhecimento do teor destas normas e falta de treinamento dos trabalhadores, o que pode contribuir para um grande número de acidentes.

Palavras-Chave: Segurança do Trabalho; Trabalho em Altura; NR 35 e NR 18.

REFERENCIAS

BRASIL, L. A. D. **Segurança no trabalho em cursos de nível técnico da educação profissional**. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2002.

BRASIL. **Portaria nº 3.214, de 8 de Junho de 1978.** Normas Regulamentadoras – NR relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. 2012a. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/mte/1978/3214.htm>

GUEDES, F. **Os custos dos acidentes de trabalho:** um estudo de caso na indústria cerâmica. 2005. 69 f. Monografia (Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. 2005.

MARTINS, C. O. **PPST:** Programa de promoção da Saúde do Trabalhador. São Paulo: Fontoura. 2008.

PAMPALON, G. **Trabalho em altura prevenção de acidentes por queda.** São Paulo: 2002.

SAMPAIO, J. C. A. **PCMAT Programa de Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção.** São Paulo. 1998.

TORTORELLO, Jayme Aparecido. **Acidentes do Trabalho:** teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 1996.

REFLEXÕES PEDAGÓGICAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

PEDAGOGICAL REFLECTIONS ON INCLUSION IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

REFLEXIONES PEDAGÓGICAS SOBRE LA INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR

Fabricio Viana dos Santos

Acadêmico do 8º período do Curso de Educação Física licenciatura da
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação, fabricvianna@gmail.com

Werlem Gomes dos Santos

Acadêmico do 8º período do Curso de Educação Física da Faculdade Presidente
Antônio Carlos de Teófilo Otoni – MG, Brasil - e-mail: werlen_gomes@yahoo.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física: mariotti2010@gmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

Resumo

A Inclusão na Educação Física Escolar é um processo de acolhimento e respeito à diversidade, diretamente relacionada às práticas de planejamento e adaptações pedagógicas dos conteúdos da Educação Física escolar. O planejamento das atividades de ensino é tratado como um passo fundamental para uma prática orientada pelo atendimento à diversidade e adaptações dos conteúdos curriculares com foco no acolhimento. O objetivo principal da pesquisa foi analisar os processos pedagógicos inclusivos da Educação Física Escolar com ênfase no planejamento e adaptações das atividades curriculares. Em termos investigativos orientou-se pela seguinte pergunta científica. Qual a relação entre concepção inclusiva na Educação Física escolar, planejamento e adaptação das atividades? Quanto a natureza trata-se de uma abordagem qualitativa, sendo do ponto de vista dos objetivos, uma pesquisa documental e bibliográfica. Os dados sistematizados apontam que uma educação física inclusiva sustenta-se em trabalho apoiado na diversificação metodológica e dos recursos didáticos, no acolhimento e atendimento à todos conforme às suas necessidades, na flexibilização do planejamento e na construção de aprendizagens significativas. Observa-se que a educação física na concepção inclusiva permite a participação de todos, fazendo uso de exercícios apropriados às possibilidades de cada um, adequando a integração através de

um planejamento escolar flexível, factível, e adaptável.

REFERENCIAS

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. 9. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**/Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: . Acesso em 17 out de 2020

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1990. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 25 de Set 2020 _____.

_____**Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html> Acesso em: 21 de set. 2020

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB. 9394/1996**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf > Acesso em 21 set de 2020
BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf> > Acesso em 21 de st. De 2020 _____.

_____**Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>: Acesso em: 20 de set.2020

_____**L. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. CIDADE, R, E, FREITAS, P, S. Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. Revista Integração. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ano14. Edição especial 2002.

DAÓLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas. SP: Papirus, 1995. 18

DELORS, Jacques (org.). **Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 2001.

DUARTE, A. C. C.; FANK, E; PAMELLA, H e S. **Os desafios contemporâneos e os conteúdos escolares**: Reflexos na organização da proposta pedagógica curricular e a especialidade da escola pública. (texto elaborado pela Coordenação da Gestão escolar - CGE/SEED, para a semana pedagógica descentralizada nas escolas em julho de 2008).

FERNANDES, F.S. o corpo no autismo. PSIC - **Revista de Psicologia da Vetor** Editora, Jan./Jun. 2008. v. 9, nº 1, p. 109-114. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v9n1/v9n1a13.pdf> > Acesso em 16 out. 2020

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos.** **Revista da Educação Especial.** Brasília: MEC/ SEESP, v.1, n.1, p.40-46, 2005. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GREGUOL, M.; COSTA, R. F. da. **Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.** 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARQUES; SILVA; SILVA. **Atividades inclusivas na Educação Física escolar.** Revista Digital - Buenos Aires - Ano 13 - Nº 119 - abril de 2008. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisicaescolar.htm> > Acesso em 16 out. 2020

MATTOS, Mauro G. & NEIRA, Marcos G. Educação Física na adolescência: **construindo o conhecimento na escola.** São Paulo: Phorte Editora, 2000. MINAS GERAIS. Resolução SEENº 4.256 DE 09 de Janeiro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de Ensino de Minas Gerais. Secretária de Estado de Educação.2020 Disponível em: <[https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r %20-%20Public.10-01-20.pdf.pdf](https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r-%20-%20Public.10-01-20.pdf.pdf) > Acesso em:19 de Out. 2020

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais** /Peter Mittler; Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de... [et al.] **Tópicos especiais em educação inclusiva** 1ª. Ed., ver. – Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

RODRIGUES, M. A **importância do planejamento pedagógico.** 2012. Disponível em:<<http://petpedagogia.ufba.br/planejar-sempre> > Acesso em 23 set. 2020. 19

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos.** 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, Sandra Salete de Camargo. **Nuances entre o texto e contexto nas políticas de inclusão educacional** In: UJIIE, Nájela Tavares. Psicopedagogia Clínicas e Institucional: nuances nexos e reflexos. Curitiba: CRV, 2016.

SOLER, Reinaldo. **Educação Física Inclusiva na Escola: Em Busca de Uma Escola Plural.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005. 256 p.

TANI, G. et al. **Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista.** 4.ed. São Paulo: EPU, 2011.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto**

político pedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000

O EXERCÍCIO FÍSICO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA

PHYSICAL EXERCISE AS A PROMOTION AND PREVENTION STRATEGY IN PUBLIC HEALTH PROGRAMS

PHYSICAL EXERCISE AS A PROMOTION AND PREVENTION STRATEGY IN PUBLIC HEALTH PROGRAMS

Graziele Pereira de Abreu

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Acadêmica do Curso de Educação Física, graziele.abreu75@gmail.com

Tauani Pereira Borges

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Acadêmica do Curso de Educação Física, tauanipb@hotmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação física, flamaflamarion723@gmail.com

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação física, adenilsonmariotti@yahoo.com.br

Marcelle Santos dos Reis

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professora do Curso de Educação Física email: cellereis@hotmail.com

Resumo

É inquestionável a importância da prática do exercício físico como método de promoção, prevenção e cuidado em saúde diante de um cenário onde a ampliação dos problemas de saúde associados ao hábito de vida sedentário tem se potencializado. Sob esse contexto os programas de saúde pública voltados ao cuidado integral do indivíduo, sobretudo, aqueles que utilizam intervenções que fazem uso sistemático de práticas corporais e exercícios físicos, como exemplo o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Academia da Saúde, apresentam-se como peça chave para combater o comportamento sedentário e suas consequências à saúde. O objetivo principal da pesquisa é identificar a participação do educador físico, orientado pela prática de exercícios físicos, frente aos programas NASF/AB e Academia de Saúde para enfrentamento do comportamento sedentário e suas consequências. A metodologia consiste em revisão bibliográfica, priorizando as publicações dos últimos 05 anos, bem como, realizou-se buscas às bases de dados e acervos bibliográficos disponíveis no Scielo, Google Acadêmico, Bireme, Pubmed, site do Ministério da Saúde. Realizou-se levantamento de dados literários utilizando das palavras chave: exercício físico, saúde pública, prevenção em saúde, sedentarismo, obesidade. Conclui-se

que o exercício físico é uma estratégia fundamental diante dos problemas do sedentarismo e suas consequências, nesse sentido, a atuação do profissional de Educação Física se torna indispensável nos programas de saúde pública, como exemplo, NASF/AB e Programa Academia da Saúde, promovendo a prevenção e promoção em saúde dos sujeitos.

REFERENCIAS

ACHOUR JUNIOR, Abdallah. **Mobilização e alongamento na função musculartoarticular**. Barueri, SP: Manole, 2017.

BATISTA, Mabel de Freitas. **Análise do perfil dietético e antropométrico em praticantes de treinamento funcional**. 2019. 63 f. Monografia, (graduação em Nutrição)- Centro de Educação e Saúde, Curso de Bacharelado em Nutrição, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2019.

Disponível

em:<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/12338/1/MABEL%20DE%20FRUITAS%20BATISTA%20-%20TCC%20NUTRI%20c3%87%20c3%83O%202019.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BAUN, Mary Beth Pappas. **Exercícios de hidroginástica: exercícios e rotinas para tonificação, condicionamento físico e saúde**. Tradução: Dayse Batista. 2 ed, Barueri, SP: Manole, 2010. Título original: Fantastic warter workouts. ISBN 978-85-204-2914-3. BRASIL, Ministério da Saúde. Academia da Saúde. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/artigos/723-aco-es-e-programas/academia-da-saude/41282-academia-da-saude-2>. Acesso em: 01 maio 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Atividade física**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/component/content/article/781-atividades-fisicas/40390-atividadefisica>. Acesso em: 25 abr. 2020.

_____, Ministério da Saúde. **Benefícios da atividade física**. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/artigos/781-atividades-fisicas/40394-beneficios-da-atividadefisica>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____, Ministério da Saúde. **Cadernos de atenção básica: diretrizes do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília- DF, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_diretrizes_nasf.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

_____, Ministério da Saúde. **Hipertensão (pressão alta): o que é, causas, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/hipertensao>. Acesso em: 28 abr. 2020.

_____, Ministério da Saúde. Núcleo de apoio à saúde da família (NASF). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/aco-es-e-programas/saude-da-familia/nucleode-apoio-a-saude-da-familia-nasf>. Acesso em: 01 maio 2020.

_____, Ministério da Saúde. **Programa Academia da Saúde: caderno técnico de apoio a implantação e implementação [recurso eletrônico]**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção

à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/implatacao_academia_saude.pdf. Acesso em: 14 maio 2020. 22

_____, Ministério da Saúde. **Três em cada cem mortes no país podem ter influência do sedentarismo**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45341-tres-em-cada-cem-mortes-no-paispodem-ter-influencia-do-sedentarismo>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BOTHAM, Kathleen M.; MAYES, Peter Anthony. **Síntese, transporte e excreção do colesterol**. In: Rodwell, Victor W. et al. *Bioquímica Ilustrada de Harper*. [s.l.]: AMGH Editora Ltda, 30^o ed, 2017.

CARTAXO, Carlos Alberto . **Jogos de combate: Atividades recreativas e psicomotoras: teoria e prática**. 2^o ed., [s.l.]: Vozes, 2013. CASTIEL, Luis David. O que é Saúde Pública. Biblioteca Virtual de Saúde. [s.l.], [1995?]. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/bibsp/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=107>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8^o, 2015, São Paulo. **Prevalência da obesidade e sedentarismo em trabalhadores hipertensos da FCT/UNESP: a importância da orientação**. São Paulo, 2015. p. 1-6. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/142348/ISSN2176-9761-2015-01-06-ribeiro-gutierrez.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde**. 2005. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/30>. Acesso em: 13 maio 2020. DIAS, Patricia Camacho et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. *Cad. Saúde Pública* [online]. [s.l.], v. 33, n. 7, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33n7/1678-4464-csp-33-07-e00006016.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

GOULART, Antonio Roberto. **Atividades diversificadas na educação escolar [recurso eletrônico]: aulas teóricas e ginástica localizada**. São Paulo: Phorte, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=jpxMDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=beneficios+da+ginastica+localizada&ots=qDiulXVfqM&sig=hZH3zm4drc8STckj5ISO_uA0xc#v=onepage&q=beneficios%20da%20ginastica%20localizada&f=false. Acesso em: 03 jun. 2020.

YABUUTI, Poliana Luri Kayama et al. O exercício físico na terceira idade como instrumento de promoção da saúde. **Rev. Eletrônica Acervo Saúde** : Electronic Journal Collection Health. São Paulo, v. 11, n. 6, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/316/222> acesso em: 05 maio 2020.

ZANETTIN, Fernanda Locatelli; ROMANI, Larissa; COZER, Mirian. Perfil antropométrico, hábitos alimentares no pré e pós-treino e percepção da imagem corporal de mulheres praticantes de treinamento funcional. **Rev. Brasileira de Nutrição Esportiva**. São Paulo, v. 13, n. 79, p. 274-282, 2019. Disponível em: <http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/1292/884>. Acesso em: 10 jun. 2020.

**A RELAÇÃO ENTRE COMPONENTES DA APTIDÃO FÍSICA, ESTILO DE VIDA
ATIVO E SAÚDE NA TERCEIRA IDADE**

**THE RELATIONSHIP BETWEEN PHYSICAL FITNESS COMPONENTS,
ACTIVE LIFESTYLE AND HEALTH AT THIRD AGE**

**LA RELACIÓN ENTRE COMPONENTES DE APTITUD FÍSICA, ESTILO DE VIDA
ACTIVO Y SALUD EN LA TERCERA EDAD**

Hellen Batista Santos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Acadêmica do 6º período do Curso de Educação Física Bacharelado da
Faculdade, hellencarai@gmail.com

Maria Helena Gomes de Souza

Acadêmica do 6º período do Curso de Educação Física Bacharelado da
Faculdade Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Curso de Graduação, email

Adenilson Mariotti Mattos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física: mariotti2010@gmail.com

Flamarion Ribeiro de Souza

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física :email: flamaflamarion723@gmail.com

Janis José Almeida Paixão

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Professor do Curso de Educação Física-, email:janispaixaomaster@hotmail.com

A análise da força muscular, resistência muscular, resistência cardiorrespiratória, flexibilidade e composição corporal, denominados de componentes da aptidão física, são fundamentais para compreensão dos aspectos relacionados à proatividade e saúde do indivíduo. A proposta da abordagem é compreender os impactos do exercício físico para os componentes da aptidão física, estilo de vida e saúde na terceira idade. Na proposta a aptidão física é conceituada como a capacidade de realizar atividades físicas e tarefas cotidianas de forma segura, com tranquilidade e sem correr riscos de lesões ou problemas de saúde. O objetivo principal da pesquisa foi analisar de forma sistemática os comparativos da aptidão física, estilo de vida ativo e saúde em pessoas da terceira idade, mostrando os impactos positivos que o exercício físico pode trazer para a saúde e bem estar dos idosos. Em termos investigativos orientou-se pela seguinte pergunta científica: Qual a relação entre componentes da aptidão física, estilo ativo de vida e saúde na terceira idade? Em termos metodológicos consiste numa revisão sistemática do conteúdo e terminologias específicas da área. Conclui-se que a adoção de uma rotina de atividades físicas reduz os efeitos negativos do envelhecimento, além de proporcionar melhorias na composição funcional do idoso, redução do risco de doenças e autonomia para realização das atividades diárias.

Referências

ALFIERI, Fábio Marcon et. al. Mobilidade Funcional de Idosos Ativos e Sedentários Versus Adultos Sedentários. **Brazilian Journal of Biomotricity**. Itaperuna, v.3, n. 1, p. 89-94, 2009. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/930/93012686011.pdf> Acesso: 02 set 2021

AMERICAN COLLEGE SPORTS OF MEDICINE. **Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição**. Tradução: Dilza Campos. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan Ltda, 2014. Disponível: https://thevalveclub.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Post12_Diretrizes-do-ACSM-para-os-Testes-de-EsforA%CC%83%C2%A7o-e-sua-PrescriA%CC%83%C2%A7A-%CC%83%C2%A3o.pdf Acesso: 12 set 2021.

BARBANTI, Valdir José. **Dicionário de educação física e do esporte**. 1ª ed. São Paulo: Editora Manole, 1994. BARBANTI, Valdir José. Teoria e Prática do Treinamento Desportivo. 2 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher. 1979.

BORGES, Milene Ribeiro Dias; MOREIRA, Ângela Kunzler. **Influências da prática de atividades físicas na terceira idade: estudo comparativo dos níveis de autonomia para o desempenho nas AVDs e AIVDs entre idosos ativos fisicamente e idosos sedentários**. Faculdade Cenecista de Osório Motriz, Rio Claro, v.15 n.3 p.562-573, 2009. Disponível: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2136> Acesso: 01 set 2021

CARVALHO, Tales de; SILVA, José Galdino Silveira da; GUEDES, Dartagnan Pinto. **Atividade física e saúde. Orientações básicas sobre atividade física e saúde para profissionais das áreas de Educação e Saúde**. 1ª. ed. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; 1995. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001874.pdf> Acesso: 11 set. 2021.

CASPERSEN, C.J. Physical activity trends among 26 states, 1986 -1990. 1995. in: LEITE, Vânia Andreia Pereira Soares. **Atividade Física e Aptidão Física funcional dos Idosos**. Monografia da Licenciatura em Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. 2009. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22034/2/39494.pdf> Acesso: 04 set. 2021.

CASTRO, Gabriela Lima de. **Efeito do Treinamento Resistido Aliado à Estratégia de Tarefa Dupla na Capacidade Funcional e Desempenho Cognitivo em Idosos ativos**. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física - Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22010> Acesso: 04 set. 2021.

COELHO, Christianne de Faria; BURINI, Roberto Carlos. Atividade física para prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis e da incapacidade funcional. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.22, n.6, p.937-946, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/3CfMRjMyHsMGzBxKRM6jtWQ/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 22. set 2021

COSTA, Luiz da Silva Vaz da et. al. Análise comparativa da qualidade de vida, equilíbrio e força muscular em idosos praticantes de exercício físico e sedentários. **Revista Faculdade Montes Belos**. Trabalho de conclusão do curso de Fisioterapia da Faculdade Montes Belos.

v.8, n. 3, p. 61-179. 2014. Disponível: <http://revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/190>
Acesso: 31 out 2021

FIDELIS, Luiza Teixeira; PATRIZZI, Lislei Jorge; WALSH, Isabel Aparecida Porcatti de. Influência da prática de exercícios físicos sobre a flexibilidade, força muscular manual e mobilidade funcional em idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v.16, n. 1, p. 109- 116, 2013. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/gcqcZJ4yVbgCWkYM7KNHXWN/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 31 out 2021
FOX, Edward. L. Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos. 4a. ed., Interamericana, Rio de Janeiro, 1991.

GLANER, Maria Fátima. Importância da aptidão física relacionada à saúde. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v.5, n.2, 2003.

GOMES JÚNIOR, V.F.F. et. al. Compreensão de Idosos sobre os Benefícios da Atividade Física. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 19, n. 3, p.193-8, 2015

GONÇALVES, Lucia Hisako Takase et al. **O idoso institucionalizado: avaliação da capacidade funcional e aptidão física**. Rio de Janeiro: Cad Saúde Pública, 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/csp/a/md7ZBkdnD8mNySFRqdFWWXS/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 15 set. 2021.

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. Atividade Física e Aptidão Física e Saúde. Departamento de Fundamentos da Educação Física da Universidade Estadual de Londrina. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.1, n.1, p. 18-35, 1995. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/451/495> Acesso: 18 out. 2021.

HEYWARD, Vivian H. **Avaliação e prescrição de exercício físico: técnicas avançadas**. 6 ed. São Paulo: Artmed, 2013. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua: Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Rio de Janeiro:

KRAUSE, Priscila Maressa et. al. Influência do nível de atividade física sobre a aptidão cardiorrespiratória em mulheres idosas. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. Curitiba, v. 13, n. 2, p. 97-102, 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/6yBVqLztsTnpYWgwpW5bYWz/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 31 out 2021

MAZO, GZ. et al. Condições de saúde, incidência de quedas e nível de atividade física dos idosos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos. v. 11, n. 6, p. 437-442, 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/DgvfLbSB5YTQgzQpkyxwhVr/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 01 out 2021

MCARDLE, William d.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L.; **Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2016. NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 4. ed. Londrina: Midiograf, 2006.

NIEMAN, David C. Exercício e Saúde. **como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento**. 1ª ed., São Paulo: Manole, 1999.

OLIVEIRA, Daniel et al. Composição corporal e estado nutricional de idosos ativos e sedentários: sexo e idade são fatores intervenientes? **Revista O Mundo da Saúde**, São Paulo, vol. 44, p. 58-67, 2020. Disponível: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&scioq=OLIVEIRA%](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&scioq=OLIVEIRA%2C+Daniel+et+al.Composi%C3%A7%C3%A3o+corporal+e+estado+nutricional+de+idosos+ativos+e+sedent%C3%A1rios%3A+sexo+e+idade+s%C3%A3o+fatores+inter+venientes%3F&q=OLIVEIRA%2C+Daniel+et+al.Composi%C3%A7%C3%A3o+corporal+e+estado+nutricional+de+idosos+ativos+e+sedent%C3%A1rios%3A+sexo+e+idade+s%C3%A3o+fatores+inter+venientes%3F.&btnG=Acesso: 01 set 2021)

2C+Daniel+et+al.Composi%C3%A7%C3%A3o+corporal+e+estado+nutricional+de+idosos+ativos+e+sedent%C3%A1rios%3A+sexo+e+idade+s%C3%A3o+fatores+inter+venientes%3F&q=OLIVEIRA%2C+Daniel+et+al.Composi%C3%A7%C3%A3o+corporal+e+estado+nutricional+de+idosos+ativos+e+sedent%C3%A1rios%3A+sexo+e+idade+s%C3%A3o+fatores+inter+venientes%3F.&btnG=Acesso: 01 set 2021

OLIVEIRA, Raul Roscamp de; SANTOS, Maria Gisele dos. **Componentes da aptidão física relacionada à saúde**. Universidade Federal do Paraná, 2012. Disponível: <https://www.efdeportes.com/efd169/aptidao-fisica-relacionada-a-saude.htm> Acesso: 11 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2005.

RODRIGUES, Fernanda Reinert; TRICHÊS, Patrícia Barbosa Martins. Aptidão física relacionada à saúde de idosos: influência do treinamento de força. **EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires**, Año 17, Nº 174, 2012. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012 Disponível: <https://www.efdeportes.com/efd174/aptidao-fisica-relacionada-a-saude-de-idosos.htm> Acesso: 06 set. 2021

SANTANA, Juliette Cardoso; AOYAMA, Elisângela de Andrade. A Prática de Atividade Física Para Melhoria da Qualidade de Vida no Processo do Envelhecimento. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, Brasília, v.2, n.2, p.84-88, 2020. Disponível: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SANTANA%2C+Juliette+Cardoso%3B+AOYAMA%2C+Elis%C3%A2ngela+de+Andrade.+A+Pr%C3%A1tica+de+Atividade+F%C3%ADsica+Para+Melhoria+da+Qualidade+de+Vida+no+Processo+do+Envelhecimento&btnG=Acesso: 4 set 2021

TRIBESS, Sheilla; VIRTUOSO JR, Jair Sindra. Prescrição de exercícios físicos para idosos. **Revista Saúde.Com**, v.1, n.2, p.163-172, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26428550_Prescricao_de_exercicios_fisicos_para_idosos/link/57aafb6e08ae42ba52ae73a6/download Acesso: 01. out 2021

VITAL, Thays Martins. **Efeitos do treinamento com pesos nos sintomas depressivos e variáveis metabólicas em pacientes com doença de Alzheimer**. 2011 in: **CASTRO, Gabriela Lima de. Efeito do Treinamento Resistido Aliado à Estratégia de Tarefa Dupla na Capacidade Funcional e Desempenho Cognitivo em Idosos ativos**. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física - Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22010> Acesso: 04 set. 2021

**A RELEVÂNCIA DO TREINAMENTO NA MOTIVAÇÃO DE UM COLABORADOR DE
UMA ORGANIZAÇÃO**

**THE RELEVANCE OF TRAINING IN THE MOTIVATION OF AN EMPLOYEE OF
AN ORGANIZATION**

**LA RELEVANCIA DE LA FORMACIÓN EN LA MOTIVACIÓN DE UN
EMPLEADO DE UNA ORGANIZACIÓN**

Adelmo Ferreira Santos

Mestre em Contabilidade Pública
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
E-mail: adelmofsantos@gmail.com

Thalita Alves Ramalho

Graduada em Administração de Empresas
E-mail: thallitaramalho17@hotmail.com

Não é segredo que empresas buscam sucesso, funcionários dedicados e comprometidos, projeção no atual cenário mercadológico, bons negócios, enfim, buscam estabilidade no mercado econômico e lucro. Para que tais aspectos sejam alcançados, é necessária uma visão mais profunda em relação aos Recursos Humanos da empresa. É preciso desenvolver pessoas, incentivar o desenvolvimento de novas habilidades, aprimorar habilidades existentes e tais características podem ser alcançadas fazendo uso do treinamento. Os programas de treinamento atualmente estão sendo inseridos em diversas empresas, desde pequenas empresas as empresas de grande porte, no intuito de oferecer aos colaboradores desenvolvimento pessoal e principalmente desenvolvimento profissional. O profissional que passa por um processo de treinamento bem elaborado, tem condições de desenvolver de forma satisfatória seus serviços, correspondendo às expectativas da organização. Já, a motivação é algo que não pode ser ofertado pela empresa, não é possível impor ao funcionário que ele obrigatoriamente trabalhe com motivação. A empresa dispõe de diversos recursos para fazer com que o colaborador trabalhe motivado, o interesse da organização pelo bem-estar pessoal e profissional dos colaboradores é um importante fator que influencia em sua motivação. O treinamento influencia diretamente na motivação de um colaborador, a partir do momento que é ofertado pela empresa algum tipo de treinamento, no intuito de contribuir para

o crescimento profissional de um indivíduo, este sente-se valorizado e motivado, sendo possível afirmar que o treinamento é um fator de grande relevância para a motivação de um funcionário.

REFERÊNCIAS

BORLOT, Miriam Nepomuceno Rosa; MARQUES, Ronaldo. O papel da liderança na motivação de equipe. **Gestão Contemporânea**. v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://revistas.es.estacio.br/index.php/>>. Acesso em 20 out. 2015.

CARVALHO, Antônio Vieira; NASCIMENTO, Luiz Paulo. **Administração de recursos**. São Paulo: Pioneira, 2004. V.1 339 p.

_____; SERAFIM, Oziléia Clean Gomes. **Administração de recursos**. São Paulo: Pioneira, 2004. V.2 335 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. ver. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2010. 579 p.

_____. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DIAS, Vanessa; STOCCO, Josete Passamani. Motivação no ambiente de trabalho: um estudo em uma instituição de ensino superior. **Capa**. v. 2 2006. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/ser/article/view/1755/1869>>. Acesso em 12 out. 2015.

FOLTRAN, Cássia Uhler et al. Treinamento e desenvolvimento de pessoas: o sucesso das organizações. **Revista Alumni**. v.2. ed. especial 2012. Disponível em: <http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/edEspecialMaio2012/vol2_noespecial_artigo_29.pdf>. Acesso em 15 out. 2015.

FROEHLICH, Cristiane; SCHERER, Carlos Ernesto. Treinamento e Desenvolvimento: um estudo de caso na empresa LLV Metalúrgicas situada no Rio Grande do Sul. **Revista de Gestão do Unilassale**. Canoas, v. 2, n. 2, set. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/1160>>. Acesso em 05 set. 2015.

GALVÃO, Andressa Dias Evangelista; SILVA, Vivian Freitas Wilson; DALFIOR, Simoni Da Ros. Treinamento e desenvolvimento como ferramenta de gestão: o impacto nos resultados do setor em que é aplicado. **Destarte**. v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte/article>>. Acesso em 23 out. 2015.

LADEIA, Bárbara. Quatro formas de motivar seus funcionários sem pôr a mão no bolso. **Rev. Eletr. Exame.com**. 2014 Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/4-formas-de-motivar-seus-funcionarios-sem-por-a-mao-no-bolso>>. Acesso em: 30 out. 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico** – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Rosane de Souza; PASSOS, Elisete Silva. O papel do gestor na motivação de seus colaboradores. **Fundação Visconde de Cairu**. 2013. Disponível em: <<http://www.cairu.br/revista/artigos2.html>>. Acesso em 22 set. 2015.

PEGORARA, Ana Cláudia et al. A influência da motivação na produtividade no trabalho. 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/lzuanazzi1/a-influencia-da-motivao-na-produtividade-no-trabalho>>. Acesso em 15 out. 2015.

PEREZ – RAMOS, Juan. Motivação no trabalho: abordagens teóricas. **Psicol. USP**. 1990, vol. 1, n.2. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>>. Acesso em 09 out. 2015.

RUIZ, João Álvaro. **Guia para eficiência nos estudos** – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

SCARAMUZZA, Bruno César; BOTELHO, Joacy. Treinamento e Desenvolvimento em Recursos Humanos. **Convibra Administração**. 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/34/2012_34_5048.pdf>. Acesso em 20 set. 2015.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas Organizações**. Tradução de Cid Knipel e Celio Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 640 p.

O ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL DO TCE-MG

THE EFFECTIVENESS INDEX OF THE MUNICIPAL MANAGEMENT OF TCE-MG

EL ÍNDICE DE EFECTIVIDAD DE LA GESTIÓN MUNICIPAL DEL TCE-MG

Adelmo Ferreira Santos

Mestre em Contabilidade Pública

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

E-mail: adelmofsantos@gmail.com

Elaborado e divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, o IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal é um indicador que mede o grau de observância da gestão dos municípios mineiros à determinados processos e controles em diversas áreas como educação, saúde, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, defesa civil, governança em tecnologia da informação. Todos os dados dos municípios são analisados e cada cidade recebe uma nota que pode variar de A até C. Em 2020 807 cidades enviaram os seus dados, o que representa quase 95% dos municípios do Estado. Sobre os resultados, 164 cidades obtiveram a classificação B que significa uma efetiva implantação dos processos (entre 60% e 74,99%), outras 417 cidades ficaram com a nota C+ (entre 50% e 59,99%) que significa que o município está em fase de adequação aos processos. 225 municípios obtiveram a nota C (abaixo de 49,99%) que representa um baixo nível de adequação aos processos. Os resultados mostram que ainda é pequeno o número de municípios que estão dentro do padrão esperado pelo TCE-MG, porém é importante notar que uma grande parte das cidades parece estar caminhando para o processo de adequação da sua gestão aos processos e normas estabelecidos pelo Tribunal. Com a adequação dos municípios a estes processos, espera-se que a gestão dos recursos públicos que são gastos pelas cidade possam ser mais transparentes e de fácil consulta a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

IEGM - Índice de efetividade da gestão Municipal. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Minas Gerais, 2021. Disponível em <<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111625254>> Acesso em 15 de dezembro de 2021.

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

THE NEW BIDDING LAW

LA NUEVA LEY DE LICITACIONES

Adelmo Ferreira Santos

Mestre em Contabilidade Pública
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
E-mail: adelmofsantos@gmail.com

Cleidilene Freire Souza

Especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
E-mail: cleidefreire@hotmail.com

Publicada em 01 de abril de 2021, a Lei 14.133/2021 é o novo dispositivo legal que trata das licitações e contratos na administração pública no Brasil. A nova lei de licitações veio substituir as leis 8.666/1993, 10.520/2002 e a 12.462/2011, porém, estes normativos só perderão a sua validade em abril de 2023, então os entes públicos poderão decidir quais normativos podem seguir até 01 de abril de 2023. Ao escolher qual a legislação que irão seguir, os entes públicos devem constar isso no edital, também é proibido usar a combinação das normas. A grande mudança trazida pela lei 14.133/2021 é em relação às modalidades de licitação, já que a mesma extinguiu duas modalidades, a tomada de preços e o convite e criou outra modalidade, o diálogo competitivo que se juntou ao pregão, à concorrência, concurso e ao leilão. As fases da licitação também foram alvo da nova lei de licitações, passando para a seguir a seguinte ordem: Preparatória, Divulgação do edital, Apresentação das propostas, Julgamento, Habilitação, Recursal e Homologação. Outra novidade criada pela lei é o Portal Nacional de Contratações Públicas com a finalidade de divulgar e centralizar todas as licitações realizadas pela administração pública Brasileira. A nova lei de licitações chega com a promessa de agilizar e dar mais transparência aos gastos públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Nº 14.133, de 01 de abril de 2021. **Lei de licitações e Contratos Administrativos**. Brasília, DF.

A NOVA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO

THE NEW LAW ON OVER-INDEBEDNESS

LA NUEVA LEY SOBRE ENDEUDAMIENTO EXCESIVO

Adelmo Ferreira Santos

Mestre em Contabilidade Pública

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

E-mail: adelmofsantos@gmail.com

Cleidilene Freire Souza

Especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

E-mail: cleidefreire@hotmail.com

Os Brasileiros que estão endividados ganharam este ano mais uma possibilidade de sanar as suas dívidas, trata-se da lei 14.181/2021, chamada de lei do superendividamento. A lei criou um instrumento de renegociação das dívidas nos Tribunais de Justiça dos Estados, o novo procedimento é parecido com o que já utilizado pelas empresas com dificuldades financeiras. Pela nova lei, a pessoa poderá fazer uma espécie de assembleia com todos os seus credores para traçar um plano de pagamentos que possa atender aos desejos de todos e ainda garantir que a pessoa possa manter os seus gastos básicos. Este acordo poderá ser feito na justiça ou em órgãos como o Procon, Ministério Público, Defensoria Pública ou qualquer outro que faça parte do sistema de defesa do consumidor. Segundo a lei, o devedor deverá chamar todos os seus credores para poder explicar a sua situação financeira e oferecer uma proposta de pagamento. Após a reunião, se houver um acordo entre o consumidor endividado e os seus credores, o acordo deverá ser homologado pela justiça e constará todas as condições de pagamento como quantidade de parcelas, valores, juros, descontos, multas e ainda o prazo para que o nome do consumidor seja retirado dos serviços de proteção ao crédito. A nova lei de superendividamento trás uma nova esperança para que os consumidores possam sanar as suas pendências com os seus credores e recuperar a sua dignidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Nº 14.181, de 01 de julho de 2021. **Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.** Brasília, DF.